



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

JOSIVALDO SOUZA REIS

Realojamento da pobreza: interface da segregação socioespacial na produção da cidade de Maringá à luz conceitual marxista do valor-de-troca

Maringá
2017

JOSIVALDO SOUZA REIS

Realojamento da pobreza: interface da segregação socioespacial na produção da cidade de Maringá à luz conceitual marxista do valor-de-troca

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Área de concentração: Sociedade e Políticas Públicas.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Ana Lúcia Rodrigues.

Maringá
2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá, PR, Brasil)

R375r Reis, Josivaldo Souza
 Realojamento da pobreza: interface da segregação socioespacial na produção da cidade de Maringá à luz conceitual marxista do valor-de-troca / Josivaldo Souza Reis. - - Maringá, 2017.
 162f. : il., tabs., grafs., figs.

 Orientador^a: Prof^a. Dr^a. Ana Lúcia Rodrigues.
 Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2017.

 1. Espaço urbano - Formação. 2. Região metropolitana de Maringá - Desigualdades. 3. Região metropolitana de Maringá - Moradia e demografia. 4. Região metropolitana de Maringá - Segregação sócio-espacial. I. Rodrigues, Ana Lúcia, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

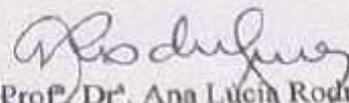
CDD 21. ed 307.76098162

JOSIVALDO SOUZA REIS

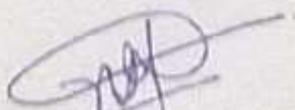
Realojamento da pobreza: Interface da segregação socioespacial na produção da Cidade de Maringá à luz conceitual marxista do valor-de-troca

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais pela Comissão Julgadora composta pelos membros:

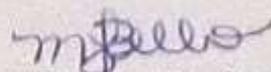
COMISSÃO JULGADORA



Prof.ª Dr.ª Ana Lucia Rodrigues
Universidade Estadual de Maringá (Presidente)



Prof. Dr. Oséias da Silva Martinucci
Universidade Estadual de Maringá (UEM)



Prof.ª Dr.ª Marília Gonçalves Dal Bello
Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR)

Aprovada em: 28 de abril de 2017

Local de defesa: Bloco G-56, sala 109 *campus* da Universidade Estadual de Maringá

Dedicatória

Dedico este trabalho que, hora é apresentado, aos trabalhadores e trabalhadoras, que pela negligencia ou permissividade do Estado têm que empreender cotidianamente uma luta na busca por um dos direitos mais elementar à dignidade humana que a moradia. Àquelas e àqueles, trabalhadoras e trabalhadores que ainda no tecer da manhã saem de seus lares, geralmente situados nas periferias das cidades das grandes cidades brasileiras, para sobreviverem numa das atitudes mais ousada que é o enfrentamento às adversidades que a cidade capitalista lhes impõem. À bravura do povo que não tem o tempo seu aliado, como também não tem o espaço, não tem também as condições de sociabilidades, que, enfim, não tem as condições de produção e reprodução social na cidade ao seu alcance, a estes eu dedico.

AGRADECIMENTOS

Agradecer ao carinho e a companhia constante da minha mãe **Luciana Vital** e o meu pai **José Bispo**, estes que apesar da distância tenho sempre a certeza que incansavelmente caminharam comigo ao longo dessa jornada. Agradeço a companhia dos meus irmãos José Souza Reis e Josinaldo Souza Reis, as minhas queridas irmãs Lucineide Reis e Maria Edna Reis, a esta última, a caçula, com quem compartilhei bons momentos devido a maior proximidade, dedico também todo o meu carinho, tenha certeza que você é muito especial para mim!

À minha companheira Fernanda, a quem carinhosamente chamo de FER, por todo apoio, compreensão e parceria ao longo dessa jornada. Obrigado por ouvir as minhas dúvidas e, pelas discussões sobre as minhas dúvidas, discussões estas que me fizeram compreender coisas que eu não havia percebido em meus escritos. Por isso essa conquista também é sua.

À amiga e orientadora professora Dr^a Ana Lúcia Rodrigues, com quem aprendi coisas extraordinárias da vida acadêmica, mas sobretudo, com quem aprendi o sentido do que é um ser humano, completo de afeto, atenção, reciprocidade, um ser humano que se doa ao outro, que sempre estar no lugar do outro. Obrigado pelo aprendizado que me proporcionou, nas lutas diárias da vida, contra este capitalismo injusto e perverso, na busca de uma sociedade onde a justiça social seja a regra e não a exceção. Ao camarada e amigo Luke, uma pessoa admirável, com quem compartilhei boas risadas, boas discussões na seara acadêmica e, sobretudo no âmbito da política.

À professora Dr^a Beatriz Fleury e Silva, pelas valiosas contribuições na construção do nosso trabalho, pelas suas sugestões e apontamentos, os quais, sem dúvidas foram fundamentais na elucidação de dúvidas sobre nossa temática. Ao professor Dr. Oseias da Silva Martinucci, por todas as suas contribuições, pelo cuidado que teve para com os apontamentos e sugestões, os quais, foram certamente determinantes para o produto final que apresentamos. À professora Dr^a Marília Gonçalves Dal Bello, pelas orientações e sugestões sobre nosso trabalho, este que ficou muito mais completo a partir de suas contribuições.

Às famílias beneficiárias dos conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida, em Floriano, por nos receber em suas residências e por aceitarem participar da nossa pesquisa de campo, espero que nosso estudo possa contribuir para a construção de políticas públicas que melhor atenda às necessidades de todos.

Aos professores, professoras e, todos os integrantes que se dedicam e fazem funcionar o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UEM.

À Capes, pelo apoio financeiro.

Parafraseando Guimaraes Rosa “*o correr da vida embrulha tudo, a vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem*”. Às vezes, a vida pede um pouco mais que coragem de nós, pede insistência, teimosia, e também ousadia! Ousadia para percorrer caminhos incertos, duvidosos e, às vezes caminhos ásperos. Mas também é a coragem que nos leva a lugares exuberantes, que nos faz conhecer pessoas maravilhosas, pessoas que nos acolhe, nos ensinam coisas! Pessoas que passam, mas, sobretudo, pessoas que ficam, que se tornam amigas, que sempre queremos por perto, pessoas que cabem em nós! Assim são as pessoas do Observatório das Metrópoles, as quais não irei nominar, pois, seria necessário escrever outra dissertação para descrevê-las, cada uma com suas especificidades que me encantou e me conquistou. Enfim, à todos que, de alguma forma, através de esforços diretos ou indiretos contribuíram para que pudéssemos neste momento apresentar o produto do nosso trabalho que, como sinalizamos, é resultado do esforço de vários atores, por isso, consideramos um produto coletivo “construído por diversas mãos” seja através de discussões, da participação direta da pesquisa de campo, da banca de qualificação e defesa.

Josivaldo Souza Reis

EPÍGRAFE

“A questão do tipo de cidade que desejamos é inseparável da questão do tipo de pessoa que desejamos nos tornar. A liberdade de refazer a nós mesmos e as nossas cidades dessa maneira é, sustento, um dos mais preciosos de todos os direitos humanos.”

(HARVEY, 2013)

Realojamento da pobreza: interface da segregação socioespacial na produção da cidade de Maringá à luz conceitual marxista do valor-de-troca

RESUMO

O presente estudo analisou o processo de realojamento de grupos populacionais, considerados de baixa renda, como uma interface da segregação socioespacial e enquanto um componente da produção do espaço urbano da cidade de Maringá. Para tanto, partimos do entendimento de que, contemporaneamente, o espaço urbano de Maringá tem sido um lugar por excelência de processos de produção e reprodução social e de sociabilidades, no qual se cotejam situações de pobreza, exclusão social, segregação socioespacial, desigualdades, dentre outros. Do mesmo modo, também tem sido espaço em que se apresentam diversos interesses e projetos societários que, por sua vez, promovem acesso desigual aos grupos sociais de baixa renda aos serviços e à riqueza socialmente produzida pelos trabalhadores na cidade capitalista. As análises tecidas neste estudo se ancoraram nas concepções da teoria marxista do valor-de-troca, por meio da qual evidenciamos um modelo de cidade que vem se constituindo como um produto, uma mercadoria funcional, sobretudo, para o capital imobiliário e para os produtores urbanos privados. Ademais, por meio de pesquisa de campo, com a aplicação de questionários, realizamos um estudo de caso em três conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida, a saber – Pioneiro Gonçalo Vieira dos Santos; José Israel Factori e Pioneiro José Pires de Oliveira – todos situados no distrito de Floriano em Maringá. Por essa pesquisa, foi possível constatar a periferização desse contingente populacional para as franjas da cidade, processo o qual intitulamos de realojamento da pobreza como um componente da segregação socioespacial. Amparados pela teoria marxista, ao estudar este processo de realojamento da pobreza em Maringá, averiguamos que esta cidade é concebida numa perspectiva de mercadoria, funcional para os interesses privados dos agentes sociais. Estes, por sua vez, planejam a cidade a partir de relações e interesses meramente capitalistas e sobrepujam os interesses coletivos, de modo que, sob este viés, o planejamento e a ocupação do espaço urbano de Maringá se dá sob padrões que prejudicam o bem-estar e não fornecem condições dignas de sobrevivência e convivência coletiva aos segmentos da sociedade de menor poder econômico, legando a estes para tanto um esforço hercúleo pela sua posição periférica, pela sua condição estigmatizada, enfim, pela sua condição de pobreza.

Palavras-chave: Maringá; Realojamento da pobreza; segregação socioespacial; valor-de-troca; Programa Minha Casa, Minha Vida.

Reallocation of poverty: interface of socio-spatial segregation in the production of the city of Maringá in the conceptual light Marxist value-of-exchange

ABSTRACT

The present study analyzed the rehousing process of low income population groups as an interface of socio-spatial segregation and as a component of urban space production in the city of Maringá. Therefore, we start from the understanding that, contemporaneously, the urban space of Maringá has been a place par excellence of processes of social production and social reproduction and sociability, in which are correlated situations of poverty, social exclusion, socio-spatial segregation, inequalities, others. In the same way, it has also been a space in which there are various interests and social projects that, in turn, promote unequal access to low-income social groups for services and wealth socially produced by workers in the capitalist city. The analysis of this study was anchored in the conceptions of the Marxist theory of value-of-exchange, whereby we show a model of a city that has been constituting itself as a product, a functional commodity, above all for real estate capital and for producers Urban areas. In addition, through field research, with the application of questionnaires, we carried out a case study in three housing projects of the Minha Casa, Minha Vida Program, namely - Pioneiro Gonçalo Vieira dos Santos; José Israel Factori and José Pires de Oliveira Pioneer - all located in the Floriano district of Maringá. Through this research, it was possible to verify the peripherization of this population contingent to the fringes of the city, a process which we call poverty rehousing as a component of socio-spatial segregation. Supported by Marxist theory, in studying this process of rehousing poverty in Maringá, we find that this city is conceived in a commodity perspective, functional for the private interests of social agents. These, in turn, plan the city out of merely capitalist relations and interests and outweigh collective interests, so that, under this bias, the planning and the occupation of the urban space of Maringá occurs under patterns that undermine the welfare and do not provide conditions worthy of survival and collective coexistence to the segments of the society of lesser economic power, bequeathing to them for these a Herculean effort by their peripheral position, by their condition stigmatized, finally, by their condition of poverty.

Keywords: *Maringá, Poverty re-housing, socio-spatial segregation, exchange value, Minha Casa, Minha Vida Program.*

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Legenda do Ante-Projeto Original de Maringá – Maringá – 2017.....	57
Figura 2 - Condomínio horizontal Villagio de Bourbon, ao fundo da imagem, visto do Bairro Santa Felicidade – Maringá – 2017.....	65
Figura 3 - Planta do projeto urbanístico do conjunto habitacional Pioneiro Gonçalo Viera dos Santos em Floriano – Maringá.....	96
Figura 4 - Unidades Habitacionais no Conjunto Pioneiro Gonçalo Viera dos Santos em Floriano – Maringá - 2011.....	99
Figura 5 - Moradias do Conjunto Habitacional José Israel Factori em Floriano – Maringá - 2017.....	107
Figura 6 - Moradias do Conjunto Habitacional Pioneiro José Pires de Oliveira em Floriano – Maringá 2017.....	110
Figura 7 - Unidades Habitacionais no Conjunto Pioneiro José Pires de Oliveira em Floriano – Maringá - 2017.....	111

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Faixa etária da população beneficiária dos conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa, Minha em Floriano – Maringá – 2016/2017.....	118
Gráfico 2 - Ocupação das pessoas beneficiárias dos conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida em Floriano – Maringá – 2016/2017.....	119
Gráfico 3 - Escolaridade das pessoas beneficiárias dos conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida em Floriano – Maringá – 2016/2017.....	120
Gráfico 4 - Tempo de deslocamento até o local de trabalho das pessoas beneficiárias dos conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida em Floriano – Maringá – 2016/2017.....	123
Gráfico 5 - Acesso das pessoas beneficiárias dos conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida em Floriano a oportunidades de trabalho/emprego – Maringá – 2016/2017.....	124
Gráfico 6 - Renda individual mensal da pessoa de referência da família pertencente aos conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida em Floriano – Maringá – 2016/2017.....	125
Gráfico 7 - Renda familiar mensal nos conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida em Floriano – Maringá – 2016/2017.....	126
Gráfico 8 - Acesso a áreas de lazer pelas pessoas beneficiárias dos conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida em Floriano – Maringá – 2016/2017.....	129
Gráfico 9 - Capacidade de atendimento à demanda local das pessoas beneficiárias dos conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida aos serviços públicos de saúde - escolas - CEMEI - creches - assistência social em Floriano – Maringá – 2016/2017.....	130
Gráfico 10 - Custo de vida nos conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida em Floriano – Maringá – 2016/2017.....	131

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Relação entre condomínios residenciais de luxo (Enclaves fortificados), e a área pertencente ao antigo aeroporto – Maringá – 2017.....	70
Mapa 2 - Distribuição dos conjuntos habitacionais da década de 1990 no mapa de tipologia socioespacial do aglomerado metropolitano Sarandi-Maringá-Paiçandu para 2000 – Maringá - 2017.....	90
Mapa 3 - Distância em KM do Distrito de Floriano até a prefeitura Municipal de Maringá, localizada na Zona 1, no centro da cidade – Maringá - 2017.....	92
Mapa 4 - Moradias do Programa Minha Casa, Minha Vida para população de baixa renda (R\$1.600,00) em Floriano no período de 2011 a 2015 – Maringá – 2017.....	93
Mapa 5 - Unidades Habitacionais no Conjunto Pioneiro Gonçalo Vieira dos Santos entregues em Floriano – Maringá - 2017.....	98
Mapa 6 - Unidades Habitacionais no Conjunto José Israel Factori em Floriano – Maringá – 2017.....	106
Mapa 7 - Unidades Habitacionais no Conjunto Pioneiro José Pires de Oliveira em Floriano – Maringá – 2017.....	109

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Descrição dos procedimentos metodológicos adotados no estudo – Maringá - 2017.....	23
Tabela 2 – Características demográficas da população residente no Distrito de Maringá por sexo na década de 1950 e 1960 segundo dados oficiais do Censo Demográfico – Maringá - 2017.....	51
Tabela 3 – Aumento da população Urbana/Rural e total em Maringá, entre a década de 1950 e 1960 segundo dados da Sinopse Preliminar do Censo Demográfico do Estado do Paraná – Maringá – 2017.....	52
Tabela 4 – Valor dos lotes em Maringá segundo o zoneamento nas décadas de 1940 e 1950 – Maringá – 2017.....	72
Tabela 5 – Déficit habitacional no Brasil por faixa de rendimentos em 2010 – Maringá – 2017.....	86
Tabela 6 – Déficit habitacional de Maringá por faixa de rendimento em 2010 – Maringá – 2017.....	87
Tabela 7 – Densidade demográfica do distrito de Floriano de acordo com o Censo do IBGE de 2010.....	93
Tabela 8 – Provisão de moradias de baixa renda em Maringá no período de 2009 a 2015.....	94-95
Tabela 9 – Sexo das pessoas beneficiárias dos conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida em Floriano – Maringá – 2016/2017.....	116
Tabela 10 - Relação de parentesco com o responsável pelo domicílio nos conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida em Floriano – Maringá – 2016/2017.....	117
Tabela 11 – Relação entre Bairros de origem e bairro de destino dos beneficiários dos conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida em Floriano – Maringá – 2016/2017.....	121- 122
Tabela 12 – Meio de transporte utilizado pelas pessoas beneficiárias dos conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida em Floriano para chegar ao local de trabalho – Maringá - 2016/2017.....	124
Tabela 13 - Número de pessoas residentes na casa por família nos conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida em Floriano – Maringá – 2016/2017.....	127

Tabela 14 – Violência ou insegurança nos conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida em Floriano – Maringá – 2016/2017.....	128
Tabela 15 – Tabela – Acessibilidade a estabelecimentos de ensino escolas, universidades, creches, SEMEI nos conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida em Floriano – Maringá – 2016/2017.....	129

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CRAS	CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
FCP	FUNDAÇÃO CASA POPULAR
FHC	FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
IBGE	INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
MPC	MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA
PAC	PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO
PMCMV	PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA
PCCs	PAÍSES DE CAPITALISMO CENTRAIS
PCPs	PAÍSES DE CAPITALISMOS PERIFÉRICOS
PHS	PROGRAMA SOCIAL DE HABITAÇÃO
RMM	REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ
SEHABIS	SECRETARIA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
SANEPAR	COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	18
2 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DA CIDADE DE MARINGÁ NA PERSPECTIVA DA TEORIA MARXISTA DO VALOR-DE-TROCA.....	31
2.1 Conceituando o valor-de-troca em MARX.....	32
2.2 A produção da cidade de Maringá na perspectiva marxista do valor-de-troca.....	34
2.3 Elevação à condição de cidade polo da região metropolitana e ampliação do valor-de-troca da cidade de Maringá na contemporaneidade.....	39
3 SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL: INTERFACE DO PLANEJAMENTO CAPITALISTA PARA O ATENDIMENTO À ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA E AOS EMPREENDEDORES PRIVADOS NA PRODUÇÃO DA CIDADE DE MARINGÁ.....	48
3.1 Maringá e os processos de segregação socioespaciais originários.....	49
3.2 Maringá e os processos de segregação socioespaciais contemporâneos.....	60
4 MINHA CASA, MINHA VIDA NO DISTRITO DE FLORIANO EM MARINGÁ: CONSOLIDAÇÃO DO REALOJAMENTO DOS GRUPOS POPULACIONAIS DE BAIXA RENDA PARA A PERIFERIA.....	76
4.1 Produção de habitação de interesse social no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida, antecedentes e percurso histórico.....	77
4.2 Do centro à periferia – Programa Minha Casa, Minha Vida e a predeterminação do lugar para as populações de baixa renda em Maringá.....	87
4.3 Onde tudo começa – segregação socioespacial e Realojamento dos beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida para o Conjunto Habitacional Pioneiro Gonçalo Viera dos Santos, em o Floriano.....	95
4.4 Conjunto Habitacional José Israel Factori no âmbito do PMCMV em Floriano - continuidade do Realojamento da Pobreza e o aprofundamento do modelo de segregação socioespacial quatro anos depois.....	105
4.5 Conjunto habitacional Pioneiro José Pires de Oliveira - ampliação do modelo do Realojamento da Pobreza e do aprofundamento da Segregação Socioespacial, a saturação do PMCMV em Floriano?.....	108

5 “OS SEM CIDADE” – CONSIDERAÇÕES SOBRE OS BENEFICIÁRIOS DOS CONJUNTOS HABITACIONAIS NO ÂMBITO DO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA NO DISTRITO DE FLORIANO.....	113
5.1 O direito à moradia na não cidade.....	114
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	133
REFERÊNCIAS.....	136
APÊNDICE.....	139
ANEXOS.....	151

1. Introdução

O valor-de-troca, do ponto de vista da existência da mercadoria, é o conjunto de propriedades socialmente determinadas, que se expressam apenas numa relação de coisas quantificadas (MARX, 2010).

Para Marx (2010), a relação do valor-de-troca, de qualquer mercadoria, se expressa na utilidade que esta terá como um valor-de-uso. No entanto, no processo de troca das mercadorias, o caráter subjetivo, do valor-de-uso (sua utilidade) é posto de lado. Numa relação mercadológica o valor-de-uso da cidade aparece numa relação meramente quantificada.

De acordo com Marx:

As propriedades materiais só interessam pela utilidade que dão às mercadorias, por fazerem destas valores-de-uso. Põem-se de lado os valores-de-uso das mercadorias, quando se trata da relação de troca entre elas. É o que evidentemente caracteriza essa relação (MARX, 2010, p. 59).

No estudo da cidade enquanto uma produção capitalista faz-se necessário delimitar as propriedades sociais concretas e abstratas que elegem a construção da cidade de Maringá assentada numa relação capitalista mercadológica.

Por isso, apresentamos uma cidade fomentada na perspectiva do negócio, em que a cidade, desde sua origem, é evidenciada no seu potencial valor-de-troca a partir de uma relação quantificada dos seus valores-de-uso, apta a fornecer os elementos constitutivos de onde os empreendedores capitalistas extraem seu lucro.

Partimos do pressuposto de que a cidade de Maringá, constituída no ano de 1947, desde logo expressou o seu caráter de cidade negócio, posto que, ainda nos seus primórdios, a cidade desponta como uma mercadoria.

Nesta cidade negócio, as propriedades concretas – físicas – (uniformidade dos terrenos, ruas alargadas, proporções dos lotes, as especificidades das construções, a ocupação centro-periferia, e a espacialização do território) e os exorbitantes preços, expressam a materialização do seu valor-de-troca que se sobrepõem em detrimento de suas propriedades abstratas, ou seja, o seu valor-de-uso.

O modelo de cidade em que Maringá foi concebida, como uma mercadoria, é um reflexo do modelo de sociedade onde impera o modo de produção capitalista. Segundo Netto e Braz (2008):

Nas sociedades onde impera o modo de produção capitalista, quanto mais este se desenvolve, mais a lógica mercantil invade, penetra e satura o conjunto das relações sociais: as operações de compra e venda, não se restringem a objetos e coisas – **tudo** é objeto de compra e venda, de artefatos matérias a cuidados humanos. É nesse sentido que, estruturalmente, ele pode ser caracterizado como *o* modo de produção de mercadorias (NETTO; BRAZ, 2008, p. 85 grifos originais).

Compreendendo a especificidade do MPC, em que tudo se torna mercadoria, colocamos em evidência, de um lado, o potencial em que os capitalistas urbanos buscam se apropriar da cidade de Maringá para auferir seus lucros, por meio da cidade mercadoria, e de outro, o processo em que os trabalhadores, por se inserirem numa relação de compra e venda de sua força de trabalho, não exercem nenhuma posse sobre o produto do seu esforço, mesmo que a cidade seja um produto resultante do seu trabalho coletivo. Assim, do ponto de vista do trabalhador, a cidade, como uma mercadoria se apresenta em uma forma de fetiche.

Na cidade enquanto um produto do trabalho coletivo, só que transfigurada numa mercadoria, aplica-se a analogia de Netto e Braz 2008, para os quais:

As relações sociais dos produtores aparecem como se fossem relações entre mercadorias, como se fossem *relações entre coisas*. A mercadoria passa a ser, então, a portadora e a expressão das relações entre os homens. Na medida em que a troca mercantil é regulada por uma lei que não resulta do controle consciente dos homens sobre a produção (lei do valor) na medida em que o *movimento o movimento das mercadorias* se apresenta independentemente da vontade de cada produtor, opera-se uma inversão: a mercadoria, *criada pelos homens*, aparece como algo que lhes é alheio e os domina; a *criatura*, (mercadoria) revela um poder que passa a subordinar o *criador* (homens) (NETTO; BRAZ, 2008, p. 92 grifos originais).

É a partir desse modelo de cidade, onde as relações sociais, dos homens, são coisificadas, que floresce nossa pretensão central, que ***consiste em analisar o processo do realojamento da pobreza, que na cidade mercadoria apresenta-se como uma interface do processo de segregação socioespacial*** presente na construção da cidade de Maringá, atrelado a um modelo de cidade planejada numa perspectiva mercadológica cuja expressão central é o valor-de-troca.

Ademais, apontamos em nosso estudo a prevalência dos interesses capitalistas daqueles agentes sociais produtores do espaço da cidade de Maringá, desde o início até os dias atuais. Neste projeto de cidade, aquelas populações pobres são empurradas para as áreas periféricas, onde disputam os espaços conurbados com as populações das cidades limítrofes, e onde se formam os bolsões de populações de baixa renda.

Logo, numa perspectiva de cidade para os negócios, Maringá se volta predominantemente para os interesses capitalistas cuja expressão é o seu potencial valor-de-troca, sobrepujando o seu valor-de-uso, condenando a maioria da população que reside e usa a cidade às áreas da cidade com pouca infraestrutura e equipamentos públicos urbanos.

Nesse sentido, a cidade se apresenta como o terreno em que se expressam as inúmeras contradições sociais de classes, numa relação dialética e materialista, entre dominados e dominadores, capitalistas e trabalhadores, segregadores e segregados.

De acordo com Rolnik (1995), a segregação compreende:

Além de um recorte de classe, raça ou faixa etária, a segregação também se expressa por meio da separação dos locais de trabalho em relação aos locais de moradia. A cena clássica das grandes massas deslocando nos transportes coletivos superlotados ou no trânsito engarrafado é a expressão mais acabada dessa separação [...] a segregação é patente na visibilidade da desigualdade de tratamento por parte das administrações locais. [...] Fica evidente que esses muros visíveis e invisíveis que dividem a cidade são essenciais na organização do espaço urbano contemporâneo (ROLNIK, 1995 apud ARAÚJO, 2010, p. 187).

No modelo de cidade destacado por Rolnik (1995), se evidenciam os interesses pujantes de uma elite imobiliária que prioriza a cidade enquanto seus interesses privados, como uma mercadoria. Diante disso, se materializam espaços urbanos cada vez mais segregados que geram exclusão territorial, social e econômica (CORDOVIL, RODRIGUES, 2012).

Ressalte-se que a nossa inquietação em estudar, a nível de mestrado, o fenômeno que intitulamos de “reajustamento da pobreza” como uma interface da segregação socioespacial presente no contexto em que a cidade de Maringá é produzida, surge do processo de acompanhamento de um grupo de 17 (dezessete) famílias de baixa renda pertencente à ocupação de moradias do Conjunto Habitacional Moradias Atenas II, no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida em Maringá.

O contato com este grupo deu-se através da minha inserção no Observatório das Metrópoles núcleo regional UEM, como Assistente Social residente, no âmbito do Programa de Residência Técnica em Gestão Pública com ênfase em Sistema Único da Assistência Social, ainda no ano de 2013, onde passei a compor uma equipe interdisciplinar composta por 2 (dois) Assistentes Sociais e 2 (duas) Psicólogas. Nesse momento fomos apresentados ao grupo de 17 (dezessete) famílias e, ainda na ocasião, fomos convidados a acompanhá-los objetivando mediar junto ao poder público municipal o direito dessas famílias à moradia.

Destacamos que o grupo de 17 (dezessete) famílias, a partir de um processo de reintegração de posse movido pela Prefeitura de Maringá, foi realojado em janeiro de 2013 para a desativada Escola Rural Delfim Moreira, na zona rural de Maringá, localizada a aproximadamente 16 KM de distância do centro da cidade. Este local onde essas famílias foram “depositadas” não dispõe de qualquer oferta de serviços públicos, nem sequer os mais básicos, como transporte público, escolas, creches, posto de saúde, entre outros essenciais à sobrevivência dos seus membros.

Ressaltamos que ao se promover esse realojamento, expôs-se à sociedade maringaense o processo de higienização dos indesejáveis socialmente. Ademais, expôs-se também um modelo de segregação socioespacial que vem sendo executado em Maringá há muito, no qual, as populações de baixa renda são expulsas para as bordas da cidade.

Ao longo do processo de abrigamento, sete, de um total inicial de 17 famílias sucumbiram frente às inúmeras dificuldades a que foram expostas, pois, como já sinalizado anteriormente o local não conta com nenhuma oferta de serviços públicos, tornando quase que inviável a sobrevivência dessas famílias no local.

Após um longo e desgastante processo de luta, em novembro de 2015, cinco das dez famílias abrigas na escola receberam suas moradias no Conjunto Pioneiro José Pires de Oliveira no Distrito de Floriano, pertencente ao Programa Minha Casa, Minha Vida. Porém, desde janeiro de 2013, quando as famílias foram realojadas para a desativada Escola Rural Delfim Moreira, as outras cinco famílias ainda estão à espera de uma moradia, mesmo decorridos mais de 4 anos.

Este contexto resume o meu contato inicial com a discussão acerca da questão habitacional, a questão urbana, e as expressões da questão social na cidade de Maringá e, delimita o meu percurso como Assistente Social, comprometido com um projeto ético/político em defesa da classe trabalhadora, visando a superação das desigualdades sociais que emanam da contradição capital/trabalho e, que em Maringá tem como uma de suas interfaces a violação do direito à moradia para aquelas populações de baixa renda.

Deve-se destacar, que além de mediar o acesso à moradia, nossa atuação e nossa voz de defesa junto às famílias pertencentes à ocupação Moradias Atenas II, ecoou como uma denúncia à sociedade maringaense acerca da questão habitacional, da violação do direito à moradia praticado em Maringá contra estas dezessete famílias e contra outras 10.587 famílias, que também se encontram em situação de déficit habitacional no município e, sobretudo a denúncia da ausência de políticas públicas robustas para as populações que sofrem,

cotidianamente, as consequências do processo de realojamento para as regiões periféricas da cidade.

Nesse sentido, nossa aproximação com a temática floresce desse processo de luta pelo direito à moradia, pelo enfrentamento à violação dos direitos dessas famílias à cidade, mas também, pela necessidade de se compreender e analisar como as relações do capital, nas suas múltiplas faces, têm influenciado na construção da cidade de Maringá, de modo que tem expulsado, por meio de processos de realojamentos, populações pobres para as áreas periféricas da cidade, e, sobretudo, como a segregação tem se expressado entre estes contingentes populacionais periferizados.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No presente trabalho definimos alguns procedimentos metodológicos para subsidiar nossa linha de estudo, conforme tabela a seguir.

Tabela 1 – Descrição dos procedimentos metodológicos adotados no estudo – Maringá - 2017

PESQUISA QUALITATIVA	
Tipo de pesquisa desenvolvida	Objetivo
Pesquisa do tipo exploratória	Aproximação com a temática
Pesquisa bibliográfica	Identificação das principais produções contemporâneas sobre a temática/Fundamentação teórica
Pesquisa documental	Analisar documentos históricos de Maringá e outros importantes ao estudo da temática
Estudo de caso	Estudar 3 (três) conjuntos habitacionais do PMCMV constituídos no distrito de Floriano em Maringá: conjuntos habitacionais Pioneiro Gonçalo Vieira dos Santos; José Israel Factori e Pioneiro José Pires de Oliveira.
PESQUISA QUANTITATIVA	
Pesquisa de campo com aplicação de questionários junto a uma população de 210 beneficiários do PMCMV, faixa 1 com rendimentos de até R\$1.600,00, selecionados através da técnica de amostragem aleatória simples, distribuídos em um universo de 418 beneficiários.	Estabelecer padrões de análises sociais, econômicos, territoriais, dentre outros, acerca da população investigada

Fonte: elaboração própria – Maringá – 2017.

O estudo de caso abarcou a realização de pesquisa de campo com a aplicação de questionários sobre uma amostra de domicílios em empreendimentos do programa Minha Casa, Minha Vida no distrito de Floriano, ademais, o estudo se completou com a coleta de dados em fontes primárias e secundárias.

A pesquisa exploratória contemplou uma parte do estudo, tendo em vista as especificidades nele presentes. Esse tipo de pesquisa tem “[...] como objetivo proporcionar

maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito [...]” (GIL, 2007, p. 41).

Ainda de acordo com o autor, “as pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias [...]” (Idem, 2010, p. 27).

Ademais, as análises apresentadas, neste estudo, foram cotejadas à luz da pesquisa bibliográfica e análise documental. Quanto à pesquisa bibliográfica, Gil (2007) informa que é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.

A pesquisa de análise documental, geralmente, se detém sobre aqueles documentos que ainda não foram publicados cientificamente, “[...] “são os de primeira mão”, que não receberam nenhum tratamento analítico” (GIL, 2007, p. 46).

Outrossim, para Pimentel (2001), a pesquisa documental permite que o pesquisador estabeleça uma discussão a partir dos documentos pesquisados e selecionados sistematicamente segundo os objetivos da problemática, sendo que, à luz das reflexões apresentadas nesses documentos, o pesquisador estabelecerá a análise de sua temática (PIMENTEL, 2001).

Segundo Pimentel (2001) “estudos baseados em documentos como material primordial, sejam revisões bibliográficas, sejam pesquisas historiográficas, extraem deles toda a análise, organizando-os e interpretando-os segundo os objetivos da investigação proposta” (PIMENTEL, 2001, p. 2).

A análise qualitativa também guiou nossos estudos, haja vista que se refere à descoberta de códigos sociais a partir de opiniões, observações e falas dos informantes, bem como, a busca da compreensão e interpretação desses fenômenos à luz da teoria referente ao aspecto estudado (MINAYO; DESLANDES; GOMES, 2008). A abordagem qualitativa é aplicada, portanto, na caracterização de fenômenos com alto grau de complexidade.

O estudo sobre o Estado da Arte do realojamento da pobreza, como uma derivação da segregação socioespacial e a produção do espaço urbano de Maringá se ancorou no materialismo histórico de Marx, condensado no seu significado sobre a teoria do valor-de-troca.

Por opção teórico-metodológica escolhemos enveredar nossas discussões pela abordagem marxista do valor-de-troca, ao fazer essa opção metodológica temos claro que esse percurso implica primeiramente reconhecer a necessidade de adaptabilidade do conceito para

pensarmos a cidade de Maringá e suas relações, segundo, isso não significa que desconsideramos a importância que a cidade tem enquanto valor-de-uso.

Nossa análise buscou enfatizar sob qual concepção, e a partir de quais interesses a cidade de Maringá vem sendo construída, e ao destacarmos o conceito do valor-de-troca de Marx estamos, notadamente, buscando destacar a cidade a partir do olhar dos interesses capitalistas, em que se sobrepuja o real valor-de-uso que a cidade possui, enquanto um produto decorrente do trabalho de homens e mulheres.

Nesse sentido, centralizar a análise da cidade de Maringá como valor-de-troca em Marx é apresentá-la e discuti-la na perspectiva de uma mercadoria, e como tal supervalorizada, com grande potencial de sobre valor.

Neste modelo de cidade que buscamos destacar, apenas quem detém renda alta pode adquirir os melhores lugares na distribuição socioespacial, e aqueles segmentos que possuem renda inferior são relegados às bordas da cidade, ocasionando o seu realojamento.

Em paralelo a este objetivo geral, buscamos analisar, a temática sob outros três aspectos ou linhas condutoras por assim dizer, a saber: o processo histórico em que se deu a produção do espaço urbano de Maringá, conceituado e discutido à luz conceitual marxista do valor-de-troca; o processo do realojamento da pobreza a partir dos beneficiários dos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida, na cidade de Maringá, especificamente o Conjunto Habitacional Pioneiro Gonçalo Vieira dos Santos; Conjunto Habitacional Pioneiro José Pires de Oliveira e Habitacional José Israel Factori, todos no Distrito de Floriano.

Metodologicamente o estudo de caso, consistiu em extrair uma análise também qualitativa, através da aplicação de questionários, onde se permitiu elaborar um novo conhecimento acerca das características do contingente populacional que vêm sendo realojados para os empreendimentos do PMCMV nas **franjas**¹ da cidade.

Ademais, ainda com a aplicação dos questionários foi possível desenvolver uma avaliação a respeito do local de origem dessas pessoas, analisar sua satisfação com as novas moradias, os percalços do realojamento e outros elementos positivos tornados realidade com a nova conceituação de política habitacional, que se inaugura no atual contexto, tanto a nível nacional quanto a nível local.

¹ O termo destacado é utilizado por Fleury E Sila; Silva, 2015.

Outrossim, o estudo de caso mostrou-se extremamente importante em nosso trabalho, posto que se evidenciou elementos relevantes acerca de problemas quanto à localização dos empreendimentos, a ausência de políticas públicas, dentre outros. Destaque-se que estes elementos apenas se tornaram evidentes devido aos procedimentos metodológicos presentes no estudo de caso.

Ressalte-se que, o estudo de caso, com a aplicação de questionários, se deu com beneficiários do PMCMV, faixa 1, até R\$ 1.600,00 de rendimentos. Estes que, na atual dinâmica socioterritorial, encontram-se situados em regiões periféricas da cidade de Maringá, onde se apresenta pouca oferta de serviços públicos, infraestrutura e de estruturas de oportunidades. Portanto, nosso objetivo consistiu ainda em arrolar os efeitos do território onde estes empreendimentos estão localizados e dos padrões dos mesmos no âmbito da política habitacional do município.

Nesse sentido, a partir de pesquisa de campo com os beneficiários do PMCMV, que serviu de base para nosso estudo de caso, analisou-se a relação entre o perfil socioeconômico dos mesmos (gênero, renda, classe social, escolaridade, território, dentre outros), o fenômeno do realojamento destes grupos, e sua relação com a segregação socioespacial e, por fim analisou-se os impactos sobre a vida urbana desta população.

Além destas indagações iniciais, apresentadas nos objetivos do nosso estudo, também se cotejou as seguintes hipóteses: Em Maringá, o desenvolvimento urbano e do espaço socioterritorial da cidade se vinculam ao estabelecimento da cidade na perspectiva do valor-de-troca conceituado na literatura marxista, ou seja, a cidade como uma mercadoria, um negócio capitalista? O modelo de distribuição do espaço da cidade de Maringá e sua malha urbana se constituíram ao longo do tempo, no sentido centro/periferia realojando os contingentes populacionais segundo as variáveis que atenderam aos interesses dos empreendedores capitalistas? A implantação dos Empreendimentos do Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida (PMCMV), dissolvida em áreas periféricas da malha urbana da cidade de Maringá, se dá com pouco e/ou nenhum acesso a serviços e bens públicos, o que tem provocado agudos contrastes e amplos processos de segregação socioespaciais?

Dessa forma, as metodologias acima descritas se coadunaram à metodologia do estudo de caso, este que versou sobre uma parte dos beneficiários dos empreendimentos do PMCMV, onde nosso recorte social, territorial e populacional está circunscrito àqueles segmentos populacionais que sofrem os processos de realojamentos e segregação socioespaciais, representados em Maringá, justamente, pelos beneficiários dos empreendimentos do

PMCMV, no distrito de Floriano, nos conjuntos habitacionais Pioneiro Gonçalo Vieira dos Santos; José Israel Factori e conjunto habitacional Pioneiro José Pires de Oliveira, constituídos entre 2011 e 2015, cuja população total compreende um total de 418 famílias beneficiárias com moradias.

As entrevistas foram realizadas aos sábados, no período da tarde, e ao longo dos meses de dezembro de 2016 e janeiro de 2017 e, contemplou uma amostragem de **50,23%** desse universo de 418 (quatrocentos e dezoito) famílias beneficiárias.

O plano amostral nesse caso, foi definido a partir da *Amostragem Aleatória Simples*, uma vez que, o acesso prévio ao universo da população possibilitou o agrupamento dos seus elementos em uma tabela de números aleatórios.

Dessa forma, segundo Barbetta (2006) “cada subconjunto da população com o mesmo nº de elementos tem a mesma chance de ser incluído na amostra. Em particular, cada elemento da população tem probabilidade $p = n/N$ de pertencer à amostra” (BARBETTA, 2006, p. 16).

Ademais, na aplicação dos questionários contou-se com a composição de uma equipe de 20 pesquisadores, entre os quais havia estudantes do curso de graduação de Ciências Sociais, Geografia, assim como também estudantes do programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e do programa de Pós-graduação em Psicologia, também da UEM, e, por fim, contou com a participação de profissionais (cientistas sociais) todos com larga experiência na realização de pesquisa de campo.

Destacamos que, inicialmente, havia a pretensão de se aplicar os questionários a um contingente de 250 beneficiários dentro do universo de 418, porém, ao longo da execução da pesquisa houveram algumas intercorrências, o que tornou inviável esta meta de 250. Isso se deve ao fato de que, iniciada a pesquisa, aqueles sujeitos selecionados, por meio de amostragem aleatória simples, dentro do universo, não foram encontrados em suas residências.

Ressaltamos que a equipe de pesquisadores tentou insistentemente e repetidas vezes o contato com o sujeito em sua moradia, de modo que em não se obtendo o êxito, nossa amostra delimitou-se nos 210 sujeitos entrevistados, que representa **50,23%** do universo, e que serviram de base para a análise aqui apresentada.

Nossa amostra, em termos percentuais esta porcentagem, no âmbito acadêmico é considerada muito significativa, de modo que nos permitiu extrair uma excelente análise

acerca da dinâmica dos empreendimentos do PMCMV no contexto local e no contexto mais amplo de experiências do PMCMV em nível nacional.

Para nossa pesquisa a dinâmica do território mostrou-se fundamental, haja vista que, logo de início nos apresentou o desafio de replanejar nossa ação enquanto pesquisador, buscando se adequar metodologicamente à realidade encontrada.

À aplicação dos questionários, seguiu-se a fase de análise, sendo que no tratamento estatístico empregou-se o uso dos softwares SPSS 18 for Windows. Realizou-se também uma análise descritiva dos dados buscando estabelecer possíveis relações e mediações entre os mesmos.

Dessa forma, o presente trabalho está assim estruturado: além dessa primeira seção que contempla a introdução e procedimentos metodológicos, há mais quatro seções e as considerações finais.

Na segunda seção discutimos a produção da cidade de Maringá atrelada às determinações conceituais marxista do valor-de-troca, sua posição no contexto da Região Metropolitana de Maringá (RMM), com notável destaque para a cidade polo, aqui abordada numa perspectiva capitalista, onde se sobressaem os interesses mercadológicos e a divisão social de classes que, se transmutam nas várias formas de desigualdade social, pobreza, favelamento, periferização, dentre outras, determinantes para a exclusão social e a segregação no acesso aos bens e a riqueza socialmente produzida.

Na terceira seção apresentamos a discussão acerca da segregação socioespacial como um componente do planejamento capitalista, onde há a consolidação da cidade de Maringá como uma mercadoria funcional à especulação imobiliária daqueles agentes privados, os empreendedores responsáveis pela produção da cidade.

Nesta seção se destaca a discussão acerca dos processos originários que caracterizam a segregação socioespacial em Maringá, desde sua implantação até os dias atuais.

Na quarta seção, analisa-se o processo de implantação dos empreendimentos do PMCMV faixa 1 R\$1.600,00 no distrito de Floriano.

Nosso propósito com esta seção é demonstrar o modelo de segregação socioespacial que vem se consolidando via PMCMV, tendo como aportes as determinações sociais, econômicas, culturais, dentre outras. Estes que têm contribuído para o realojamento populacional daqueles segmentos de baixa renda, que se encontram instalados numa área periférica da cidade, distribuídos num território segregado, com acesso nulo e/ou precário do

conjunto de serviços públicos e do conjunto de oportunidades existentes no espaço urbano de Maringá.

A partir das discussões desta seção refletimos em que medida o Programa Minha Casa, Minha Vida tem potencializado processos de segregação socioespaciais, contribuindo para a construção de estereótipos sobre as populações pertencentes a estes segmentos de beneficiários.

Nossa análise buscou ainda compreender como os agentes sociais representados pela figura do gestor da política pública municipal de habitação abordam a questão da produção de moradias do PMCMV.

Ademais, é salutar saber em que medida o segmento dos produtores imobiliários e dos planejadores do espaço urbano em Maringá têm se utilizado do PMCMV como mote de dominação e conformação social das classes sociais de baixa renda, legitimando a periferia como o lugar para os pobres e colocando-os enquanto classes subalternas.

Já na quinta seção, buscamos estruturar nossa análise a partir dos dados coletados *in loco* através da aplicação de questionários junto aos beneficiários dos três empreendimentos do PMCMV em Floriano.

Partimos do entendimento de um modelo de cidade que desde o início o poder público municipal junto com os planejadores privados, representados, sobretudo, na figura do mercado imobiliário, são agentes sociais parceiros na produção de espaços urbanos segregados e segregadores.

Neste modelo que discutimos impera a hierarquização socioeconômica e territorial, que são determinantes na ocupação populacional centro-periferia, modelo que tem legitimado o realojamento da pobreza frente à sociedade maringaense.

Assim, no presente estudo, que está distribuído ao longo destas cinco seções, analisamos quais as determinações que influenciam no realojamento da pobreza, situado na orbita que permeiam as latentes discussões sobre as manifestações da questão social, questão urbana, questão habitacional.

Por fim, nosso estudo estreita a análise sobre o complexo emaranhado que envolve a construção do espaço urbano, abarcando o direito à cidade e a dialética sociedade capitalista e suas relações sociais determinantes para as situações que, em Maringá, são promotoras dos processos de Realojamento da pobreza como uma interface da segregação socioespacial, ancorada na conceituação marxista de valor-de-troca.

Portanto, a análise da temática que intitulamos de “realojamento da pobreza” realizou-se cotejando os indicadores socioeconômicos, socioterritoriais e socioespaciais, com os dados da pesquisa de campo, onde analisamos em profundidade os objetivos estabelecidos.

Outrossim, buscamos confrontar as hipóteses levantadas inicialmente, de modo que se evidenciassem as densidades da segregação socioespacial e as estruturas de desigualdades sociais que abarcam nosso objeto, tais como, ausência de estruturas de oportunidades, estigmas vinculados à situação de pobreza, dentre outras.

2 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DA CIDADE DE MARINGÁ NA PERSPECTIVA DA TEORIA MARXISTA DO VALOR-DE-TROCA

2.1 Conceituando o Valor-de-Troca em Marx

Marx (2010) para se referir ao valor-de-troca parte do estudo da mercadoria, pois, segundo ele, a mercadoria como uma expressão da produção capitalista é a forma elementar de toda riqueza que busca satisfazer as necessidades humanas sejam elas de natureza física concretas, ou abstratas (MARX, 2010).

Ainda segundo Marx (2010), as mercadorias têm um duplo aspecto - quando expressam a sua materialidade útil são caracterizadas como valores-de-uso “*como valores-de-uso, as mercadorias são, antes de mais nada, de qualidade diferentes*; como valores-de-troca, só podem diferir na quantidade, não contendo, portanto, nenhum átomo de valor-de-uso” (MARX, 2010, p. 59 grifos meus).

Nesse sentido, quanto ao valor-de-troca, a sua essência está situada na relação quantitativa entre valores-de-usos de espécies diferentes, dado que as propriedades de qualquer mercadoria se igualam na medida em que são cotejadas umas às outras em proporções semelhantes.

A faculdade de igualar duas mercadorias, de naturezas diferentes, em formas quantitativamente idênticas acaba por afastar as propriedades que elas possuem enquanto valores-de-uso resignificando-as.

Marx (2010), por seu turno, nos informa que ao nos referirmos à relação de valor-de-troca: “Põem-se de lado os valores-de-uso das mercadorias, quando se trata da relação de troca entre elas [...] nela, um valor-de-uso vale tanto quanto outro, quando está presente na proporção adequada. (MARX, 2010, p. 59).

É nessa perspectiva que, no presente estudo, apresentamos a análise sobre a produção da cidade de Maringá. Nesse sentido, partimos da hipótese de que desde o início de sua idealização, os empreendedores capitalistas alinhados aos gestores públicos cuidaram para afastar as possibilidades da cidade enquanto um valor-de-uso – uma riqueza construída social e coletivamente a partir da ação de homens e mulheres – e se privilegiou o valor-de-troca da cidade enquanto um empreendimento altamente rentável e lucrativo aos agentes sociais responsáveis pelo planejamento da cidade.

Como valor-de-troca a cidade é vista na perspectiva mercadológica em que os bens nela contidos, perdem o seu caráter de atender às necessidades das pessoas e se concentram no elemento fulcral que é o lucro, enquanto componente para satisfazer àqueles planejadores capitalistas, cujos fins são meramente privados.

Para melhor se extrair a concepção de valor-de-troca em Marx, é necessário que se perceba que os valores-de-uso são constituídos pela incorporação de trabalho social útil, o que assegura aos produtos do trabalho o seu caráter também útil, e ao se alienar o valor-de-uso das mercadorias, aliena-se também todo dispêndio de força de trabalho útil nele corporificado.

Se se pensar a cidade como uma construção material do trabalho, percebe-se que ao alienar o valor-de-uso agregado a ela pela via trabalho, aliena-se o caráter útil da cidade, logo se prescinde às suas subjetividades, a saber: a cultura, o entretenimento, a participação, dentre outros, que são alguns dos elementos constitutivos das relações sociais entre as pessoas, mola mestra e essência de sua própria sociabilidade.

Acerca disso Marx (2010) afirma que:

Ao desaparecer **o caráter útil dos produtos do trabalho**, também desaparece o caráter útil dos trabalhos neles corporificados; desvanecem, portanto, as diferentes formas de trabalho concreto, elas não mais distinguem umas das outras, mas reduzem-se, todas, a uma única espécie de trabalho, o trabalho humano abstrato (MARX, 2010, p. 60 grifos meus).

Esta análise sobre o caráter útil do trabalho, na confecção material da riqueza social, apresentada por Marx, aplica-se analogamente à produção social das cidades, ou seja, a riqueza enquanto capital social, enquanto valores-de-uso, fruto da materialização dos processos de sociabilidades encarnado por meio do trabalho.

As relações sociais estabelecidas, na construção da cidade, não prescindem do próprio trabalho, isso significa que, enquanto um valor-de-uso, a cidade representa um todo e suas partes são frutos de prefigurações teleológicas imprescindíveis à categoria trabalho, que permite a homens e mulheres construir e reconstruírem a si mesmos, ou seja, construir as cidades, mediante o trabalho humano concreto.

Na medida em que a cidade perde a sua essência de ser valor-de-uso, quando se aliena as suas propriedades, o que resta, por conseguinte, é apenas o seu valor-de-troca, **numa relação material entre coisas**, que se relacionam apenas mercadologicamente.

Segundo Marx (2010) “na própria relação de permuta das mercadorias seu valor-de-troca revela-se, de todo, independente de seu valor-de-uso. Pondo-se de lado o valor-de-uso dos produtos do trabalho, obtém-se seu valor [...]” (MARX, 2010, p. 60).

Vejam os isso um pouco mais detalhadamente, de acordo com Marx (2010), as mercadorias, em sua gênese, e, **por conterem trabalho social útil – concreto** – contêm a capacidade de serem valores-de-uso, ou seja, possuem capacidade útil.

Como exemplo, Marx utiliza as seguintes mercadorias: o ferro, o linho e o trigo, “todavia, só são mercadorias por sua duplicidade, por serem ao mesmo tempo objetos úteis e veículos de valor. Por isso, patenteiam-se como mercadoria, assumem a feição de mercadoria, apenas na medida em que possuam dupla forma, aquela forma natural e a de valor” (MARX, 2010, p. 69).

Não se chega ao valor-de-troca de uma mercadoria, sem, contudo, entender o valor que ela detém, e por isso a relação de troca a que são submetidas, e, para que são submetidas, posto que, a produção de qualquer produto, não se encerra em si, com a sua produção, o processo prossegue, o produto é uma mercadoria detentora de substância valor.

As mercadorias, recordemos, só encarnam valor na medida em que são expressões de uma mesma substância social, o trabalho humano; o seu valor é, portanto, uma realidade apenas social, só podendo manifestar-se, evidentemente, na relação social em que uma mercadoria se troca por outra. Partimos do valor-de-troca ou da relação de troca das mercadorias, para chegar ao valor aí escondido” (MARX, 2010, p. 69).

Este ponto da análise de Marx (2010) é fundamental para o nosso entendimento sobre a cidade de Maringá, posto que, todas as propriedades materiais concretas contidas na cidade são representações de trabalho humano nela incorporado, logo, expressa um valor.

A cidade se apresenta como um produto, enquanto uma transmutação histórica tecida pelas mãos de homens e mulheres através da única substância que é capaz de agregar valor – o trabalho.

Destaque-se que em Maringá o produto do trabalho é tido como representações que figuram a partir de relações meramente mercadológica. Relações estas que são determinadas pelos agentes sociais planejadores do espaço, e se manifesta no evolver da sociedade maringaense sob a figura do valor-de-troca, ou seja, parafraseando Marx (2010) a cidade de Maringá na perspectiva do valor-de-troca põe de lado qualquer significado de cidade enquanto valor-de-uso, sobretudo para os seus reais produtores, trabalhadores e trabalhadoras.

2.2 A produção da cidade de Maringá na perspectiva da teoria marxista do valor-de-troca

A ocupação do espaço urbano da cidade de Maringá, desde sua fundação oficial, no ano de 1947, até os dias atuais, deixa entrever um modo de vida das pessoas atravessado por relações sociais muito desiguais – escamoteado numa imagem muito positiva que conjuga “modernidade” (**planejamento dos espaços, vias públicas, órgãos públicos, códigos de**

posturas, dentre outros) com atraso (acesso precário a bens e serviços, notadamente, pífias ações culturais, econômicas, educacionais, de saúde, moradia, dentre outras), muitas das quais privilegiam uma parcela que detém a hegemonia do poder econômico.

Para Rodrigues (2004) a produção da cidade de Maringá desde a sua gênese obedeceu a segmentos imobiliários que determinaram os processos de segregação socioespacial que, “[...] ao segmentar as áreas a serem comercializadas, segundo as especificidades socioeconômicas dos adquirentes, esse mercado fomentou, ao longo de mais de meio século, uma ocupação residencial também segmentada” (RODRIGUES, 2004, p. 26).

De um lado a cidade foi construída a partir de um planejamento moderno, racional, e diga-se ficcional. De outro lado, a estrutura decorrente desse planejamento vem expressando, ao longo do tempo, um agudo processo de segregação socioespacial – o seu componente central – com uma ocupação do espaço urbano no sentido centro-periferia.

Este modelo de ocupação, tem buscado atender aos interesses dos produtores desse espaço – os agentes do capital imobiliário – e à manutenção de processos de valorização imobiliária privilegiando, portanto, uma ocupação da cidade ancorada no valor-de-troca, em detrimento de qualquer política robusta que consolide a cidade na perspectiva do valor-de-uso.

A teoria marxista do valor-de-troca fornece subsídios que demonstram que a construção da cidade de Maringá foi incorporada como um negócio. Nesse sentido, é coerente em nosso estudo nos referirmos ao valor-de-troca, como um elemento determinante à extração da mais-valia fundiária e na valorização do solo urbano da cidade de Maringá.

Dessa forma, ao nos debruçarmos a estudar a cidade de Maringá, discutimo-la como uma região de relevante polaridade que desde sua gênese desponta como um grande negócio imobiliário, o qual, caracterizou o seu ulterior desenvolvimento.

Para Machado e Mendes (2012) “historicamente, a cidade assumiu várias formas e papéis, constituindo-se num produto social e econômico, resultante de ações acumuladas e articuladas entre os agentes produtores, reprodutores e consumidores do espaço, que, inserido no modo de produção capitalista, transforma-se em mercadoria” (MACHADO, MENDES, 2012, p. 05).

Na produção e reprodução do espaço urbano da cidade de Maringá legou-se variadas formas de desigualdades sociais e econômicas à sua população.

Nesse sentido, é possível afirmar que o acesso ao espaço urbano de Maringá e os serviços nele disponíveis tem se dado de maneira desigual, privilegiando-se uma parcela

abastada da sociedade, sobrepujando os interesses daquelas classes sociais de menor poder econômico, logo, valorizando os aspectos da cidade da perspectiva do valor-de-troca.

Aqueles grupos populacionais de baixo e/ou nenhum poder econômico sofrem constantemente com os processos de segregação socioespacial, sendo obrigados a morarem em áreas periféricas da cidade, distante dos locais de trabalho, espaços de lazer, escolas, centros comerciais, ou seja, desprovidos do acesso a bens e à riqueza socialmente produzida que constituem os valores-de-uso.

Ainda de acordo com Rodrigues (2004):

Maringá, implantada como cidade planejada, traz em sua concepção os pressupostos de ordem e controle. O projeto implementado prosperou e resultou numa cidade que, em meio século, obedeceu, em linhas gerais, ao traçado inicialmente almejado e ao plano de ocupação, que previa para 50 anos uma população em torno de 200.000 habitantes, possuindo, em 2000, quase 289 mil. Pode-se inferir que essa planejada ocupação não se confirmou totalmente, devido ao processo de adensamento demográfico decorrente do êxodo rural, na década de 1970, que não se podia prever inicialmente. **Com isto, neste período, configurou-se o fenômeno da periferização da pobreza.** (RODRIGUES, 2004, p. 34-35 grifos meus).

Para Mendes (2010), a sociedade e as diversas estruturas sociais, frutos da própria sociabilidade humana são responsáveis pela produção dos espaços urbanos, de tal modo que, “cada sociedade produz os seus espaços, determina os seus ritmos de vida, modos de apropriação, *expressando a sua função social, pelas formas através das quais o ser humano se apropria e que vão ganhando o significado dado pelo uso*” (MENDES, 2010, p. 2 grifos meus).

Ao analisarmos as reflexões de Rodrigues (2004) e Mendes (2010) percebemos o rumo tomado na ocupação do espaço urbano de Maringá que, desde o início de sua formação, como vem sendo apresentado, foi capitaneado pelo viés capitalista, na medida em que, historicamente, cumpriu sua vocação de grande empreendimento capitalista, com uma distribuição e apropriação do espaço urbano aos “privilegiados” ou como muito se tem falado, aos abastados economicamente, como mercadoria, altamente lucrativa, de modo que a cidade é vista a partir do seu potencial enquanto um *valor-de-troca*.

Como já aduzimos, a cidade se constituiu no tempo e no espaço conforme os interesses dos agentes privados, que agem em nome do capital imobiliário, da especulação,

exploração e supervalorização do solo urbano como negócio e têm ao seu lado, como parceiros, os agentes públicos².

Logo, para que compreendamos essa especificidade da produção do espaço urbano da cidade de Maringá, como uma mercadoria, a reflexão de Marx (2010) – no tocante à aqui ser o valor-de-troca o aspecto central da produção da cidade –, contribui para nossa análise e pressupostos aqui apresentados e defendidos.

A tese de Marx (2010), da relação do valor-de-troca das mercadorias, aplica-se em grande medida às características da produção da cidade de Maringá como vimos até aqui, haja vista que, ao privilegiar determinadas camadas “abastadas” da sociedade maringaense, os idealizadores puseram de lado os aspectos que dotam a cidade na perspectiva do valor-de-uso, priorizando os aspectos do valor-de-troca, ou seja, mercadológico da cidade.

Com isso, expuseram os limites do processo de segregação socioespacial, que compõe o desenvolvimento urbano da cidade de Maringá e que resultam nos processos de realojamento de grupos populacionais pobres, onde, de forma mais ampla se bradam as faces das expressões da questão urbana, questão habitacional e da “questão social” contemporâneas.

Outro aspecto que deve ser ressaltado de acordo com Rodrigues (2004), é que a cidade de Maringá traz as marcas da divisão social de classes no traçado do planejamento, originada enquanto empreendimento imobiliário da Companhia Melhoramento Norte do Paraná:

Quando o projeto ofertava os terrenos aos inúmeros compradores que os adquiriam, junto comercializava-se, também, a cidade que se pretendia construir – uma cidade planejada. Por fim, **planejada numa fase do urbanismo que associa a divisão do trabalho e a acumulação capitalista, que caracterizam as cidades modernas, à propriedade do solo urbano que se tornou, ela mesma, um mecanismo de reprodução do capital, no qual as cidades passam [...]** (RODRIGUES, 2004, p. 36-37 grifos meus).

É possível identificar na análise de Rodrigues (2004) que a cidade de Maringá é constituída na perspectiva de um empreendimento, um negócio destinado a ser lucrativo.

² A supervalorização do solo urbano se dá por exemplo com as alterações legais, que dão sentido ao uso e ocupação do solo urbano, e à medida que o espaço urbano é produzido, por exemplo, incorpora elementos de infraestrutura, planejamento urbano, e riqueza socialmente produzida pelo trabalho.

Nesse sentido, a produção do espaço urbano de Maringá seguiu padrões de uma urbe moderna, a partir do modelo da cidade jardim, cidade planejada com amplas áreas verdes e elevação de ruas largas.

Porém sua posse se destina à um segmento abastado, privilegiado, pois, desde logo se constituiu com uma estrutura social hierarquizada, delimitada a partir de uma estratificação econômica, que ao longo do tempo se mostrou por sua natureza segregadora.

A cidade é concebida para ser um lucrativo empreendimento imobiliário, e esta característica é uma marca conservada ainda nos dias atuais seja pelos planejadores privados seja pelos planejadores públicos, isso torna-se evidente

[...] quando se busca a manutenção dos mecanismos que garantam que a posse do solo urbano se mantenha como investimento lucrativo, em clara oposição à nova função social da propriedade do solo urbano recentemente estabelecida pelo Estatuto da Cidade (RODRIGUES, 2004, p. 37).

Ao tratar da temática do planejamento e da produção do espaço urbano da cidade de Maringá Cordovil e Rodrigues (2012) aduzem que,

[...] a cidade de Maringá (PR) é frequentemente reconhecida e associada a uma imagem urbanística muito positiva oriunda do planejamento de que resultou. Mas, esse plano inicial já previa um processo de ocupação residencial do território urbano que consolidava a característica de uma sociedade hierarquizada. Foram destinados espaços distintos segundo as possibilidades econômicas dos adquirentes em áreas denominadas zonas residenciais principais, populares e operárias. [...] um zoneamento determinado pelo padrão econômico que se desenvolveu e consolidou uma ocupação urbana caracterizada por recorrentes processos de segregação socioespacial, implementada pelas ações conjuntas dos agentes imobiliários e do poder público (CORDOVIL, RODRIGUES, 2012, p. 3).

Nesse sentido, sob uma ode “romântica” de cidade, ao passo que se construiu o seu planejamento gestou-se também no espaço urbano da cidade de Maringá, as condições que nos dias atuais são refrações da questão social, questão urbana, questão habitacional, a saber: pobreza, exclusão, segregação socioespacial, déficit habitacional, realojamento de grupos populacionais, dentre outras.

Frente a isso, é possível afirmar que a construção desse espaço se deu segundo os interesses e privilégios da elite imobiliária que viu na cidade a possibilidade de um grande negócio, enquanto valor-de-troca, com extração da mais-valia fundiária, o que ocasiona a

materialização de uma ocupação excludente e, como consequência, de realidades absolutamente antagônicas.

Portanto, a dinâmica que se deu na produção social do espaço urbano da cidade de Maringá – conjugando urbanização, desenvolvimento econômico, planejamento, etc., – foi no mais um grande codilho, pois o resultante desse projeto tem sérias refrações atuais na composição dos grupos populacionais distribuídos dentro do seu território e nas cidades do seu entorno, que expressa antes um legado que um modelo a ser seguido.

2.3 Elevação à condição de cidade polo da região metropolitana e a ampliação do valor-de-troca da cidade de Maringá na contemporaneidade

Parafraseando Cordovil e Rodrigues (2012), a elevação a polo regional deu-se devido ao *status* de protagonista da modernização, urbanização e desenvolvimento econômico local e regional que a cidade assumiu, inicialmente sustentada no planejamento fincado na extração vegetal, e posteriormente ancorada pela consolidação da cultura das lavouras de café.

Segundo Araújo (2010):

Com sua localização estabelecida numa área de 600 alqueires, Maringá foi implantada de acordo com os planos da Companhia de criar pequenas cidades e patrimônios, espaços urbanos onde a Rede Ferroviária Federal já havia instalado depósitos de água e madeira para o abastecimento das locomotivas. Estas pequenas cidades se distanciavam umas das outras, cerca de 400 quilômetros e as cidades concebidas para serem polos regionais ficavam distantes aproximadamente 100 quilômetros umas das outras. Maringá, Londrina, Cianorte e Umuarama foram projetadas para serem polos regionais (ARAÚJO, 2010, p. 170).

Ao ser elevada à cidade polo da Região Metropolitana de Maringá (RMM), a cidade estabelece em relação às demais cidades um modelo de hierarquização, consolidando em relação a estas o mesmo modelo que originou a estrutura da cidade.

Ressaltamos que esse processo de hierarquização, da cidade polo em relação às demais cidades que integram a RMM, se expressa através da arrecadação tributária, da estruturação de redes de serviços dissolvidas em sua malha urbana, e mesmo quando o assunto é a destinação de recursos, de modo que a cidade de Maringá acaba recebendo o maior número de investimentos, seja do governo Federal ou Estadual.

Uma das causas possíveis, considerando a discussão anterior de Cordovil e Rodrigues (2012) é a imposição da própria dinâmica do Modo de Produção Capitalista na construção do espaço urbano, que impõe estruturas hegemônicas, conduzidas sob a ótica do planejamento capitalista.

O espaço segundo Mendes (2010) não representa uma estrutura imutável, mas, uma estrutura dinâmica, cuja modelagem é dada mediante a interação dos inúmeros espaços que coexistem um em relação ao outro.

Assim, a partir de Mendes (2010) podemos dizer que cada sociedade produz o seu ritmo de vida, a partir das estruturas e complexidades e sua interação no espaço urbano, produzindo uma espécie de conteúdo social dotado de expectativas e desejos que, em termos marxistas, corresponde ao valor-de-uso.

Não obstante a posição “privilegiada” que a cidade ocupa, enquanto cidade polo da RMM, a apropriação a construção do espaço social da cidade de Maringá sob a ótica do realojamento populacional, expressa agudo contraste entre ricos/pobres, sobretudo, no que se refere ao território, no sentido centro periferia.

Nos espaços periféricos a pobreza fica mais evidente, pela falta e/ou escassez de serviços públicos, por exemplo, ausência de mercados, farmácias, transportes, áreas de convivência coletiva (parques, quadra de esportes, teatro, etc.), sendo que na relação metropolitana, com as demais cidades da RMM, o valor mercadológico do valor-de-troca sobrepuja também as propriedades e relações subjetivas que se expressam no valor-de-uso da cidade na perspectiva marxista.

A relação de hierarquização da cidade polo em relação as demais cidades da RMM, considerando o desenvolvimento social e econômico de Maringá, desde os seus primórdios, deixa entrever também como legado para o aglomerado dessas cidades as expressões da pobreza, onde as pessoas que moram nessas cidades, acabam por ser o exército de reserva de força de trabalho para a cidade polo.

A pobreza não se apresenta como algo da natureza humana:

[...] mas sim, uma condição social a que são submetidos certos homens, mulheres e crianças, decorrente de certo modelo excludente de desenvolvimento econômico e de uma forma de organização social que segrega as pessoas, separando-as por classe, gênero, preconceitos (OLIVEIRA, 2014, p. 35).

Nesse sentido, faz-se necessário cotejar a cidade sede da RMM no contexto metropolitano. Sabe-se que, comumente nas regiões metropolitanas brasileiras são encontrados problemas relacionados à questão urbana, questão habitacional, questão social dentre outras.

Estes problemas são determinantes para a manifestação das diversas situações de empobrecimento, exclusão e segregação socioespacial. Como pano de fundo observa-se as incipientes políticas públicas, a saber: as políticas urbanas, habitacionais, econômicas, dentre outras, que têm como marca a sua descontinuidade.

Isso tem suscitado questões sobre a mercantilização da ocupação do solo urbano, em detrimento do acesso à moradia adequada e digna à sobrevivência e ao desenvolvimento humano, e a superação das condições de pobreza, priorizando o direito à vida (LORENZETTI, 2001).

Destaca-se que ao cotejar a cidade de Maringá no contexto amplo da metropolização, há expressões claras do processo de realojamento de grupos populacionais pobres dessa cidade para cidades da RMM.

Nesse sentido é fundamental que nosso objeto de análise também se circunscreva em torno da análise dos limites da política urbana e a construção das cidades capitalistas e seu espaço urbano a partir de uma perspectiva de totalidade e dialética.

É bastante pertinente a análise de Machado e Mendes (2012) para os quais:

O processo de urbanização é um fenômeno que ocorreu e continua ocorrendo de modo diferente em vários espaços do mundo e está associado ao movimento histórico de desenvolvimento social, político, econômico e cultural objetivado pelas diferentes sociedades. Assim, pensar a cidade na tentativa de propor e buscar novas ações para (re)organizar o espaço urbano, buscando superar os novos e antigos problemas produzidos outrora, é um imenso e instigante desafio (MACHADO; MENDES, 2012, p. 2).

Dessa forma, a cidade de Maringá, no âmbito da dinâmica metropolitana urbana contemporaneamente, expressa um contexto de latentes manifestações da questão social, da questão urbana e, em especial, da questão habitacional.

Portanto a análise que abarca o objeto proposto em nosso estudo que consiste nos processos de realojamento da pobreza como interface da segregação socioespacial é uma realidade dissolvida tanto internamente nas veias constitutivas do espaço urbano da cidade de Maringá, quanto na própria relação da cidade polo com as demais cidades da Região Metropolitana de Maringá.

Ademais, cabe sinalizar nesse contexto de metropolização da cidade de Maringá que os aspectos da questão urbana, questão habitacional e questão social são, portanto, os elementos desencadeadores das inúmeras situações de pobreza da população na cidade e do processo de periferização desses pobres, seja ao longo da sua malha urbana nas zonas residenciais, seja no contexto amplo da RMM.

Cordovil e Rodrigues (2012), reforçam a tese da lógica do planejamento mediante a espacialização funcional da cidade de Maringá e sua produção e reprodução. Para as autoras a

[...] espacialização funcional da cidade, estabelecida pelo projeto de vocação modernista, em que as zonas residenciais definidas como 'principal', 'popular' e 'operária' se configuram não apenas enquanto funções, mas enquanto expressão de objetivos econômicos que, com esta prática, auferiram maiores lucros (CORDOVIL; RODRIGUES, 2012, 7-8).

Maringá constituiu-se enquanto uma cidade hierarquizada e diferenciada, e a construção e o planejamento do espaço urbano esteve alinhado:

com a funcionalidade e a definição de cada zona dada previamente e cumprida com o auxílio de leis municipais que procuravam manter o projeto original de Jorge Macedo Vieira e os valores dos lotes impostos pela Companhia [...] (ARAÚJO, 2010, p. 171 grifos meus).

É justamente sob essa **hierarquização** e **diferenciação** que se assenta a (re)distribuição do solo urbano da cidade de Maringá, que seguiu e segue até os dias atuais uma lógica mercadológica, onde predomina a produção/reprodução do espaço privilegiando-se o capital imobiliário, em detrimento dos interesses daqueles grupos populacionais em situação economicamente precárias, os quais, frequentemente, são relegados à própria sorte e concorrentemente se tornam alvo de processos de realojamentos e sua periferização (MACHADO; MENDES, 2012).

De acordo com Araújo (2010) pela capacidade de planejamento dos seus idealizadores, Maringá se destaca enquanto cidade pioneira no tocante ao crescimento econômico regional, patrocinado, sobretudo, pelo poder público municipal.

Entretanto, tal façanha no âmbito da economia realizou-se sem que fosse possível agregar toda a população ao processo de desenvolvimento econômico, de modo que parte dos grupos sociais que integram o tecido social da cidade passaram a sofrer com a ausência de renda e recursos econômicos.

Assim, fica evidente que o aporte que possibilitou a construção da cidade de Maringá, a partir do valor-de-troca, ou seja no viés capitalista, tem fundamentos nos interesses públicos e privados, que desde o início se interrelacionam.

Segundo Fleury e Silva, Silva (2015), no tocante ao planejamento da cidade há especificidades que merecem ser destacadas, a saber que:

A colonizadora, exercendo monopólio por muitos anos sobre as áreas adquiridas impulsionou pressões e especulação sobre os preços do solo, sobretudo em Maringá, dando condições para que seu território metropolitano fosse pautado pela desigualdade. Mesmo após a saída da CTNP do comando das cidades com as primeiras eleições, esta manteve influências no legislativo e junto a vários gestores municipais e estaduais, norteou a expansão das cidades e seus lucros. **Desta forma, plantou desde a gênese uma urbanização moldada de acordo com necessidades de acumulação capitalista, em clara coalizão Estado e agentes privados, em especial, o mercado imobiliário** (FLEURY E SILVA, SILVA, 2015, p. 270 grifos meus).

Percebe-se que, a despeito de Maringá ter alcançado sua emancipação política em 1951, a Companhia ainda capitaneava os rumos do município. Segundo Araújo (2010), a Companhia,

[...] exercia ao mesmo tempo o papel de agente imobiliário e algumas funções do poder público. Mesmo quando Maringá já havia alcançado a emancipação de Mandaguari, 1951, tendo constituído uma Prefeitura e Câmara de Vereadores, a Companhia conseguiu impor suas ideias e manter seus interesses (ARAÚJO, 2010, p. 173).

Conforme podemos observar, há uma continuidade dos interesses daqueles grupos que pensaram, planejaram, produziram e produzem o espaço urbano de Maringá, a despeito de haver transcorrido mais de 70 anos, desde a sua fundação, e de se ter, na contemporaneidade, uma sólida e diversificada política e de ter sido editados inúmeros instrumentos normativos para o uso e ocupação do solo urbano.

Com isso, fica evidente que os agentes que lucram com a produção da cidade, extraindo dela o mais valor ao abordá-la numa perspectiva mercadológica, se perpetuam no poder, as vezes por meio dos mesmos grupos hegemônicos - políticos e econômicos.

Assim, desde sua origem até os dias atuais em Maringá, podemos notar aquilo que Machado e Mendes (2012) nos apresenta enquanto **gerenciadores empresariais** da cidade:

[...] sob esta visão capitalista de construir e reconstruir a cidade, visto que nesse momento como mercadoria, que os arquitetos e urbanistas, escondidos na figura do Estado, unindo estratégias duvidosas, muitas delas intimamente atreladas aos interesses das classes hegemônicas, que se apresentam na figura das grandes corporações (banqueiros, empresas transnacionais, etc.), dos proprietários fundiários, dos incorporadores e promotores imobiliários, entre outros interessados na reprodução e acumulação de capital. *Aqui, é quase inevitável dizer que dentro desse processo, os planejadores urbanos configuram o papel de gerenciadores empresariais muitas vezes se confundindo com o próprio empreendedor*, passando assim, a desenvolver estratégias e ações de renovação urbana, favorecendo a lógica capitalista atendendo a seu próprio interesse e a de grupos hegemônicos (MACHADO; MENDES, 2012, p. 5 grifos meus).

Este é o sentido que queremos tornar evidente quando falamos a respeito da ocupação socioespacial da cidade de Maringá – o sentido de cidade alicerçada numa ocupação predominante capitalista –, em que o valor-de-troca é que determina a sua produção. Encontramos sustentação para nossas afirmações também em Cordovil e Rodrigues (2012) ao defenderem que:

[...] a produção do espaço urbano de Maringá e região legou intensa segregação socioespacial, **pois predominou desde os primeiros momentos de seu desenvolvimento o atendimento aos interesses do capital imobiliário que, ao segmentar as áreas a serem comercializadas segundo as especificidades socioeconômicas dos adquirentes, fomentou uma ocupação residencial claramente segregada e segregadora**. A segregação supõe a segmentação do espaço segundo condições de igualdade entre os seus ocupantes. Portanto, se insere na própria estrutura da sociedade desigual, expressando e, ao mesmo tempo, consolidando a divisão social hierarquizada moderna (CORDOVIL; RODRIGUES, 2012, p. 7-8 grifos meus).

Portanto, no sentido estabelecido acima – de cidade como aporte para os interesses capitalistas –, a segregação socioespacial da cidade de Maringá caracteriza-se como um processo que alimenta as inúmeras formas de desigualdades, atreladas a padrões socioeconômicos, sob o viés capitalista.

Assim, o realojamento da pobreza como uma interface da segregação socioespacial à luz do valor-de-troca, se consolida como uma maneira de atender a extração da mais-valia fundiária capitalista.

Nesse processo, a lógica mercadológica é a de extração do lucro, mediante a expropriação da mais-valia, por meio da produção e reprodução do espaço urbano através de estruturas sociais e econômicas segregadoras e desiguais, muitas delas regulamentadas em leis pelo poder público municipal.

Conforme Cordovil e Rodrigues (2012) a municipalidade de Maringá vem implementando e promovendo um planejamento urbano que prioriza os interesses do setor imobiliário com centralidade para o realojamento e a periferização dos grupos populacionais de baixa renda.

Dessa forma, é possível afirmar que os interesses privados em Maringá, sobrepujam os interesses da coletividade, de modo que, a cidade não vem cumprindo a sua função social.

Acerca da função social da cidade, o *caput* do art. 39, do Estatuto das Cidades, Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001 é categórico ao afirmar que, a propriedade urbana cumpre a função social, quando satisfaz “[...] o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à **justiça social** e ao desenvolvimento das atividades econômicas [...]” (BRASIL, 2001, p. 32 grifos meus).

A expressão da violação da função social da cidade em Maringá é uma face que se expressa de diversas maneiras, dentre elas o realojamento e periferização da pobreza, que encontram nas parcas políticas de habitação os elementos promotores e condicionadores da exclusão socioeconômica, segregação socioespacial e, sobretudo, a centralidade do valor-de-troca em detrimento do valor-de-uso na produção do espaço da cidade.

A outra face se reflete a partir do marketing social, em que a cidade de Maringá é apresentada ao longo dos anos a partir do *status* de “cidade da qualidade de vida” mesmo que nem todos os cidadãos desfrutem dessa cidade apresentada e especulada.

Logo, a qualidade de vida é cultivada para aqueles grupos populacionais instalados nas áreas centrais da cidade, enquanto que o seu oposto pode ser visto nas áreas da periferia, ou aquelas áreas para onde são realojadas as populações de baixa renda, como é o caso dos bairros onde são implantados os empreendimentos dos programas habitacionais, atualmente no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) em Maringá, notadamente, o Conjunto Habitacional José Israel Factori; Conjunto Habitacional Pioneiro José Pires de Oliveira e Gonçalo Vieira, todos no Distrito de Floriano.

Esta Maringá – periférica –, onde estão constituídos os empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida, é contrastante com a mesma cidade que ao longo dos anos estruturou uma ampla rede de serviços públicos, haja vista que, como afirma Machado (2004):

[...] há uma outra Maringá, que não convém apologizar. É aquela dos ausentes dos bancos universitários, dos que não podem consumir os serviços dos hospitais privados e especialistas da área da saúde, dos que vivem em bairros sem acesso à saúde pública de qualidade, às melhores escolas, sem

oportunidade de emprego, sem moradia e alimentação básica, entre outras necessidades (MACHADO, 2004, p. 45).

A Maringá destinada ao Programa Minha Casa, Minha Vida é totalmente desprovida da maioria dos serviços públicos, como postos de saúde, hospitais, mercados, escolas, quadras de esportes, ou mesmo outros serviços fundamentais que expressam o valor-de-uso da cidade imprescindíveis à sociabilidade humana, como: cultura, cinema, lazer, entretenimento, transportes, dentre outros, sendo-lhe negado o direito à cidade.

Claramente, observa-se em Maringá a produção e reprodução de uma cultura de negação do direito à cidade, identificada à uma higienização social dos “indesejáveis”, em que a **pobreza é realojada** para a periferia ou para as *idades-dormitórios*³ onde se concentra a maior parte dos trabalhadores.

Dessa forma, na cidade de Maringá os contingentes populacionais periféricos, bem como aqueles definidos como pobres, identificados dentro da linha da pobreza⁴, têm sido realojados para áreas periféricas da cidade ou nas cidades que compõem a área conurbada da RMM, as chamadas cidades dormitórios.

Destacamos que estes processos de realojamentos fazem parte de um projeto de poder – político e econômico, e que se concretizam tanto por meio da coação como também por meio do convencimento das populações pobres. Este projeto de poder gerenciado sob os interesses capitalistas.

Assim, pode-se afirmar que, desde o início os idealizadores que produziram, bem como aqueles que produzem na contemporaneidade a cidade de Maringá, estabelecem um paradoxo de cidade, haja vista que, de um lado a cidade apresenta um alto padrão, com moradias luxuosas e fortalezas de condomínios residenciais horizontais privados, e de outro a cidade cultiva uma pobreza e constante processo de higienização e realojamento dos “indesejáveis.”

³ De acordo com Ojima; Silva; Pereira (2008, p. 03) “[...] o termo ‘cidade-dormitório’ se vinculou aos processos de marginalização e periferização da pobreza nos contextos metropolitanos [...]” Disponível em:

http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/5encnacsobremigracao/comunic_sec_1_mob_pen_def.pdf>. Acessado em 26 de março de 2017.

⁴ Desde o ano de 2014, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) delimitou a linha oficial da pobreza que é o rendimento *per capita* de R\$ 77,00, desde então, esta caracterização é utilizada para estabelecer os critérios de acesso aos programas de transferência de renda do Governo Federal. Disponível em <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/11/um-pais-menos-desigual-pobreza-extrema-cai-a-2-8-da-populacao>>. Acessado em 26 de março de 2017.

Sendo assim, Maringá como cidade para o aporte dos interesses capitalistas, que se expressa por seu valor-de-troca, sobrepuja o valor-de-uso de cidade, numa dialética de opostos, pois na cidade capitalista, o lugar dos pobres é o limbo da subalternidade.

Logo, em Maringá sob à ótica de cidade capitalista, o desenvolvimento econômico não se conjuga com pobreza em que os influxos que orbitam o processo de produção da cidade se apresentam enquanto expressões da “**questão urbana,**” “**questão habitacional**” e “**questão social**” evidenciadas a partir das diversas formas de contradições intrínsecas e estruturais do modo de produção capitalista, “[...] alijando segmentos majoritários da sociedade do usufruto das conquistas do trabalho social” (IAMAMOTO, 2011, p. 129).

3 SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL: INTERFACE DO PLANEJAMENTO CAPITALISTA PARA O ATENDIMENTO À ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA E AOS EMPREENDEDORES PRIVADOS NA PRODUÇÃO DA CIDADE DE MARINGÁ

3.1 Maringá e os processos de segregação socioespaciais originários

Maringá emerge enquanto cidade no limiar da industrialização “pesada” brasileira. Delimitar o momento em que a cidade tem suas bases de fundação estabelecidas é fundamental, pois, sabe-se que a industrialização urbana demarca, para as sociedades capitalistas modernas, modelos de sociabilidades bastantes específicos, marcados pela divisão social de classes e divisão social do trabalho (burguesia e proletariados). De um lado, os detentores dos meios de produção e, de outro, os detentores da força de trabalho.

Essa divisão social de classes, que é emblemática do processo de industrialização, vai marcar profundamente as transformações urbanas nas cidades, sobretudo, no sentido do capitalismo central para o capitalismo periférico, como é o caso das cidades brasileiras.

A discussão sobre o realojamento da pobreza que, no presente trabalho, se refere aos processos de remoções de populações pobres para as áreas periféricas da cidade de Maringá, requer a análise da constituição do espaço urbano, sob o viés capitalista, o marco da industrialização e da cidade como mercadoria, ou seja, como um negócio para os interesses capitalistas.

Desde o seu surgimento, a constituição da malha urbana da cidade de Maringá inicia-se a partir de uma ocupação segmentada, atrelada a um processo de hierarquização de classes sociais, distribuídas em: Zonas residencial principal, popular e operária.

Nesse sentido é que devemos buscar estabelecer a relação da cidade e os processos de sociabilidades que se constituíram originariamente até os dias atuais, pois são imprescindíveis para explicar o fenômeno do realojamento e da periferização da pobreza como resultado de um projeto segregacionista, executado pelos empreendedores produtores da cidade segundo seus interesses mercadológicos.

Deve-se destacar que os interesses de imobiliáristas é uma marca presente no projeto de cidade que nasce junto com Maringá. Para Rodrigues (2004), a cidade de Maringá:

[...] foi edificada sob a égide do planejamento, observado quando – numa presumível influência positivista – os engenheiros urbanistas foram às pranchetas, idealizaram um determinado espaço concreto (*encomendado por uma empresa imobiliária*), composto por uma estrutura urbana ordenada em funções residenciais, comerciais, industriais, etc. (previstas no projeto), que seria implantada e mantida por um processo de controle (os planos diretores formulados a partir de 1967) que tem caracterizado as sucessivas administrações do município na resolução dos “problemas urbanos” (RODRIGUES, 2004, p. 34 grifos meus)

Sabemos que não podemos nos furtar da análise entre cidade e sociedade, tendo em vista que contemporaneamente, a cidade e a sociedade, nela compreendida, são o *locus* das variadas formas de transformações sociais, econômicas, culturais, religiosas, dentre outras.

Estas transformações estão comumente atreladas ao processo sócio-histórico que compreende a sociabilidade das classes sociais e a correlação de forças entre os diversos projetos societários e, nesse sentido, as cidades são capturadas pela lógica capitalista e cercadas por dicotomias que acabam gerando as desigualdades sociais.

A cidade de Maringá, de igual forma a outras cidades, resulta de um conjunto de relações atreladas ao processo de desenvolvimento do Modo de Produção Capitalista, bem como, do conjunto de transformações operadas a partir das forças produtivas que determinam as relações e os padrões de sociabilidade das pessoas, ou seja, as determinações/relações sociais, os vínculos interpessoais, as instâncias e redes de pertencimento, ou aquelas relações de exclusão e segregação social (POLANYI, 1980).

Deve-se compreender, conforme Polanyi (1980), que a cidade, e de igual modo, a sociedade contemporânea, enquanto uma estrutura resultante do Modo de Produção da sociedade Capitalista, expressam variadas formas de segmentação, hierarquização e exclusão socioespacial.

De acordo Rodrigues (2004) o Brasil passou por um intenso processo de urbanização de 1940 a 2000, alcançando um grau de urbanização de 81,2% da população. O processo de urbanização é determinado pelo tipo de economia que se pratica.

No que se refere à cidade de Maringá, faz-se necessário compreender algumas especificidades, primeiro pelo seu surgimento atrelado ao momento histórico de industrialização pesada do Brasil, segundo, é necessário compreender que o tipo de economia praticada na microrregião que compreendia o município de Maringá atraiu um grande contingente populacional que povoou rapidamente as áreas rurais, com destaque para as ocupações em função da lavoura do café.

De acordo com Luz (1997) o cultivo do café em Maringá por volta de 1959 se tornou uma cultura perene e como tal,

[...] exige muitos cuidados e mão-de-obra numerosa, provocou a migração de um forte contingente populacional para a zona rural, vindo de outras unidades da Federação em busca de oportunidades de trabalho e na esperança de conseguir recursos para adquirir suas próprias terras” (LUZ, 1997, p. 121).

No final da década de 1950, a cultura cafeeira na região de Maringá tornou-se pujante, sendo determinante para o processo de sociabilidade e construção da cidade polo, e por delimitar os padrões de ocupações rurais e urbanas nas décadas seguintes.

Conforme Luz (1997, p. 121) “a lavoura cafeeira não acarretou prosperidade apenas para a zona rural; estimulou, ao mesmo tempo, a criação de inúmeros núcleos urbanos, que serviam para integrar a área agrícola.”

A concentração populacional acelerada atraiu profissionais de diversos ramos de atividade. Os órgãos governamentais também passaram a se fazer presentes na região antes despovoada e inóspita e que agora se integrava economicamente ao restante do Estado [...]

A intensa atividade que se verificava na zona rural do Município de Maringá, na década de 1950, deveu-se, portanto, ao café, que influenciou toda a sua vida econômica (LUZ, 1997, p.121).

A pujante atividade agrícola cafeeira dinamizou, tanto na área rural quanto na área urbana, os processos de sociabilidades, de modo que, puxada pela intensa economia cafeeira, a cidade rapidamente se urbanizou, (**ver tabela 1**) a seguir, com o estabelecimento de órgãos governamentais e instituições financeiras, que tinham na cidade de Maringá a sede para os negócios na região. O objetivo da Companhia, que era promover uma ocupação em massa da cidade de Maringá, foi se concretizando capitaneada pela economia cafeeira (LUZ, 1997).

Tabela 2 – Características demográficas da população residente no Distrito de Maringá por sexo na década de 1950 e 1960 segundo dados oficiais do Censo Demográfico – Maringá - 2017

População	Ano 1950		Ano 1960	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Sexo				
%	53,6	46,4	51,9	48,1
Total	20.683,168	17.904,832	53.740,374	49.805,626

Fonte: Adaptado pelo autor a partir de France Luz (1997).

Conforme podemos observar na tabela 1, a população do Distrito de Maringá em 1950 era de 38.588 habitantes, dos quais 53,6% pertenciam ao sexo masculino, ante 46,4% do sexo feminino.

Na década de 1960 há um aumento considerável da população no município que, passou para 103.546 habitantes, dos quais 51,9% eram homens e 48,1 eram mulheres.

Este crescimento em relação à população do município na década de 1950 significou um aumento de mais de 168,3% em apenas uma década, o que expressa o alto grau de ocupação do município de Maringá.

A tabela 2, a seguir, mostra a distribuição populacional segundo a situação do domicílio, que segundo Luz (1997), na realização do Censo Demográfico de 1960 se passou a adotar as nomenclaturas de (zona urbana/zona rural) estas nomenclaturas não eram assim nominadas quando da realização do Censo Demográfico de 1950.

De acordo com notas explicativas da autora, (*no texto original*), na confecção dos dados, considerou-se a Sinopse Preliminar do Censo Demográfico do Estado do Paraná 1960, para estabelecer uma conexão com a evolução da distribuição populacional entre 1950 e 1960.

Tabela 3 – Aumento da população Urbana/Rural e total em Maringá, entre a década de 1950 e 1960 segundo dados da Sinopse Preliminar do Censo Demográfico do Estado do Paraná – Maringá - 2017

População	Ano 1950		Ano 1960	
	Rural	Urbano/suburbano	Rural	Urbano
Distribuição Populacional				
%	81,2	18,8	54,3	45,7
Total	31.333,456	7.254,544	56.543,133	47.587,867

Fonte: Adaptado pelo autor a partir de France Luz (1997).

De acordo com a **tabela 2** podemos observar que há alterações significativas na população rural e urbana com um acentuado crescimento desta última entre a década de 1950 e 1960.

É possível perceber que a população rural em 1960, na contramão do crescimento apresentado na população urbana, teve uma regressão acentuada em relação à população originária de 1950, ou seja, mesmo ainda predominando, a cultura da lavoura do café à época, a cidade já apresentava uma alta taxa de população urbana, seguindo assim o ritmo do êxodo rural; urbanização; formação do mercado nacional e do setor de serviços do País.

O programa de incentivo à substituição das importações por produtos produzidos nas grandes cidades industrializadas brasileiras dentre elas São Paulo, Rio de Janeiro, entre outras, influenciou sobremaneira a urbanização de várias outras cidades brasileiras.

O êxodo rural [...] destaca-se, dessa forma, como uma das consequências mais conhecidas desse estilo de desenvolvimento. Apesar de registrado desde os anos 1940 como um dos fatores que impulsiona a rápida urbanização do país, nesse período, cresce tanto em volume quanto em velocidade, importando significativamente na estruturação do mercado de

trabalho urbano. Ele é um dos determinantes da reprodução de uma dualidade já conhecida no regime de trabalho brasileiro: a que se expressa entre o emprego formal e o informal, com as repercussões que este último traz em termos de precariedade e “desproteção” social. (SANTOS, 2008, p. 121 grifos originais).

Assim como o restante do país, o fator da industrialização paralelo ao fenômeno do êxodo rural serão pontos decisivos para a urbanização da cidade de Maringá. Ademais, insta também ressaltar como determinantes para o processo de urbanização de Maringá os fenômenos climáticos da década de 1975 conhecido como “**a grande geada de 75**”, que culminou com grandes perdas na lavoura do café.

Outro elemento foi a incorporação das pequenas propriedades rurais pelos grandes latifúndios, que se deslocam da cultura cafeeira para o cultivo de cana-de-açúcar, produção de cereais (milho, soja, trigo), expropriando a propriedade das populações rurais que, tomadas pelo sentimento de desolação, frustração e incapacidade passam a se deslocar para áreas periféricas da cidade de Maringá.

Em muitas das áreas que receberam os fluxos migratórios não havia nenhuma estrutura de serviços públicos. Estas populações passam a constituir os primeiros núcleos de favelas presentes à época, por volta da década de 1980, na cidade de Maringá (RODRIGUES, 2004).

No tocante à estrutura de ocupação da população, segundo Luz (1997) o ritmo de urbanização vai determinando a transição das ocupações do setor primário para o terciário “[...] já que o setor secundário, que abrange as atividades de transformação de matérias-primas, ainda não estava suficientemente desenvolvido para atrair e ocupar boa parte da mão-de-obra disponível” (LUZ, 1997, p. 135).

Assim como o restante do país, o desenvolvimento da cidade de Maringá, e sua relação com o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, se dá conjugando o arcaico com o moderno, ou seja, formas primitivas de produção agrícolas com formas incipientes do setor secundário, gerando um inchaço no setor terciário.

Este setor acaba recepcionando a maior parte da força-de-trabalho não especializada, recém-chegada do campo, e ligeiramente distribuída na realização de trabalhos informais, subempregados, por conta própria, dentre outras formas de trabalhos.

Uma análise sobre a mudança no perfil da cidade de Maringá é elaborada por Araújo (2010), a qual explica que:

Com o aumento do cultivo da soja e do trigo, o trabalhador rural perdeu lugar na produção agroindustrial e deslocou-se para as cidades. Nesse

contexto, Maringá tornou-se um alvo privilegiado como receptora da população imigrante, por ser um exemplo de desenvolvimento regional (ARAÚJO, 2010, p. 185).

Desse modo, o processo de urbanização da cidade de Maringá se intensifica, sobretudo, pós década de 1970 com um deslocamento populacional rural/urbano ainda mais robusto.

É mister destacar que este fenômeno vai implicar em um processo de urbanização e uma aguda periferização populacional, haja vista o alto custo da terra urbana em regiões mais nobres da cidade.

Conforme analisa Luz (1997), acerca da urbanização da cidade de Maringá:

[...] a ocupação do seu perímetro urbano refletiu o interesse da companhia responsável pela sua implantação, voltada para a valorização rápida das terras, tanto as destinadas à exploração agrícola como as reservadas aos núcleos urbanos. *Em outras palavras, refletiu os interesses de uma empresa colonizadora particular, cujo objetivo era obter lucros com a venda dos lotes em que dividira suas terras, e, a nível da sociedade global, os interesses dos detentores do capital* (LUZ, 1997, p. 136 grifos meus).

Dessa forma, capitaneado pelos interesses da companhia e os auspícios dos capitalistas detentores do poder econômico, aos poucos surge o tecido e a malha urbana da cidade de Maringá, representado na distribuição espacial centro periferia, com seus variados processos de sociabilidades.

Ainda sobre a ocupação do espaço de Maringá, Fleury E Silva e Silva (2015) afirmam que:

A partir da década de 1960, Maringá atraiu grande número de moradores, sendo os de menor renda instalados em conjuntos habitacionais implantados nas bordas da cidade, por conta de leis urbanas restritivas que expulsaram a população de mais baixa renda para os municípios próximos. Esse explícito processo de segregação socioespacial foi acentuado a partir de 1975, com a vinda de grande contingente populacional para as áreas urbanas, motivada pela forte geada ocorrida na região e do êxodo rural presente em quase todo país (FLEURY E SILVA; SILVA, 2015, p. 271).

Rodrigues (2004) afirma que “[...] o padrão de urbanização das metrópoles brasileiras, compreendido desde os anos 50, foi qualificado, pela literatura crítica da questão urbana, com a noção de ‘padrão periférico’” (RODRIGUES, 2004, p. 34).

É com este perfil que o tecido urbano da cidade de Maringá surge - “rasgado” pela periferação dos contingentes populacionais de baixa renda. Acerca do tecido urbano das cidades Lefebvre (2001) esclarece que:

O tecido urbano pode ser descrito utilizando o conceito de *ecossistema*, unidade coerente constituída ao redor de uma ou de várias cidades, antigas ou recentes [...] com efeito, o interesse do “tecido urbano” não se limita à sua morfologia. Ele é o suporte de um “modo de viver” mais ou menos intenso ou degradado: a *sociedade urbana*. (LEFEBVRE, 2001, p. 19 grifos originais).

Polanyi (1980), descreve a sociabilidade nas cidades contemporâneas a partir de uma perspectiva dialética, em que se pode afirmar que as cidades são um produto da sociedade capitalista, onde se refletem as contradições desse sistema.

Logo, a organização social da sociedade, e as estruturas das cidades contemporâneas, se contradizem àquelas formas de relações pré-capitalistas, considerando que nesse estágio, as condições de sociabilidades se evidenciavam por relações de coesão, heterogeneidade, partilha e convivência comunal (POLANYI, 1980).

Analisando a urbanização da cidade de Maringá a partir do pensamento de (RODRIGUES 2004; LEFEBVRE 2001 e POLANYI 1980), destacamos a periferação dos segmentos sociais que passaram a ocupar a malha urbana da cidade sem nenhuma coesão social, onde seus interesses foram sobrepujados pelos interesses dos grupos hegemônicos, de modo que, se passou a evidenciar as contradições de uma sociedade sem nenhuma integração na cidade capitalista.

Assim, os interesses mercadológicos dos capitalistas que se estabeleceram em Maringá, são transferidos para o planejamento excludente, que resultou na produção do tecido urbano da cidade, o qual, não conjuga um tecido social coeso, capaz de promover interação socioterritorial, pelo contrário, a distribuição espacial permite identificar uma disjunção entre as áreas territoriais, onde as populações de menor poder aquisitivo são relegadas às periferias da cidade, em um processo de distanciamento socioterritorial entre as classes sociais de maior poder econômico e aquelas de baixa renda.

Para Lago (2015):

A noção de padrão periférico de urbanização passou a ser utilizada, a partir da década de 1970, para explicar a particularidade da metropolização brasileira, resultante da combinação entre a modernização da economia, com o consequente aumento da produtividade, e as formas extremas de

exploração da classe trabalhadora. Nesse modelo de crescimento, estabeleceu-se, via intervenção do Estado, um crescimento urbano segregador e excludente. De um lado, porque a lógica das políticas públicas era atender prioritariamente às necessidades do grande capital em matéria de infraestrutura e serviços urbanos, relegando a plano secundário as relativas à reprodução da força de trabalho. De outro, a inadimplência do poder público quanto ao controle e ordenamento do crescimento urbano permitiu que o espaço das grandes cidades fosse organizado ao sabor da especulação imobiliária (LAGO, 2015, p. 25).

Defendemos que a reflexão apresentada em Polanyi (1980) e Lago (2015) servem de subsídio para pensar a construção da cidade de Maringá, pois em nossa análise, identificamos que desde sua origem, desponta na perspectiva de um empreendimento capitalista, que tem como apoiador as instituições do Estado, este, no caso da ocupação socioterritorial de Maringá, se apresenta como um agente protagonista de ações que legaram variadas formas de segregação socioespaciais àqueles grupos de baixa renda que, por sua condição socioeconômica são considerados pobres.

A Zona Residencial Operária ou Vila Operária, **figura 1** a seguir, foi uma das delimitações socioespaciais que anunciaram a construção da cidade de Maringá, como o próprio nome já sugere, esta área, destinava-se às instalações dos trabalhadores operários.

Estes tipos de instalações, de acordo com Bonduki (1994), estavam:

Vinculadas à emergência do trabalho livre no país, grande parte das vilas operárias surgem em decorrência da necessidade de as empresas fixarem seus operários nas imediações das suas instalações, mantendo-os sob seu controle político e ideológico e criando um mercado de trabalho cativo (BONDUKI, 1994, p. 5).

Não obstante à funcionalidade da Vila Operária à Companhia, podemos afirmar que este traçado inicial, configura-se enquanto um dos mais profundos processos de segregação socioespacial originários na construção da cidade de Maringá, pois, estabelecia a ocupação residencial da cidade segundo o recorte de renda, sendo o lugar destinado àquelas populações de menor poder aquisitivo.

Figura 1 - Legenda do Ante-Projeto Original de Maringá – Maringá - 2017



Fonte: Prefeitura de Maringá.

Rodrigues (2004) analisa que a espacialidade definida no traçado inicial de Maringá “[...] separou os moradores conforme suas possibilidades econômicas de acesso ao solo urbano e, ao fim, segregou-os num limite tão extremo que os grupos de renda baixa da população só encontraram possibilidade de moradia fora dos limites da cidade, no entorno metropolitano” (RODRIGUES, 2004, p. 46).

Nesse sentido, quando reafirmamos neste trabalho que há um “reajustamento da pobreza” buscamos demonstrar para além dos processos de segregação socioespaciais presentes.

Buscamos reelaborar um entendimento histórico-dialético, para assim podermos compreender o presente como uma sequência de desdobramentos resultantes de decisões passadas e ideais cristalizadas num projeto com interesses bem delimitados, ou seja, construir uma cidade capaz de atender aos anseios de grupos econômicos hegemônicos, que visualizassem na cidade a oportunidade para a obtenção de lucros.

Nesse sentido, a especialização da malha urbana da cidade de Maringá, para (Socorro 2004 apud Rodrigues, 2004, p. 47):

Foi um zoneamento por renda. Mas também tinha alguma coisa de funcional, pois a zona industrial original de Maringá era a zona 10, e em frente à zona 10, tinha a zona operária. Então nada mais natural que os operários morem na frente da zona industrial para não ter a dificuldade de transporte. A zona operária que é a zona 3 está muito claro que é uma concepção funcional. No caso da zona 2, por exemplo, era a zona que ficava imediatamente na frente do centro, a mais bem localizada e de alto padrão, entre dois bosques, super nobre, delimitada pelo centro, por um bosque e por outro bosque, então uma zona maravilhosa. E as zonas populares (zonas 4, 5 e 6), já são por renda mesmo, igual à zona 2. Quem quiser pagar mais vai morar na zona 2, mais perto do centro, uma situação melhor. Eu não diria que é por isso, mas, eu acho que uma pessoa de maior poder aquisitivo que viesse comprar um lote na zona 2 se sentiria muito confortável sabendo que entre ela e a zona operária existe um bosque e entre ela e a zona popular existe outro bosque [...]. A Companhia fez um trabalho maravilhoso, mas, ela era uma companhia imobiliária, ela tinha que ter lucro (SOCORRO, 2004, apud RODRIGUES, 2004, p. 47 destaque no citado).

Contemporaneamente, há a continuidade desse processo histórico de segregação socioespacial, que se apresenta na continuidade da usurpação das estruturas jurídico institucionais do Estado, as quais, visam amparar os interesses privados por detrás da figura dos empreendedores, a saber: imobiliários, empresários, políticos, dentre outros, os quais, se apresentam enquanto investidores: parceiros do progresso, da ordem social, protetores da família e da propriedade privada, ou seja, utilizam-se dos mesmos pressupostos positivistas que sustentaram o modelo inicial de cidade pautado no controle, na segregação, e nos interesses individuais.

Para Rodrigues (2004):

[...] a presença do poder público, outro agente também responsável pela definição do tipo de urbanismo que se implementou em Maringá, pois foi o poder público, em última instância, que reiterou, através do planejamento e das políticas urbanas definidas, qual cidade se edificaria. O que ocorreu, inúmeras vezes, foi a presença no governo municipal (executivo ou legislativo) de indivíduos que também atuavam no mercado imobiliário, exceção ao poder executivo no primeiro mandato, que enfrentou forte resistência da companhia incorporadora (RODRIGUES, 2004, p. 47)

Esta realidade apresentada por Rodrigues (2004) se estende para os dias atuais, pois, visando atender aos interesses dos empreendedores capitalistas do setor imobiliário, constrói-se a cidade na perspectiva do valor-de-troca.

Assim, o governo municipal local, tem implementado uma política urbana que relega àqueles grupos populacionais de baixa renda à periferização e à segregação socioespacial,

enquanto uma parcela hegemônica que detém o poder econômico e político se apropria da infraestrutura pública urbana em benefício privado.

De acordo com Araújo (2010):

Por suas características positivas, Maringá atraiu uma população de imigrantes do próprio Paraná e de outros Estados para estudar, trabalhar, fazer tratamento de saúde ou morar – devido à qualidade de vida –, e para investir, comprando imóveis. Muitos proprietários dos imóveis urbanos de Maringá são agricultores, comerciantes ou empresários que, mesmo residindo em outras cidades, optam por adquirir imóveis nesta cidade, por seu alto valor no mercado imobiliário [...].

A compra e venda de imóveis é uma atividade econômica cuja rentabilidade é certa e, muitas vezes alta. Todos esses fatores fazem do setor imobiliário um ramo da economia de grande influência em Maringá (ARAÚJO, 2010, p. 174-175).

Essa imagem de cidade para os negócios, cidade empreendimento, nasce junto com o ideário e desejos dos empreendedores da companhia, porém tem um legado para as populações que aqui se instalaram e se instalam ainda nos dias atuais.

Andrade e Cordovil (2008) afirmam que:

Maringá nasceu a partir de um plano urbanístico, com representações simbólicas que enfatizam a sua imagem urbana e destacam um polo regional que se criava em uma região sem ocupação urbana anterior. A construção da cidade expulsou os habitantes iniciais do território e, ao longo de sua história, os projetos urbanos voltam-se para a promoção imobiliária. Em sessenta anos de fundação da cidade, as mais recentes intervenções não são estratégias novas, o espetáculo urbano marca as políticas voltadas para a promoção da cidade nas quais não há a participação popular ativa. **As intervenções urbanísticas produzem imagens para diferenciar um lugar e inventar uma identidade, estimuladas tanto por uma companhia loteadora quanto pelas ações públicas urbanas** (ANDRADE; CORDOVIL, 2008, s/p grifos meus).

Conforme podemos observar em Rodrigues (2004) e Andrade e Cordovil (2008), o legado do planejamento de que resultou Maringá, se expressa através dos processos de “higienização da pobreza”, onde se pratica a distribuição espacial dos segmentos “indesejáveis”, para as periferias da malha urbana da cidade, ou para cidades da Região Metropolitana de Maringá (RMM).

Diante disso, (re)constrói-se uma imagem positiva de cidade, na qual, a imagem de tudo aquilo que lembra pobreza é dizimada ou escamoteada por meio dos processos de

segregação socioespaciais modernos, amplamente ratificados pelo poder público Municipal local.

Na seção que se segue, apresenta-se os desdobramentos contemporâneos da segregação socioespacial na cidade de Maringá.

3.2 Maringá e os processos de segregação socioespaciais contemporâneos

Destaca-se que, em Maringá, ao se fazer/refazer o espaço urbano, tem se destacado os processos de segregação socioespaciais, que ressignificam a cidade como um elemento privado, individual.

Nestes processos se sobressaem aquelas formas de segregação socioespaciais oriundas do realojamento de grupos populacionais de baixa renda e, aqueles que Caldeira (2000) classifica como processos de enclausuramento, traçados a partir do mercado imobiliário, onde a cidade se constitui em fortalezas de condomínios residenciais e se destaca também como valor-de-troca, e como negação do direito à cidade.

Para Harvey (2013) as cidades, devido à dinâmica capitalista neoliberal contemporânea, exigem uma continua transformação do meio urbano e das relações sociais, pois, “[...] se a cidade é o mundo que o homem criou, então é nesse mundo que de agora em diante ele está condenado a viver” (PARK, 1967 apud HARVEY, 2013, p. 27).

Assim, “escolher” viver nas cidades colocou para o plano do imaginário e do concreto formas de sociabilidades complexas que demandam das pessoas constantes adaptações - liberdades e restrições.

A liberdade da cidade é, portanto, muito mais que um direito de acesso àquilo que já existe: é o direito de mudar a cidade mais de acordo com o desejo de nossos corações. Mas se Park está certo – ao refazer a cidade refazemos a nós mesmos –, então precisamos avaliar continuamente o que poderemos fazer de nós mesmos, assim como dos outros, no decorrer do processo urbano. Se descobrimos que nossa vida se tornou muito estressante, alienante, simplesmente desconfortável ou sem motivação, então temos o direito de mudar de rumo e buscar refazê-lo segundo outra imagem e através da construção de um tipo de cidade qualitativamente diferente. A questão do tipo de cidade que desejamos é inseparável da questão do tipo de pessoa que desejamos nos tornar. A liberdade de refazer a nós mesmos e as nossas cidades dessa maneira é, sustento, um dos mais preciosos de todos os direitos humanos (HARVEY, 2013, p. 28).

Caldeira (2000) e Harvey (2013) nos brindam com análises brilhantes sobre o “fazer/refazer” o espaço social da cidade. Caldeira (2000) abre a discussão sobre a estratificação e o enclausuramento social originados a partir dos enclaves fortificados, que

geram formas de segregação socioespacial onde é predominante a “aversão” social e ou sociabilidade restrita entre os grupos homogêneos. De modo que, por meio dos enclaves fortificados, se condicionam ao isolamento do “mundo” exterior, logo, constroem sociabilidades seletivas.

Harvey (2013) vai nos mostrar que é possível construir cidades diferentes “ao fazermos a cidade fazemos a nós mesmos” (HARVEY, 2013, p. 28) e, ao refletirmos sobre fazer o tecido urbano da cidade de Maringá, cabe a nós nos indagarmos se queremos produzir uma cidade qualitativamente diferente ou se adotaremos o velho modelo – saturado – adotado inicialmente pela Companhia? E que tipo de pessoas queremos ser, pois o modelo de cidade que escolhemos, vai refletir a nossa imagem – inclusiva ou excludente.

A análise sobre a cidade que queremos e, de refazermos a nós mesmos, nos leva ao limite das fronteiras da categoria trabalho, pois, nos termos marxistas tudo o que produzimos, é fruto do trabalho, que ele define como sendo a ação do homem sobre a natureza.

Através do trabalho, o homem ao longo da sua história promoveu o seu processo de sociabilidade, transformando a natureza ao passo que realizou também transformações em si mesmo (MARX, 2010).

Mendes (2010) analisa que a produção do espaço urbano está ligada umbilicalmente à distribuição espacial do trabalho, para ele:

O espaço social (urbano) é produto e produtor de relações de produção e de reprodução de uma dada sociedade. Reforça-se o componente social na consubstanciação da análise geográfica. O espaço é grandemente definido pela divisão espacial do trabalho como produto direto da morfologia social hierarquizada e diferenciada, e cuja reprodução se encontra vinculada ao carácter social e histórico do capitalismo na produção do espaço (MENDES, 2010, p. 2-3).

Para homens e mulheres transformarem a si mesmos e ao espaço que ocupam na cidade, foi necessário, antes de mais nada, estabelecer uma mediação com outros seres da sua espécie e destes com os elementos presentes na natureza, atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo em que modifica sua própria natureza (MARX, 2010).

Ao analisar a categoria trabalho, Marx (2010) o define como uma ação que é exclusiva do ser humano, “uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colmeia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor

abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade” (MARX, 2010, p. 211).

Ao longo do processo de sociabilidade, através do intercâmbio com a natureza, o homem construiu os instrumentos ou os meios de trabalho⁵ que permitiu realizar sua ação transformadora sobre objetos⁶ do trabalho.

Pensado sob essa ótica, o trabalho aparece como algo prefigurado na mente daquele que o executa, por isso destinado a saciar uma necessidade por ele criada, uma espécie de valor-de-uso.

Para Netto e Braz (2008):

O trabalho implica, pois, um movimento indissociável em dois planos: num plano subjetivo (pois a prefiguração se processa no âmbito do sujeito) e num plano objetivo (que resulta na transformação material da natureza); assim a realização do trabalho constitui uma objetivação do sujeito que o executa (NETTO; BRAZ, 2008, p. 32).

Netto e Braz (2008) estabelecem um paralelo com Marx (2010) ao reafirmarem o trabalho como processo de realização do sujeito, aparecendo como elemento propiciador da emancipação humana, capaz de transformar os outros e a si mesmo, uma vez que permite a homens e mulheres transporem as barreiras da imediatividade das suas necessidades.

A metáfora que se estabelece no limiar entre a ação da abelha e do arquiteto é extraordinariamente fundamental para analisarmos a construção do espaço urbano da cidade de Maringá, haja vista que, o elemento fundamental entre a ação da abelha e do arquiteto é sem dúvidas a capacidade de planejamento entre ambos, ou seja, a teleologia.

Por meio do trabalho orientado por nossas capacidades teleológicas, Harvey (2013) afirma que vamos impor nossas características em ações cotidianas através de elementos políticos, econômicos, artísticos.

Assim “[...] todos somos, de um jeito ou de outro, arquitetos de nossos futuros urbanos. O direito à mudança da cidade não é um direito abstrato, mas sim um direito inerente às nossas práticas diárias, quer estejamos cientes disso ou não” (HARVEY, 2013, p. 31).

⁵ “O meio de trabalho é uma coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador insere entre si mesmo e o objeto de trabalho e lhe serve para dirigir sua atividade sobre esse objeto (...). Os meios de trabalho servem para medir o desenvolvimento da força humana de trabalho e, além disso, indicam as condições sociais em que se realiza o trabalho” (MARX, 2010, p. 213-214).

⁶ O objeto de trabalho se configura como tudo aquilo em que o homem aplica a sua força de trabalho através da mediação com os instrumentos e os meios de trabalho Marx (2010).

Nesse sentido, as análises de Caldeira (2000); Netto e Braz (2008); Harvey (2013), fazem todo sentido para nós pensarmos as transformações em curso no espaço urbano da cidade de Maringá, pois, “as relações espaciais são geradas logicamente, mas tornam-se dialetizadas através da atividade humana no espaço e sobre ele” (MENDES, 2010, p. 2).

Estas transformações dialéticas decorrem da ação planejada de agentes sociais públicos e privados que resulta num planejamento excludente, pelo menos para uma parte de sua população.

A introdução desta seção com essas reflexões é extremamente importante, pois, temos observado, na produção da cidade de Maringá, formas que se assemelham aquelas destacadas tanto nas reflexões de Caldeira (2000) como nas de Harvey (2013), ou seja, enclausuramento, estratificação social, segmentação social, dentre outros.

A autora de “cidade de muros” destaca que esse processo de “aversão” às formas de sociabilidades coletivas, conduz as pessoas e a sociedade ao processo de afastamento social e, a uma das formas de exclusão e segregação socioespacial.

Assim, nesta forma de segregação socioespacial, as relações sociais se declinam e, há baixos níveis de sociabilidades. Isso ocorre, porque a cidade como valor-de-troca, diferentemente do que ela seria como valor-de-uso, nos termos marxistas, está colocada para satisfazer os interesses privados de um grupo que detém a hegemonia do poder político e econômico.

Segundo Rolnik (2016):

O impacto dessa configuração vai, no entanto, além do aprofundamento da segregação socioespacial, limitando a permeabilidade entre os territórios populares e o restante da cidade. A essa formação de enclaves “fora do controle estatal” corresponde, na outra ponta do espectro, a auto-segregação das elites e classes médias, gerando – esta também – territórios de exceção. Os chamados “lugares seguros” são espaços fechados e exclusivos, nos quais a multiplicidade da cidade não penetra. São cercados, murados, vigiados por câmaras e protegidos por dispositivos eletrônicos e um exército de seguranças privados. Entre esses dois polos, a “cidade das ruas”, estruturada a partir de espaços e equipamentos públicos, fenece, exposta e desprotegida, por não contar com comandos e milícias nem com aparatos sofisticados e guardas particulares (ROLNIK, 2016, s/p).

Para Caldeira (2000), assim como Rolnik (2016), os enclaves fortificados são ainda uma forma de **auto segregação**, uma expressão da cidade capitalista.

Nos enclaves fortificados, a vida pode ser aproveitada sem os perigos externos da sociedade e de pessoas “indesejáveis” (CALDEIRA, 2000).

Os enclaves são literais na sua criação de separação. São claramente demarcados por todos os tipos de barreiras físicas e artifícios de distanciamento e sua presença no espaço da cidade é uma evidente afirmação de diferenciação social. Eles oferecem uma nova maneira de estabelecer fronteiras entre grupos sociais, criando novas hierarquias entre eles e, portanto, organizando explicitamente as diferenças como desigualdade. O uso de meios literais de separação é complementado por uma elaboração simbólica que transforma enclausuramento, isolamento, restrição e vigilância em símbolos de status. Essa elaboração é evidente nos anúncios imobiliários (CALDEIRA, 2000, p. 259).

Já a cidade, do ponto de vista do valor-de-uso, expressa as relações de subjetividade, os anseios, as relações interpessoais, o usufruto dos espaços públicos coletivos, dentre outros, ou seja, o processo de construção da sociedade por meio das relações de sociabilidades, portanto, parte-se da dinâmica da vida concreta (MARX, 2010).

A sociabilidade dentro dos enclaves fortificados, segregados da cidade, em amplo contraste a sociabilidade resultante da cidade na perspectiva do valor-de-troca é restrita, haja vista que, dentro dos muros as relações são entre pessoas e componentes seletivos, grupos bastantes homogêneos (CALDEIRA, 2000).

Esta forma de sociabilidade gera, de alguma forma, o rompimento parcial com a sociedade e o conjunto de suas instituições, mesmo que, o público e o privado, em alguns casos, sejam divididos apenas por um muro de ferro e concreto.

A sociabilidade que se constrói nos enclaves sociais tem como referência, o que Sérgio Buarque de Holanda (1995) denomina de patriarcalismo e patrimonialismo, uma vez que, mesmo inseridos no contexto das cidades e da vida pública, os enclaves fortificados sobrepujam o que é público, inclusive a sociedade que os cercam, promovendo um denso processo de segregação socioespacial no meio urbano.

Na figura 2 a seguir, buscamos explicitar o contraste entre um enclave fortificado – o condomínio residencial horizontal Villagio Bourbon – e o Bairro Santa Felicidade, este que aos olhos dos empreendedores imobiliários e do poder público local, até pouco tempo era tido como um espaço urbano com características que se assemelhava a uma favela, e justamente por esta questão gerava uma constante inquietação em alguns órgãos da gestão municipal e também de parte dos planejadores privados da cidade.

A analogia deste bairro à situação de “favelamento” apresentava-se como um entrave ao desenvolvimento dos empreendimentos de luxos próximos, afinal de contas, a cidade que antes estava distante desta população, finalmente chegou até ela, e junto as redes de infraestruturas.

Figura 2 - Condomínio horizontal Villagio de Bourbon, ao fundo da imagem, visto do Bairro Santa Felicidade – Maringá - 2017



Fonte: Acervo pessoal - 2017

Em uma analogia com a concepção de Mendes (2010) sobre a *gentrificação*, podemos afirmar que a recente “intervenção urbana”, que o poder público municipal intitulou de “revitalização urbana” trata-se em todas as suas características, de um processo claro de *gentrificação* do lugar e higienização social, para atender, como é comum na *gentrificação*, aos interesses especulativos do mercado imobiliário e dos agentes privados hegemônicos produtores da cidade.

Mendes (2010) afirma que:

[...] a *gentrificação* no espaço urbano central intervém na produção e organização do trabalho produtivo, ao mesmo tempo que determina as relações de produção, é também, simultaneamente, produtora e produto, suporte das relações sociais e, portanto, tem um papel importante no processo de reprodução geral da sociedade. Tem-se, com efeito, uma produção espacial que se manifesta sob as formas de apropriação, utilização e ocupação de uma dada área, num momento específico que se revela no uso, como produto da divisão social e técnica do trabalho e que, **no seio do processo capitalista, produz uma morfologia espacial “fragmentada” e hierarquizada, contribuindo para um aprofundamento da divisão social do espaço urbano** (MENDES, 2010, p. 3 grifos meus).

A gentrificação que resulta no realojamento populacional que constitui o Bairro Santa Felicidade, sem dúvidas produz uma divisão social do espaço urbano na cidade de Maringá, pois, passa a ressignificar uma área até então mantida nas bordas da cidade e controlada pelo estigma da pobreza e da periferização. Estes que são mecanismos de dominação e reafirmação das classes sociais de alta renda em relação às classes subalternas.

Andrade e Cordovil (2008), ao se referirem ao Bairro Santa Felicidade, analisam que:

Há especulações a respeito dos interesses por detrás do Projeto do Santa Felicidade, inclusive, de que a área valoriza-se e é foco de interesse para a promoção de novos condomínios residenciais fechados no entorno. De qualquer forma, a remoção da população e a falta de esclarecimento são indicadores de uma política pautada na negação de informação e em projetos que estimulam a segregação e a estratificação social. O caso ilustra a lógica do processo de valorização imobiliária da cidade (ANDRADE; CORDOVIL, 2008, s/p).

Deve-se ressaltar que a aglomeração populacional que hoje constitui o bairro Santa Felicidade, é resultante de uma intervenção urbana do poder público municipal ainda na década de 1970. Ressalte-se que, naquela década promoveu-se o realojamento de populações em situação de pobreza e amplas vulnerabilidades sociais, realojando estes grupos populacionais de diversas áreas da cidade para o atual bairro, em um claro processo de higienização social dos indesejados.

Sobre o processo de “revitalização urbana” dos grupos populacionais que resultaram na constituição do que é hoje o bairro Santa Felicidade, Araújo (2010) analisa que:

[...] sua ação privilegia a “parte urbanística.” Sua intenção, ao terminar com as favelas, era a de dar continuidade ao projeto urbanístico da cidade. *As sub-habitações não faziam parte deste projeto, eram vistas como negativas porque, por estarem abaixo do padrão determinado, diminuam o valor da área no mercado imobiliário.* Atenuavam a beleza e organização do local, tornando-o indesejável aos possíveis compradores, assim como do município como um todo, posto que perdia suas características de cidade planejada e sem problemas, que lhe conferia uma situação privilegiada no mercado imobiliário da região, com relação à venda e à locação de imóveis. “A parte urbanística” foi privilegiada em detrimento do que queriam ou precisavam os moradores das favelas porque muitos deles sequer sabiam que seriam transferidos para o Santa Felicidade. Todo o processo de desfavelamento ocorreu à revelia destes indivíduos. E a transferência para melhores habitações não significou a manutenção do grupo onde residiam e possuíam laços de amizade e trabalho (ARAÚJO, 2010, p. 177-178 grifos meus).

Observe-se que esta população que foi realojada ainda na década de 1970, malgrado ocuparem regiões distintas, apresentavam um conjunto de problemas sociais comuns, que têm como expressão: a violência, casos de drogadição, desemprego, analfabetismo, dentre outros. Estes problemas, no geral, produzem formas de preconceitos e discriminação dos moradores da cidade que representam a hegemonia econômica, social e política em relação aos contingentes pauperizados.

Faz-se necessário refletir aqui que mesmo aqueles grupos populacionais de menor poder aquisitivo, que residem em áreas centrais, não conseguem manter um padrão de vida economicamente confortável, pois os preços pagos com IPTU, água, energia, supermercado, dentre outros, apresentam preços diferenciados em relação a outras áreas da cidade, mais distante do centro.

O resultado disso é o processo que força o realojamento desses contingentes populacionais, o que nos remete ao planejamento inicial da cidade, o qual desde cedo, legou aos moradores uma estratificação social por sua situação econômica.

Devemos enfatizar que o conjunto de problemas e vulnerabilidades sociais que se evidencia em alguns grupos populacionais, expressam a cabal ineficiência da “intervenção” do poder público municipal sua completa conivência e/ou ausência, ou ainda, o privilégio no atendimento às demandas das camadas sociais de classes altas, em detrimento das baixas camadas sociais.

De uma forma geral, a sociedade urbana capitalista maringaense, atualmente evidencia uma sociabilidade pautada por relações dialéticas e projetos societários diversos, neste plano, de transformações em curso, a cidade se apresenta como o “terreno” para as diversas manifestações de interesses e acontecimentos, tanto no âmbito da esfera pública, quanto na privada, em que, tanto numa quanto na outra, são gestadas as formas de segregação socioespaciais.

O cerne do problema para as populações de baixo poder econômico está na questão de que estas demandam maior intervenção por parte do poder público, o qual, na maior parte, está para atender os interesses privados da camada abastada da sociedade maringaense.

Segundo Souza e Acorsi (2015), os processos de segregação socioespaciais são promotores das desigualdades sociais e podem sofrer adensamento quando há privação de acesso de oportunidades ao mercado de trabalho, por exemplo,

“[...] isso porque, em situações de baixo volume de capital e de isolamento social, o acesso às estruturas de oportunidades pode ser

limitado, possibilitando a reprodução das condições de vulnerabilidade social ou mesmo impedindo sua superação” (SOUZA, ACORSI, 2015, p. 235-236).

A exemplo do que aconteceu inicialmente, a existência atualmente dos enclaves fortificados em regiões centrais, e privilegiadas, da cidade, resulta numa ocupação centro periferia, expulsando aquelas populações de menor poder econômico para áreas periféricas onde os serviços públicos são inexistentes ou precários e as estruturas de oportunidades quase que nulas.

A segregação resultante do “reajuntamento da pobreza” é um mecanismo claro de dominação e reafirmação econômica daqueles que detêm as melhores condições socioeconômicas, o capital social, intelectual e cultural, estes que são uma expressão da sociedade capitalista de classes e que se referem à população pobre como aquele segmento social pertencentes às classes subalternas⁷.

Para Yazbek (2009):

A subalternidade faz parte do mundo dos dominados, dos submetidos à exploração e à exclusão social, econômica e política. Supõe, como complementar, o exercício do domínio ou da direção através de relações político-sociais em que predominam os interesses dos que detêm o poder econômico e de decisão política (YAZBEK, 2009, p. 26 grifos meus).

É inegável que a distribuição dos condomínios residenciais, ao longo do tecido urbano da cidade de Maringá, força a segregação socioespacial daqueles segmentos que não conseguem pagar pelo preço da terra nestas áreas, sobrando aquelas áreas afastadas do centro da cidade.

Como Havey (2013) nos anuncia:

[...] vivemos, na maioria, em cidades divididas, fragmentadas e tendentes ao conflito. **A maneira pela qual vemos nosso mundo e a maneira pela qual definimos suas possibilidades quase sempre estão ao lado da cerca onde nos encontramos.** A globalização e a guinada em direção ao neoliberalismo enfatizaram, ao invés de diminuir, as desigualdades sociais. O poder de classe foi restaurado às elites ricas. Os resultados foram indelevelmente gravados nas formas espaciais de nossas cidades, que cada vez mais tornam-

⁷ Yazbek (2009) em “Classes Subalternas e assistência social” elabora uma análise sobre a relação entre as classes subalternas e a intervenção social por meio da assistência social. Para tanto, parte da definição da categoria subalterno de Gramsci, que expressa um “conjunto diversificado e contraditório de situações e de dominação” (YAZBEK, 2009, p. 26).

se cidades ‘de fragmentos fortificados’. (HARVEY, 2013, p. 28-29 grifos meus).

Existe um inegável paralelo entre as ideias de Harvey (2013) e as de Caldeira (2000), quando se referem ao **distanciamento social** que vemos assistindo nas cidades contemporâneas, e assim também é em Maringá.

Em Maringá a segregação socioespacial e o distanciamento social são *irmãs siamesas* que produzem e legitimam as formas de periferação e realojamentos populacionais dos grupos de baixa renda, quer pela constituição de “enclaves fortificados” (CALDEIRA, 2000), quer pelo conjunto dos agentes sociais que definem e produzem a cidade à partir do “seu lado da cerca” (HARVEY, 2013).

Ressalta-se que, além do nulo ou precário acesso aos serviços públicos, a periferação/realojamento populacional destes grupos, acaba por romper os vínculos de pertencimentos sociais com o lugar e os processos de sociabilidade.

A segregação gerada pela ocupação centro/periferia, como um produto da sociedade capitalista, de um modo geral, requer o convencimento do poder público e suas instâncias e sujeitos jurídicos.

Outra exigência da sociedade capitalista é o convencimento da consciência das classes subalternas, que acabam sendo levadas a legitimar a periferia como o lugar dos pobres e nesse sentido, a institucionalizar e naturalizar o processo de segregação socioespacial e o realojamento para a periferia, como se ali, fosse o lugar desde sempre predestinado aos segmentos pobres da sociedade.

Para Hobsbawm (1987):

A classe não é apenas um relacionamento entre grupos, é também sua coexistência no interior de uma estrutura social, cultural e institucional estabelecida por aqueles que estão por cima. O mundo do pobre, embora elaborado, reservado e separado, é um mundo subalterno e, portanto, em alguns sentidos, um mundo incompleto, pois normalmente admite a existência de uma estrutura geral daqueles que detêm a hegemonia ou, de qualquer maneira, sua própria incapacidade de na maior parte do tempo de fazer algo quanto a isso. O pobre aceita esta hegemonia, mesmo quando desafia algumas de suas implicações, porque, em grande parte, tem de aceitá-la (HOBSBAWM, 2000, p. 62-63).

Assim, mesmo havendo áreas públicas nos centros das cidades, tanto as classes sociais de baixa renda, quanto as classes sociais de alto poder econômico, são convencidas que estes espaços centrais, devem ser ocupados por empreendimentos que “valorizem” o lugar e, que a

colocação de empreendimentos destinados às populações de baixa renda resulta na proliferação de “guetos, favelas, pombais”, dentre outros termos pejorativos utilizados para desqualificar as populações pertencentes e identificadas a estes lugares.

Ainda em Yazbek (2009):

Historicamente, os subalternizados vêm construindo seus projetos com base em interesses que não são seus, mas que lhe são inculcados como seus. Experienciam a dominação e a aceitam, uma vez que as classes dominantes, para assegurar sua hegemonia ou dominação, criam formas de difundir e reproduzir seus interesses como aspirações legítimas de toda a sociedade (YAZBEK, 2009, p. 27).

Para nos aproximarmos da análise apresentada por Yazbek (2009), basta tomarmos como exemplo, a figura 4, em que é possível identificar um vazio urbano ao lado dos enclaves fortificados correspondente ao lote de terras do antigo aeroporto de Maringá.

Mapa 1 – Relação entre condomínios residenciais de luxo (Enclaves fortificados), e a área pertencente ao antigo aeroporto – Maringá - 2017



Fonte: BING mapas – Elaborado por Everton Hafemann Fragal - 2017

A existência desta área, corrobora a discussão que vimos até aqui apresentando, qual seja, a de que há convivência do poder público com os interesses dos empreendedores capitalistas do setor imobiliário.

Hoje, sob os auspícios do capital imobiliário vão surgindo novos empreendimentos cuja função é o da especulação do solo urbano que tem no poder público a convivência.

Almeida (1990) nos ajuda a entender a lógica do poder público no atendimento aos interesses dos segmentos dominantes. Para a autora, o Estado centraliza o conjunto de instituições sociais e políticas e através delas se vincula,

[...] como instância da ordem e da autoridade superior sobre a sociedade civil. Nesse sentido, através de seu ‘monopólio de instituições’, o Estado ajuda a manter e a reproduzir as estruturas da sociedade a partir da ótica dos interesses dominantes (ALMEIDA, 1990, p. 37).

Com o aval do poder público municipal de Maringá, os empreendedores capitalistas fazem da cidade uma mercadoria, posto que, este espaço vazio no “coração” da cidade, serve única e exclusivamente aos interesses especulativos do mercado imobiliário.

Nesse sentido, percebe-se que as classes dominantes, como no início da cidade, planejam seus empreendimentos a partir das estruturas sociais e territoriais disponíveis e melhor localizadas, perseguindo assim os seus objetivos à partir da segregação social e espacial.

Segundo Rodrigues (2004):

Desde o princípio da ocupação residencial de Maringá, **o local de moradia “pré”-classifica os moradores como pertencentes às camadas de altas rendas, de baixas rendas ou, ainda, às camadas médias**, situação que ainda hoje persiste, mesmo com o crescimento populacional e do próprio espaço da cidade. Por exemplo, quando alguém identifica como endereço o Bairro Santa Felicidade ou o Conjunto Requião está se declarando e sendo reconhecido como alguém cuja renda é muito baixa. E, o contrário, ao declarar-se morador na Zona 2 ou Zona 5 (que sofreu mudança no perfil de ocupação previamente estabelecido, tornando-se espaço elitizado), é imediatamente reconhecido como alguém pertencente às camadas de alta renda (RODRIGUES, 2004, p. 56-57 grifos meus).

Esta constatação de Rodrigues (2004) vai ao encontro do que se constata na literatura atual sobre a ocupação inicial de Maringá, ou seja, aquelas práticas comumente desenvolvidas pelos loteadores da Companhia, posto que, a ocupação naquele momento, assim como no momento atual era, e ainda é, delimitada segundo os preços dos lotes.

Na mesma lógica de ocupação inicial da cidade, as áreas mais centrais possuem preços exorbitantes, não se permitindo que as populações de baixa renda adquiram estes lotes para suas moradias.

Diante disso, a especulação imobiliária rege as regras e, a partir do preço da terra, se “autoriza” quem pode e quem não pode se estabelecer na cidade.

Assim, o papel social dos agentes imobiliários, legitimados pelo poder público municipal, seja por através de legislação ou, mesmo por sua omissão e negligência, é determinante para delimitar um corte de classe na atual estrutura espacial da cidade, tal qual a que se estabeleceu inicialmente na produção inicial da cidade conforme demonstrado na tabela 3 a seguir.

Tabela 4 - Valor dos lotes em Maringá segundo o zoneamento nas décadas de 1940 e 1950 – Maringá - 2017

Zona de localização dos lotes	Valor dos lotes em Cr\$ (Cruzeiros)
zona 1	Cr\$ 3.000,00 a Cr\$ 160.000,00
Zona 2	Cr\$ 10.000,00 a Cr\$ 20.000,00
zona 3	Cr\$ 3.000,00 a Cr\$ 10.000,00
zona 4	Cr\$ 20.000,00 a Cr\$ 40.000,00
zona 5	Cr\$ 1.000,00 a Cr\$ 5.000,00
Zona 6	Cr\$ 10.000,00 a Cr\$ 15.000,00
zona 7	Cr\$ 3.000,00 a Cr\$ 20.000,00
Zona 8	Cr\$ 5.000,00 a Cr\$ 10.000,00

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de France Luz (1997).

Para Luz (1997), quando do início da ocupação residencial de Maringá, as zonas 1 e 3 em 1947 foram as mais privilegiadas no tocante à sua comercialização, pois eram funcionais à companhia, de modo que ambas:

[...] receberam atenção da companhia; a primeira, por ser a central e por haver o interesse de que muitas famílias ali se estabelecessem desde logo, a fim de provocar a valorização dos demais lotes e atrair novos compradores; a segunda, por ter sido planejada para atender às pessoas de menor poder aquisitivo e que representavam uma faixa importante para o mercado imobiliário (LUZ, 1997, p. 79).

France Luz (1997) ao tempo que discorre sobre as zonas 1 e 3, loteadas pela Companhia, e sua funcionalidade para o projeto de ocupação traçado inicialmente para Maringá, nos leva a refletir sobre a funcionalidade da ocupação atual de algumas áreas do entorno da malha urbana de Maringá, também ocupadas por populações de baixa renda, pertencentes a processos de realojamento de contingentes pobres, no geral, trabalhadores que

fazem o movimento pendular para a cidade durante o dia, seja para trabalhar, seja para acessar a rede de serviços públicos disponíveis na cidade.

No caso aqui investigado nos referimos especificamente à funcionalidade do realojamento populacional promovido pelo poder público municipal para áreas periféricas da cidade – o distrito de Floriano, distrito de Iguatemi, zona norte através da cidade para além do Contorno Norte, dentre outras –, algumas das quais nos últimos anos recebeu conjuntos Habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida, e que serão melhor estudados na seção seguinte.

Assim, ressaltamos que pela forma como o poder público municipal, em parceria com os empreendedores imobiliários, tem planejado a produção do espaço urbano, conclui-se pela funcionalidade dessa ocupação periférica para o atual projeto de cidade, o qual em muito se assemelha às ideias dos empreendedores da Companhia, quando do planejamento inicial de Maringá.

De acordo com Araújo (2010):

Pela quantidade de agentes imobiliários e de outros componentes do conjunto de agentes imobiliários, como as loteadoras e construtoras, existentes e agindo no espaço urbano de Maringá, pode-se entender a importância desse mercado para a cidade e região, assim como o papel desses agentes na organização do espaço urbano. Este grupo tem forte atuação na definição do espaço, dá continuidade às zonas já definidas no projeto da cidade, mas preocupa-se com a valorização de algumas áreas, em detrimento de outras. **Estes agentes sociais têm como objetivo preponderante a obtenção do lucro no comércio de imóveis**, porém, paralelamente a isto, apresentam um discurso no qual se dizem preocupados em manter a cidade bela, **próspera e sem sinais de pobreza** (ARAÚJO, 2010, p.175 grifos meus).

Ao lado das ações dos empreendedores imobiliários, também merece destaque os robustos investimentos públicos recentes do Parque Cidade Industrial de Maringá, criado por meio da lei municipal n. 6.936/2005, onde já se investiu milhões de reais dos contribuintes maringaenses.

Investimentos desta magnitude também influenciam na produção do espaço urbano, pois formam quase que uma parceria com os interesses dos empreendedores privados evidenciando um grande pacto pelo “desenvolvimento da cidade” uma simbiose indescritível.

Nesse sentido, identificamos que o deslocamento populacional segue a mesma prerrogativa da ocupação territorial inicial de Maringá, ou seja, periferação de contingentes

populacional pobres alinhado com robustas estruturas de infraestrutura pública para o grande capital, tendo como pano de fundo o discurso de prosperidade da cidade.

O realojamento de populações pobres, além de seguir a lógica do traçado inicial da ocupação da cidade, aparece ainda como um resultado do que vimos chamando nesta seção de *gentrificação*, onde:

[...] as relações socioespaciais estruturadas pela gentrificação são reguladas pelas estruturas capitalistas e que se enquadram como meios de reforçar e reproduzir a riqueza e o poder da classe dominante, por via da exploração do trabalho da classe dominada. **A mediação introduzida no espaço residencial urbano pela gentrificação, enquanto estratégia residencial específica**, detém uma responsabilidade grande na fabricação de determinados padrões de diferenciação social do espaço urbano que, em última análise, reforçam a segregação socioespacial (MENDES, 2010, p. 3).

Como destaca Mendes (2010), este realojamento resulta numa grave segregação socioespacial, relegando a população pobre aos processos de periferização, possibilitando o surgimento das situações de vulnerabilidades sociais.

Ademais, o realojamento das populações, consideravelmente pobres, deixa entrever marcas consideráveis que fragilizam a integração social com o território que, por conseguinte, interferem nos processos de sociabilidades.

Outrossim, a interferência nos sistemas de oportunidades resultante da periferização dos grupos realojados, por apresentarem uma grande escassez de serviços públicos territorializado, aumentam as vulnerabilidades que os grupos populacionais já trazem consigo.

Assim, identificamos que a ação de agentes sociais responsáveis pela produção do espaço urbano, que têm papel central na elaboração dos processos de sociabilidade, podem determinar ou promover os processos de segregação socioespacial por meio do realojamento populacional.

A municipalidade, como poder Estatal, que possui legitimidade e legalidade para interferir e influenciar na produção do espaço urbano, às vezes se confunde com os empreendedores privados (RODRIGUES, 2004).

Acerca da atuação do Estado, Araújo (2010) analisa que:

O Estado tem um papel que lhe dá condições de ser um agente regulador do espaço e das relações sobre ele. Seu papel permitiria o incentivo às ações em consonância com os direitos, deveres, com o bem-estar de todos, com igualdade para usufruir dos bens públicos da cidade. Contudo, o Estado não é neutro, ele está sujeito a pressões de grupos e segmentos. Em muitos casos,

a ação do poder público acaba por privilegiar o capital e sua concepção de terra, com propriedade privada, como mais um elemento capaz de render lucro, deixando para um segundo plano o direito à habitação, que deveria ser de todos os indivíduos da sociedade, independentemente da classe social da qual faz parte (ARAÚJO, 2010, p. 176).

Araújo (2010) em sua análise mostra um paradoxo do poder público municipal, haja vista que, de um lado ela analisa qual seria o papel capilar do Estado na garantia dos direitos para os seus cidadãos e, sobretudo, na viabilidade do direito à moradia para aqueles grupos sociais mais vulnerabilizados, e, de outro lado, ela demonstra a realidade que se tem – um Estado que sucumbe frente a relação de subalternidade dos interesses de grupos capitalistas hegemônicos, os quais capturam as estruturas e instituições e as colocam sob seus interesses.

Assim, as formas de segregação socioespaciais em Maringá são de interesse de um conjunto de agentes, os quais acabam justificando e legitimando suas práticas e ações “higienistas” por meio dos discursos do progresso e desenvolvimento social. Na verdade, o que se observa é que “Estado, agentes imobiliários, elite econômica, todos agem de modo a reproduzir as relações capitalistas” (ARAÚJO, 2010, p. 178).

O vazio urbano gerado pela extensão de área do antigo aeroporto, denuncia uma funcionalidade desta área para o mercado imobiliário privado, posto que há o realojamento de grupos populacionais de baixa renda para áreas periféricas da cidade, no geral, provenientes de ações de desfavelamento ou das populações beneficiárias do Programa Minha Casa Minha Vida.

Dessa forma, conclui-se que o Estado, na figura do poder público municipal de Maringá, está privilegiando o capital imobiliário ao permitir a especulação imobiliária e a reprodução de relações capitalistas dominantes.

Portanto, voltamos a nos referir à conivência do poder público municipal em tratar a cidade sob a perspectiva do valor-de-troca transformando e produzindo o espaço urbano e os processos de sociabilidades numa mercadoria, sobrepujando o valor-de-uso da cidade, relegando as populações de baixa renda à própria sorte.

Assim, resta-nos nominar o poder público municipal de Maringá como um dos principais agentes sociais responsáveis pela segregação socioespacial, periferização e realojamento da pobreza.

**4 MINHA CASA, MINHA VIDA NO DISTRITO DE FLORIANO EM MARINGÁ:
CONSOLIDAÇÃO DO REALOJAMENTO DOS GRUPOS POPULACIONAIS DE
BAIXA RENDA PARA A PERIFERIA**

4.1 Produção de habitação de interesse social no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida, antecedentes e percurso histórico

Na seção anterior analisamos as formas de segregação socioespacial existentes ao longo da constituição da cidade de Maringá, para tanto, descrevemos o seu percurso sócio histórico, e o processo de realojamento de grupos de baixa renda para regiões periféricas da cidade, consolidado ao longo desses 70 anos.

Ademais, apresentamos também os condomínios horizontais, chamados por Caldeira (2000) de enclaves fortificados, que em Maringá contribuem para o adensamento do processo de periferação e, também, a construção de moradias populares no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV).

Os condomínios horizontais nas áreas centrais, e a construção de moradias populares ao longo da periferia da cidade são espaços onde duas realidades se contrapõem e coexistem em um mesmo território urbano, expressando assim a interface do processo de segregação socioespacial de Maringá.

A coexistência dessas realidades contraditórias, atualmente, se dá pelos altos valores dos terrenos urbanos que são supervalorizados, mostrando o valor-de-troca da cidade, este que aprofunda o recorte de classes, entre aqueles que podem usufruir da cidade por meio do acesso amplo aos bens socialmente produzidos e, aqueles que apenas sobrevivem nas bordas da cidade subsidiariamente (FLEURY E SILVA, SILVA, 2015).

De acordo com Luz (1997) o espaço da cidade de Maringá foi distribuído por zoneamentos, sendo que a zona 3 foi inicialmente ocupada por moradias para os trabalhadores operários, com baixo poder econômico e cujo valor dos lotes, entre Cr\$ 3.000,00 a Cr\$10.000,00, eram acessíveis a estes trabalhadores e:

[...] já indicavam que ali se concentrariam os trabalhadores, os egressos da zona rural e todos aqueles que não podiam adquirir as datas mais valorizadas do centro da cidade e das zonas residenciais melhor localizadas, que atraíram os compradores de maior poder aquisitivo (LUZ, 1997, p. 81).

A realidade anunciada por Luz (1997) se apresenta atualmente entre aquelas populações de baixa renda, que adquirem lotes nas áreas mais periféricas da cidade, ou às vezes são obrigadas a morarem nas cidades satélites que se concentram no entorno da região metropolitana de Maringá.

Ao nos referimos à população de baixo rendimento, residente em Maringá, traçamos um recorte à população de até **R\$ 1.600, 00 (um mil e seiscentos reais)** que são obrigadas a

adquirirem suas moradias nas áreas periféricas da cidade. Nos referimos especificamente à população que é beneficiária do Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV), que são moradias de interesse social, estas que, em Maringá, em sua maioria, estão situadas nos distritos que integram o território do município.

O Programa Minha Casa, Minha Vida é delimitado por faixas de rendimentos. Em nosso estudo estamos analisando a faixa de rendimento que vai até R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais).⁸ Este tipo de moradia é produzido pelo executivo municipal em parceria com o governo Federal, estes agentes visam sanar um dos graves problemas sociais das cidades brasileiras, que é o déficit de moradias.

Ressalte-se que, este problema da falta de moradias é estrutural, de modo que se prolonga na sociedade brasileira ao longo da sua história, sendo, pois, um dos principais problemas enfrentados pelo Estado brasileiro já durante a ocupação e o desenvolvimento urbano, no início do século XX.

Segundo Bonduki (1994) no início do século XX a construção de habitação não era exercida pelo Estado, isso ocasionou um amplo processo de especulação imobiliária, altos valores no preço dos aluguéis e de terrenos, tendo em vista a grande necessidade de produção de moradias.

A despeito da produção imobiliária privada, após 1930 o Estado passa a intervir neste mercado regulando as relações mercadológicas entre os agentes sociais responsáveis pela construção social do meio urbano.

Para Bonduki (1994):

Entre as medidas mais importantes implementadas pelo governo no que diz respeito à questão habitacional, estiveram o decreto-lei do inquilinato, em 1942, que, congelando os aluguéis, passou a regulamentar as relações entre locadores e inquilinos, a criação das carteiras prediais dos Institutos de Aposentadoria e Previdência e da Fundação da Casa Popular, que deram início à produção estatal de moradias subsidiadas e, em parte, viabilizaram o financiamento da promoção imobiliária, e o Decreto-Lei n.º 58, que regulamentou a venda de lotes urbanos a prestações (BONDUKI, 1994, p. 1).

⁸ Atualmente o MCMV faixa 1 é destinado para famílias com rendimentos até R\$ 1.800,00. Ressaltamos que esse valor foi ajustado recentemente. Disponível em <<http://www.minhacasaminhavid.gov.br/sobre-o-programa.html>>.

As cidades industriais, do início do século XX, são marcadas pelas desigualdades sociais e, sobretudo, pela impossibilidade de acesso dos trabalhadores à moradia. Por isso, o Estado se propunha a atacar os principais problemas urbanos resultantes do surgimento das cidades grandes, dentre eles a falta de moradia. Nesse sentido, a regulação da moradia, como Política Pública, por parte do Estado, possibilita o uso do espaço urbano, sua distribuição e acesso mais “igualitário” pelas populações mais pobres.

Estes apontamentos são fundamentais para introduzir a discussão acerca do direito à cidade, este que não prescinde do direito à moradia como política pública urbana e como um direito coletivo (HARVEY 2013).

Apesar de haver a intervenção do Estado na política urbana no início do século XX, estas ações ainda eram insipientes, sobretudo quando nos referimos ao acesso à moradia popular, sendo que, o acesso mais amplo a este bem, na perspectiva de direito fundamental e enquanto **Política Pública Estatal**, é muito recente, vindo a se consolidar apenas na Constituição Federal de 1988; na Política Urbana; Política Nacional de Habitação (2004) e no Estatuto das Cidades Lei 10.257 de 2001.

O Direito à moradia é estabelecido no artigo 6º na Constituição Federal de 1988 como um direito social fundamental e coletivo – “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, *a moradia*, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 2016, s/p grifos meus).

No entanto, o acesso a este direito deve ser compreendido dialeticamente e transversal ao capitalismo neoliberal, permeado por uma dinâmica urbana, onde se expressam latentes expressões da questão social, da questão urbana e, em especial, da questão habitacional.

O Direito à moradia não se completa por si só, pois, há de se considerar as contradições que emanam da correlação de forças entre capital/trabalho, em que o acesso a este direito é ressignificado pelo contexto de lutas e pelo jogo de interesses dos atores públicos e privados.

Nesse contexto, de disputas entre as classes sociais, é necessário, portanto, que haja por parte do Estado, na figura do governo municipal de Maringá, sensibilidade de atrelar este direito como um direito mais amplo, como direito à cidade nos termos colocados por Harvey (2013), em que:

o direito à cidade é muito mais que a liberdade individual de ter acesso aos recursos urbanos: é um direito de mudar a nós mesmos, mudando a cidade.

Além disso, é um direito coletivo, e não individual, já que essa transformação depende do exercício de um poder coletivo para remodelar os processos de urbanização (HARVEY, 2013, s/p).

A partir da concepção de Harvey (2013) de direito à cidade, devemos compreender a cidade na sua função social, sendo, pois, a moradia uma de suas expressões, assim como está petrificado na Constituição Federal de 1988.

Acerca da função social da cidade, o caput do art. 39, do Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001 é categórico ao afirmar que, a sua função social, é cumprida quando satisfaz “[...] o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas [...]” (BRASIL, 2001, p. 32).

Assegurar qualidade de vida é viabilizar amplamente as potencialidades sociais, psicológicas, intergeracionais, econômicas, humanas, dentre outras, dos cidadãos, de modo que ter acesso à moradia, além de ser um direito, é também um elemento determinante para sobrevivência e dignidade humana.

Dessa forma, viabilizar o acesso ao direito à moradia é promover a justiça social na cidade, fazendo com que a cidade cumpra a sua função social.

Como já sinalizado nesta seção, discutido em paralelo com Bonduki (1994), a partir da década de 1942 o Estado passa a intervir na produção de habitação de interesse social “[...] trata-se do momento em que, ao nosso ver, a questão habitacional é assumida pelo Estado e pela sociedade como uma questão social, dando início a uma ainda incipiente política habitacional no país” (BONDUKI, 1994, p. 2).

Bonduki (1994) aponta que o período que antecede a década de 1940 é marcado pela negligência dos governos liberais ao problema da habitação, os quais relegaram as classes operárias ao mercado imobiliário seja na aquisição da moradia própria seja no mercado locatário.

Salvo as exceções do Rio de Janeiro 1906 onde a prefeitura construiu 120 unidades habitacionais e, em Recife em 1926 no qual o Estado construiu 40 unidades por meio da Fundação Casa Operária, a construção de moradias era compreendida como uma demanda para o mercado privado, não havendo assim qualquer responsabilidade para o Estado no tocante a essa questão (BONDUKI, 1994).

Sobre a provisão de moradias por parte do Estado em Recife, Bonduki (1994) afirma se tratar possivelmente da primeira iniciativa de produção social de habitação numa perspectiva de Política Pública “[...] parece ter sido a primeira instituição pública do país a ser

criada especificamente para produzir habitação com caráter social. A iniciativa mostra o pioneirismo de Pernambuco em relação à intervenção do Estado na produção de habitação [...]” (BONDUKI, 1994, p. 5).

Em seguida às ações do governo de Getúlio Vargas, destaca-se que, que uma das linhas de intervenção estatal na tentativa da provisão de moradias, é a Criação da Fundação Casa Popular, criada no governo de Dutra em 1946.

A proposta da Fundação da Casa Popular revelava objetivos surpreendentemente amplos, demonstrando até mesmo certa megalomania (ela se propunha financiar, além de moradia, infraestrutura, saneamento, indústria de material de construção, pesquisa habitacional e até mesmo a formação de pessoal técnico dos municípios); no entanto, sua fragilidade, carência de recursos, desarticulação com os outros órgãos que, de alguma maneira, tratavam da questão e, principalmente, a ausência de ação coordenada para enfrentar de modo global o problema habitacional mostram que a intervenção dos governos do período foi pulverizada e atomizada, longe, portanto, de constituir efetivamente uma política. Podemos atribuir este fato mais à existência de lutas políticas e desarticulação no âmbito do próprio aparato estatal do que à ausência de uma visão ampla que permitisse formular uma estratégia global para equacionar o problema. BONDUKI, 1994, p. 8).

Percebe-se que, apesar da tentativa do Estado no trato à questão da moradia, pela falta de coesão e, diga-se, pela negligência de setores do próprio Estado, a conotação e o alinhamento no enfrentamento à problemática da falta de moradias não ganha o curso de uma Política Pública prevalecendo, portanto, as relações mercadológicas por meio do mercado imobiliário.

No entanto, devido a fatores como o denso êxodo rural que promove o inchaço populacional urbano, a nascente e pujante industrialização e a incapacidade de o setor privado em suprir a demanda de moradias, o Estado é chamado a intervir mais constantemente, e o faz, só que de forma pontual, atacando o problema subsidiariamente e não na sua raiz.

De acordo com Bonduki (1994) a ação Estatal se dava de modo não uniforme, tênue, e fragmentada, “[...] no entanto, não obscurece a importância da ação governamental neste período, pois ela representou uma ação concreta que deu início à ideia da habitação social no Brasil” (BONDUKI, 1994, p. 9).

Este fato é de extrema importância para pensarmos a política habitacional, pois demarca o momento em que ocorre o protagonismo Estatal no tocante à questão da moradia.

Segundo Bonduki (1994):

O início, em larga escala, da produção de conjuntos habitacionais pelo Estado, cujo marco foi a criação, em 1937, das carteiras prediais dos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs), seguida pela instituição da Fundação da Casa Popular, em 1946, foi outra iniciativa relevante dos governos populistas no sentido da habitação social. A produção estatal de moradias para os trabalhadores representa o reconhecimento oficial de que a questão habitacional não seria equacionada apenas através do investimento privado, requerendo, necessariamente, intervenção do poder público (BONDUKI, 1994, p. 14).

É nesse sentido que a produção de habitação estatal segue nas décadas seguintes, por meio dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs) e a Fundação Casa Popular (FCP e, após 1964 por meio dos programas habitacionais desenvolvidos pelo Banco Nacional de Habitação (BNH).

A produção de moradias por meio dos (IAPs) não era capilar, visto que, este instituto se destinava, predominantemente, a assegurar as aposentadorias e as pensões de seus segurados, ao passo que, na FCP a produção de moradia era seu papel elementar (BONDUKI, 1994).

Pode-se afirmar então que, a partir do momento em que o Estado assume a produção de moradias social no limiar da crise habitacional da década de 1940, este passa a se responsabilizar por aqueles segmentos que não conseguiam adquirir moradias livremente no mercado imobiliário.

Segundo Bonduki (1994) após as primeiras iniciativas de intervenção estatal no tocante ao problema da moradia, este se viu pressionado pelos setores populares e empresariais, de modo que “[...] a partir do momento em que esta intervenção se tornou uma realidade e, sobretudo, com o aguçamento da crise de moradia nos anos 40, o Estado passou a sofrer uma crescente pressão, não podendo mais deixar de atuar neste setor” (BONDUKI, 1994, p. 16).

Após 1967 a provisão estatal de moradias sociais fica a cargo do BNH, que de acordo com Cardoso (2008):

[...] baseava-se em um conjunto de características que deixaram marcas importantes na estrutura institucional e na concepção dominante de política habitacional nos anos que se seguiram. Estas características podem ser identificadas a partir dos seguintes elementos fundamentais: Criação de um sistema de financiamento que permitiu a captação de recursos específicos e subsidiados (apoiado no Fundo de Garantia de Tempo de Serviço e no Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo), chegando a atingir um montante bastante significativo para o investimento habitacional; Criação e operacionalização de um conjunto de programas que estabeleceram, a nível

central, as diretrizes gerais a serem seguidas, em nível descentralizado, pelos órgãos executivos; Criação de uma agenda de redistribuição dos recursos, que funcionou principalmente a nível regional, a partir de critérios definidos centralmente; e Criação de uma rede de agências em nível local (principalmente estadual), responsáveis pela operação direta das políticas (CARDOSO, 2008, p. 1).

Há, na literatura especializada, críticas sobre a atuação do BNH. Cardoso (2008), por exemplo, analisa que a atuação desse Banco aprofundou a disparidade entre aqueles que se favoreceram e aqueles que ficaram de fora do *boom* imobiliário, decorrente da intervenção do BNH.

Ademais, o BNH não priorizou o acesso à moradia daquelas populações com baixos rendimentos, no geral entre 0 e 3 salários mínimos, pois, de alguma forma pretendia injetar um crescimento econômico via financiamento da indústria da construção civil.

Para Rolnik (2015) a construção de moradia capitaneada pelo BNH congregava um projeto para o progresso intitulado de:

[...] Aliança para o Progresso, nome dado ao programa norte-americano de cooperação com a América Latina, lançado por Kennedy em 1961, com o objetivo de promover o desenvolvimento e barrar o comunismo, que já havia se instalado em Cuba e ameaçava o continente (ROLNIK, 2015, p. 283).

No período que se seguiu à criação do BNH, houve considerado financiamento público ao mercado da construção civil sendo que o BNH se tornou uma forte instituição financeira mediadora para a aquisição da casa própria, neste período o comando do banco já estava sob os auspícios do mercado da indústria da construção civil (ROLNIK, 2015).

Não obstante o caráter mercadológico em que se inseriu a providência de moradias durante o governo ditatorial, a extinção do BNH em 1986 significou um profundo óbice na produção de moradias populares pelo Estado.

Com isso, o país nos governos neoliberais, que se sucederam entre a extinção do BNH em 1986 e 2002, passou a apresentar um amplo déficit habitacional, pois nestes governos não se priorizou a intervenção densa no tocante à questão habitacional, devido, dentre outras circunstâncias ao arrocho fiscal dos governos neoliberais (CARDOSO, 2008).

Para não afirmamos que não houve iniciativa no sentido de uma política habitacional nos governos neoliberais de FHC, Rolnik (2015) afirma que:

[...] ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso, dois programas de habitação social são lançados, ainda em pequena escala. Em um destes, o

Programa de Arrendamento Residencial (PAR), o empreendedor privado era responsável por toda a operação, da compra do terreno até a construção, passando pela elaboração do projeto; cabia aos governos municipais apenas a “seleção da demanda” e, ao governo federal, o financiamento direto e subsidiado ao mutuário final através da Caixa Econômica Federal, herdeira do BNH. Pelo Programa Social de Habitação (PSH), também lançado no governo FHC, o Estado leiloava subsídios por região e bancos de segunda linha podiam adquiri-los para, em parceria com os municípios, construir as casas (ROLNIK, 2015, p. 289).

Fleury E Silva e Silva (2015) afirmam que o cenário no tocante à produção de moradias:

[...] começou a mudar com a definição de uma nova política de desenvolvimento urbano, preparada no primeiro governo FHC (1995-1998) quando foi aprovado o Sistema de Financiamento Imobiliário – SFI, que atuou de maneira complementar ao Sistema Financeiro de Habitação – SFH, vigente desde a década de 1960 [...] Esta estabilidade macroeconômica, iniciada em fins da década de 1990, **no Governo Lula se fortificou, trazendo taxas de juros mais baixas, investidores e agentes financeiros interessados no mercado imobiliário** (FLEURY e SILVA; SILVA, 2015, p. 269 grifos meus).

A despeito destas incipientes iniciativas do governo neoliberal de FHC, podemos afirmar que apenas no período recente, após o ano de 2003, os investimentos públicos são retomados na construção de moradias com acesso popular, impulsionado pelos juros mais baixos, destravando a produção da indústria da construção civil, e estabelecendo outras formas alternativas de produção de moradias, como a autoconstrução por entidades de defesa do direito à moradia, a saber: cooperativas, movimentos populares, dentre outros, que elevaram o acesso à moradia de interesse social a um outro patamar, buscando atacar o problema da falta de moradia não apenas via mercado da construção civil, mas financiando outras instituições.

Segundo Rolnik (2015):

Em 2004, já sob o governo Lula, três novas medidas são adotadas na direção da ampliação do crédito habitacional e da retomada do circuito de venda de moradias: a já citada regulamentação da alienação fiduciária; uma resolução do Banco Central que obrigou os bancos a aplicarem uma porcentagem do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) e do Fundo de Compensação das Variações Salariais (FCVS) em empréstimos imobiliários;

e a chamada “MP do Bem”, que isentava de impostos a venda de imóveis, desde que seu resultado fosse imediatamente aplicado na compra de outro imóvel residencial. Com as alterações, as aplicações com recursos do SBPE passaram de menos de 2 bilhões de reais, em 2002, para cerca de 18 bilhões de reais, em 2007. Finalmente, em 2005, uma resolução do Conselho Gestor do FGTS permitiu ampliar os subsídios oferecidos pelo governo federal e praticamente dobrar o orçamento da área de habitação para aquele ano (ROLNIK, 2015, 289-290).

Retomando os investimentos em habitação de interesse social por parte do Estado “o quadro que se colocou foi de retomada do papel do Estado na definição de uma política capaz de enfrentar as dinâmicas do chamado ‘capital imobiliário’, por meio de políticas e instrumentos que pudessem recuperar e redistribuir as mais-valias urbanas” (FLEURY E SILVA; SILVA, 2015, p. 274).

No segundo mandato do governo Lula, no ano de 2009, é lançado o Programa Minha Casa, Minha Vida, do Governo Federal, um dos mecanismos estatal de grande abrangência na provisão de habitação popular contemporânea.

De acordo com Maricato (2015), com o MCMV:

[...] retoma-se a visão empresarial da política habitacional, ou seja, de construção de novas casas, apenas sem levar em consideração o espaço urbano em seu conjunto e muito menos a cidade já comprometida pela baixa qualidade.

Com a finalidade explícita de enfrentar a crise econômica de 2008, o MCMV apresenta pela primeira vez uma política habitacional com subsídios do governo federal. Desenhado pelo Ministério da Casa Civil do governo federal (com Dilma Rousseff à frente), em parceria com os maiores empresários do setor, o programa incluiu regras para a securitização do empréstimo (MARICATO, 2015, p. 37-38).

Praticamente como um negócio, sentam-se à mesa de negociação, representantes do governo federal, empresariado da construção civil e imobiliárias. Estes últimos “vão às compras” e barganham o MCMV como um dos setores estratégicos para conter a crise econômica e alavancar a economia em tempos de profunda onda de recessão dos mercados mundiais, por parte da elite política barganha-se o apoio político e alguns momentos de tranquilidade para a gestão avançar com alguns projetos de infraestrutura ambiciosos, financiados pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Além do mote de “salvar” a economia do grande colapso mundial, a retomada do investimento em habitação, para o governo federal “cairia como uma luva” para se superar o grande déficit habitacional existente no país que, segundo a fundação João Pinheiro, no ano de 2010 era de 6.940,691 (seis milhões, novecentos e quarenta mil, seiscentos e noventa e uma) moradias.

De acordo com esta mesma fundação, a taxa de maior déficit habitacional estava concentrada entre as populações com rendimentos de 0 a 3 salários mínimos, conforme a tabela 4 a seguir.

Tabela 5 – Déficit habitacional no Brasil por faixa de rendimentos em 2010 – Maringá - 2017

Rendimentos em salários mínimos	Valor	%
Sem rendimentos	345.932	4,99
De 0 a 3	4.453.318	64,16
De 3 a 5	958.091	13,80
De 5 a 10	823.621	11,87
Acima de 10	359.728	5,18
Brasil	6.940.690	100

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da Fundação João Pinheiro.

Quando somamos aqueles grupos populacionais sem rendimentos com os de 0 a 3 salários mínimos que totalizam 69,15% percebemos que a maioria do déficit habitacional está entre aqueles grupos populacionais mais pobres, ou seja, aquele segmento que mais encontra dificuldades no acesso ao financiamento para aquisição da casa própria, e, é justamente a este público que o PMCMV vem atender.

A luta pela moradia passa a ser uma bandeira levantada entre os vários setores dos movimentos sociais, segundo Fleury E Silva; Silva (2013):

Com a criação do Ministério das Cidades houve significativo ganho para todos os segmentos envolvidos com as lutas urbanas, pois, pela primeira vez, tem-se um tratamento integrado das políticas urbanas, na medida em que foi superado o recorte setorial da habitação, do saneamento e dos transportes para integrá-los, levando em consideração o uso e a ocupação do solo (FLEURY E SILVA, SILVA, 2013, p. 280).

Em termos de conquistas, ainda segundo Maricato (2015, p. 39), “pela primeira vez na história do Brasil, o governo federal reservou subsídios em volume significativo, para que as camadas de mais baixa renda não ficassem de fora da produção habitacional. ”

Não obstante à preocupação do governo federal em atender às necessidades com habitação para as camadas de baixa renda, a consolidação desse projeto vai encontrar sérios percalços, posto que, com os subsídios do governo federal, aumenta-se o preço da terra,

especificamente nos grandes centros urbanos e regiões metropolitanas, onde a gestão estatal do solo urbano é precária o que potencializa para as práticas especulativas da terra, adensando a questão urbana e fundiária.

Onde se viu a destinação de subsídios para a política habitacional de baixa renda, assistiu-se pari passu ao realojamento de inúmeros contingentes populacionais para as periferias das cidades, incentivando a segregação socioespacial das populações de baixa renda, como é o caso dos empreendimentos do PMCMV implantados no distrito de Floriano no município de Maringá, os quais passaremos a analisar na seção seguinte.

4.2. Do centro à periferia – Programa Minha Casa, Minha Vida e a predeterminação do lugar para as populações de baixa renda em Maringá

O contexto no qual o Programa Minha Casa, Minha Vida vem se consolidando em Maringá tem se mostrado funcional ao desenvolvimento dos interesses privados do capital imobiliário, e são marcados, primeiro, pela remoção dos contingentes populacionais para as franjas da cidade e, segundo, pela incipiente construção de moradias de interesse social.

O cenário, no tocante à construção de moradias, é marcado de um lado pelo protagonismo na construção de moradias de mercado e, até mesmo, quando se trata de moradias subsidiadas pelo governo federal, e de outro o déficit habitacional no cenário local tem se ampliado, sobretudo quando se trata da falta de moradias para populações de baixa renda, aquelas situadas na faixa de rendimentos entre 0 e 3 salários mínimos.

Nesse sentido, do cenário nacional ao cenário local em Maringá em 2010, são parecidos, posto que, segundo a fundação João Pinheiro, o déficit habitacional seguia a tendência nacional para as populações com rendimentos de 0 a 3 salários mínimos, onde o déficit habitacional local era de 7.378 moradias. Na comparação com o déficit habitacional total do município, este segmento representava mais de 69,68%, sendo ainda maior que a média nacional, conforme tabela 5 a seguir.

Tabela 6 – Déficit habitacional de Maringá por faixa de rendimento em 2010 – Maringá - 2017

Rendimentos em salários mínimos	Valor	%
Sem rendimento	124	1,17
De 0 a 3	7.378	69,69
De 3 a 5	1.023	9,66
De 5 a 10	1.472	13,90
Acima de 10	591	5,58
Total Maringá	10.587	100

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da Fundação João Pinheiro.

No caso de Maringá, o déficit habitacional somando os grupos dos sem rendimentos (1,17%) com os de rendimentos entre 0 e 3 salários mínimos, obtém-se um percentual de 70,86%, sendo ainda maior que a média nacional entre os mesmos grupos onde a somatória dessas duas categorias é de 69,15%. A realidade apresentada, demonstra a necessidade urgente de ampliar e aperfeiçoar a política de habitação no Município.

Nesse sentido, a prefeitura de Maringá, tem buscado resolver o problema da falta de moradias da população construindo moradias de interesse social por meio do PMCMV.

No entanto, a política habitacional desenvolvida pelo governo municipal de Maringá, vem reproduzindo o mesmo processo de ocupação excludente e segregador, que se concebeu inicialmente em Maringá, pois, tem promovido o realojamento dos grupos populacionais de baixa renda para as áreas periféricas da cidade.

As regiões onde estão os empreendimentos do PMCMV, são distantes da maioria dos serviços públicos disponíveis na cidade, reproduzindo a ocupação do espaço urbano na perspectiva do valor-de-troca, ou seja, enquanto uma mercadoria, sobrepujando o valor-de-uso da cidade e o bem-estar da população de baixa renda.

Não obstante a gestão da questão urbana/fundiária ser de competência constitucional do município dada a característica de região metropolitana, tanto a questão urbana quanto a fundiária seguem intocáveis no município.

No âmbito local, a provisão de moradias através do PMCMV, e a gestão do solo urbano, segue algumas das linhas destacadas por Maricato (2015), para a qual:

A centralidade da terra urbana para a justiça social desapareceu. Aparentemente a política urbana se tornou uma soma de obras descomprometidas com o processo de planejamento. Os planos, como sempre, cumpriram o papel do discurso e não orientaram os investimentos. Outros fatores como os interesses do mercado imobiliário, os interesses de empreiteiras, a prioridade às obras viárias ou de grande visibilidade deram o rumo para aplicação dos recursos. O que mais se vê na conjuntura atual são planos sem obras e obras sem planos, seguindo interesses de articulação de capitais, proprietários de imóveis e o financiamento de campanhas eleitorais (MARICATO, 2015, p. 40-41).

O atendimento a interesses privados de proprietários de imóveis, associado ao financiamento de campanhas eleitorais, o tráfico de influência que acaba beneficiando determinados políticos “pertencentes” ao território onde os empreendimentos do MCMV estão constituídos em Maringá, especificamente aqueles situados no distrito de Floriano é

uma realidade e se trata de uma relação de grande promiscuidade, posto que, visa tão somente atender aos interesses de alguns políticos tradicionais, os quais, acabam se perpetuando no cenário político local, enquanto que as populações pertencentes aos processos de realojamentos são empurradas para as regiões periféricas da cidade, onde acabam sendo relegadas à própria sorte, ou dependendo de ações de benemerência destes mesmos políticos.

Com relação à construção de moradias populares na periferia da cidade de Maringá, Fleury E Silva e Silva (2015) apontam que, o período da década de 2000 é marcado pela provisão de moradias de baixa renda construídas na porção norte da cidade e nas cidades limítrofes que, fazem fronteira com a cidade polo da RMM, (**ver figura 4**), outro fator importante é que o setor de imobiliárias

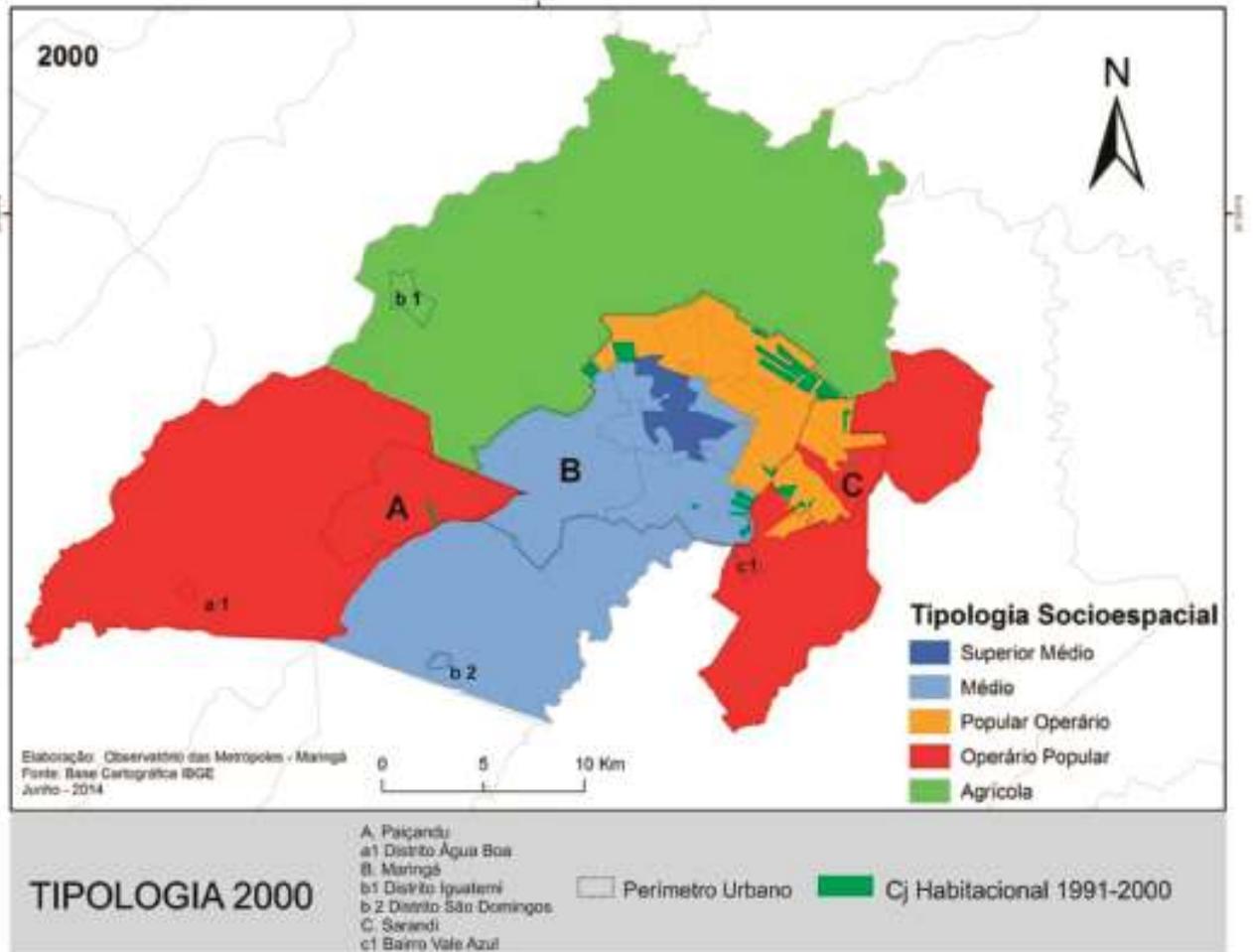
[...] buscou explorar outras localidades mais valorizadas, como a porção central de Maringá (que desde década de 1990 passa por renovação urbana), e partes do território de ocupações médias, por meio dos condomínios fechados permitidos após diversas alterações do Plano Diretor de 1991 (FLEURY E SILVA; SILVA, 2015, p. 279).

Essa ocupação do centro da cidade pelos imobiliários capitalistas e a periferização das moradias de baixa renda é emblemática para destacar o modelo de ocupação via segregação socioespacial que vem sendo implementado, haja vista que as áreas centrais que receberam intervenções do poder público acabam servindo como funcionais para o mercado de capital privado da construção civil.

O PMCMV, acaba sendo capturado pelos interesses privados, e servindo de funcionalidade para aqueles produtores privados da cidade. Conforme afirma Fleury E Silva e Silva.

O PMCMV em especial, não foi formulado a partir das características intrínsecas ao problema habitacional, mas sim das necessidades impostas pelas estratégias de poder, dos negócios e das ideologias dominantes. Ou seja, obedece aos critérios do capital imobiliário e da máquina política eleitoral (FLEURY E SILVA; SILVA (2013).

Mapa 2 - Distribuição dos conjuntos habitacionais da década de 1990 no mapa de tipologia socioespacial do aglomerado metropolitano Sarandi-Maringá-Paiçandu para 2000 – Maringá - 2017



Fonte: SILVA e FLEURY E SILVA, 2013.

Observando a figura anterior, temos que, recentemente o realojamento populacional dos grupos de baixa renda, segue o mesmo padrão de quando da ocupação inicial de Maringá, ou seja, de periferização.

Este modelo tem levado à periferização forçada das populações pobres, para as bordas ou para os distritos do município, um exemplo é o Distrito de Floriano, em que as moradias do PMCMV "foram construídas praticamente na roça" o que reforça nossa hipótese de que o programa habitacional em Maringá está a ser funcional à especulação imobiliária.

Notamos que o capital imobiliário ao conceber o espaço urbano de Maringá enquanto uma mercadoria assegura o monopólio das terras, garantindo a perpetuação do tradicional modelo de dominação e segregação socioespacial reinante desde o início da cidade, de onde desde sempre se busca extrair a mais-valia fundiária, e de onde também se almeja obter cada vez maiores lucros.

De acordo com Rodrigues (2004):

O conjunto dos agentes imobiliários, titulares do “mercado” de imóveis, é formado por um contingente mais abrangente do que apenas os imobiliários que, na maioria das vezes, desempenham o papel de intermediadores nos negócios. Esse mercado compõe-se também de construtoras, incorporadoras e loteadoras, bem como dos agentes financeiros, públicos e privados e do proprietário de imóveis, aquele que eventualmente realiza compra e venda de imóvel ou, ainda, aquele que tem nessa atividade econômica sua principal fonte de recursos. Podemos dizer que a comercialização de imóveis, urbanos e rurais, constitui-se de um amplo panorama de atividades, ligadas, muitas vezes, não apenas a mecanismos de simples transferências de posse, mas a processos especulativos nos quais a posse se torna uma moeda rentável nas mãos dos agentes intermediadores, numa prática em que os proprietários dos terrenos urbanos conseguem auferir rendas ou lucros oriundos apenas da propriedade. Em Maringá, o peso do setor empresarial na comercialização dos terrenos prepondera sobre a informalidade na determinação do desenho urbanístico que se configurou. A Companhia Melhoramentos atuou como único agente de vendas dos lotes no início do desenvolvimento da cidade (RODRIGUES, 2004, p. 58).

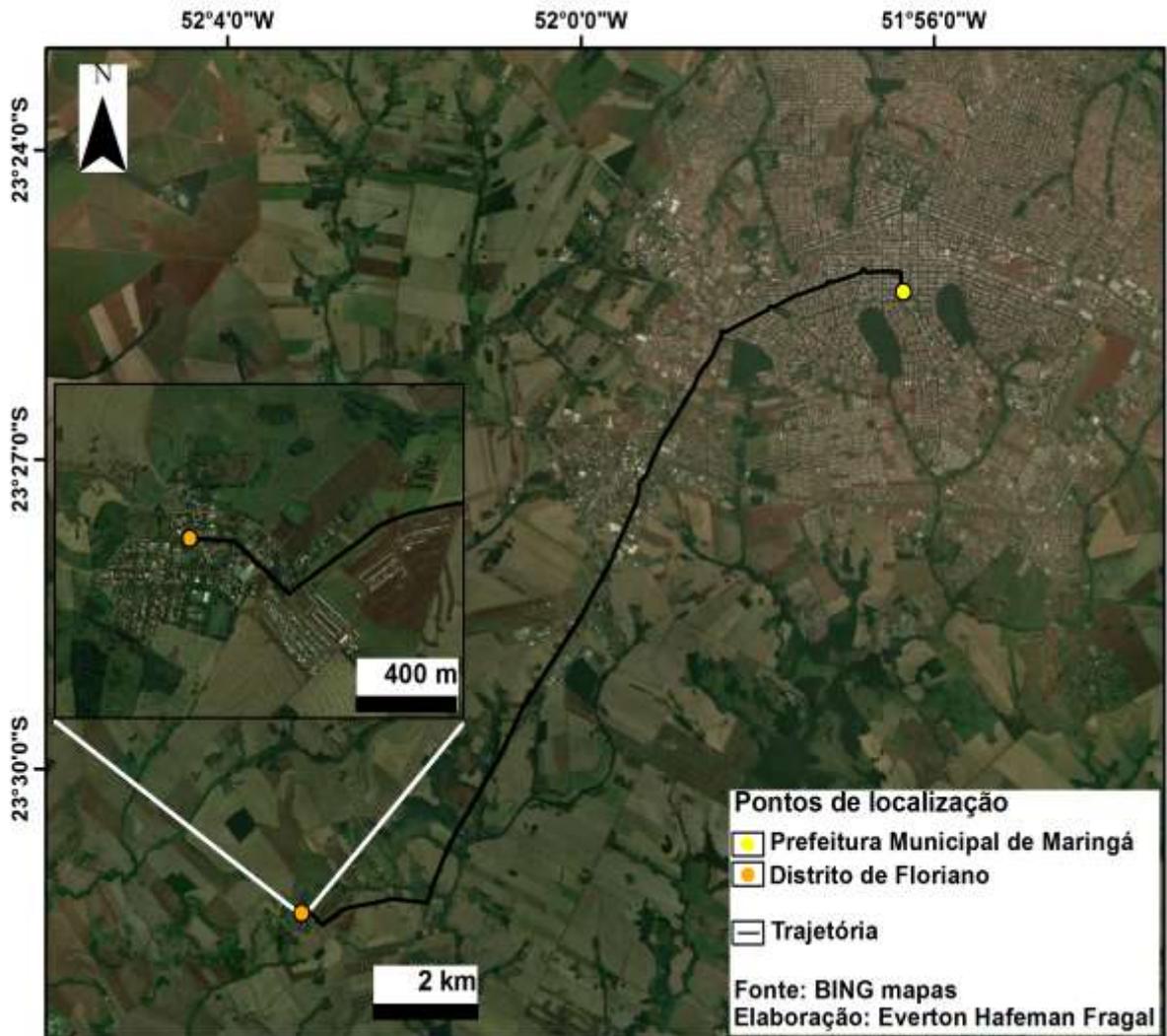
Para uma parcela destes agentes citados por Rodrigues (2004), a implantação dos conjuntos habitacionais nas bordas da cidade, especificamente aqueles do distrito de Floriano, significou um rentável negócio, pois eram terras ociosas para a finalidade de ocupação urbana, sobretudo, pela periferização em relação ao centro de Maringá e pela ausência de empreendimentos industriais ou outros empreendimentos.

Para se ter uma ideia da periferização e da segregação socioespacial, que estes empreendimentos do Programa Habitacional Minha Casa, Minha Vida em Maringá têm produzido, basta analisar a distância do distrito de Floriano até o centro da cidade, onde está localizada a malha de serviços urbanos, públicos e aqueles privados.

Ao se adotar como referência a prefeitura Municipal de Maringá, localizada na Zona 1, local onde se originou as primeiras ocupações residenciais da cidade e onde se consolidou o projeto de planejamento inicial de Maringá, percebemos que o distrito de Floriano fica situado a uma longa distância do centro da cidade, conforme veremos mais adiante na **figura 5** mais abaixo.

Essa realidade nos faz refletir que a segregação não é apenas social, mas sobretudo, espacial e, isso traz sérias consequências para a vida das pessoas que precisam se deslocar uma distância considerável para acessar praticamente todos os serviços fundamentais à sua sobrevivência, como saúde, escolas, supermercados, farmácias, transporte público, emprego, lazer, dentre outros.

Mapa 3 - Distância em KM do Distrito de Floriano até a prefeitura Municipal de Maringá, localizada na Zona 1, no centro da cidade – Maringá - 2017



Fonte: BING mapas – Elaborado por Everton Hafemann Fragal - 2017

Algumas comparações da atual ocupação do espaço da cidade via periferização, com o projeto inicial de Maringá não param apenas no deslocamento populacional das populações de baixa renda para a periferia. As semelhanças também transbordam com a frequente tentativa de embelezamento que pode ser observado nos canteiros centrais próximos às áreas onde está a prefeitura do município.

Também há semelhanças com as características da ocupação inicial desenvolvida na Zona 3 e as populações realojadas para o distrito de Floriano que enfrentam um conjunto de dificuldades, que acabam por agravar a segregação socioespacial e o estigma da pobreza, determinados pela ausência de equipamentos públicos, rede de serviços públicos, oportunidades de emprego, dentre outras.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010 o distrito de Floriano tinha 589 moradias permanentes, uma população de 1.875 pessoas, e apresentava densidade demográfica de 3,18 conforme tabela a seguir.

Tabela 7 – Densidade demográfica do distrito de Floriano de acordo com o Censo do IBGE de 2010.

Densidade demográfica do distrito de Floriano segundo o IBGE em 2010

População Total em 2010	1.875
Domicílios permanentes	589
Densidade demográfica	3,18

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do Censo demográfico do IBGE - 2010

De 2011 a 2015 foram construídas no distrito de Floriano 418 Unidades Habitacionais pertencentes ao (MCMV) para famílias de baixa renda até R\$1.600,00 (um mil e seiscentos reais) financiadas pela Caixa Econômica Federal e distribuídas em três conjuntos, conforme Mapa 4 abaixo.

Mapa 4 – Moradias do Programa Minha Casa, Minha Vida para população de baixa renda (R\$1.600,00) em Floriano no período de 2011 a 2015 – Maringá - 2017



- Conj. Hab. Pioneiro José Pires de Oliveira
- Conj. Hab. José Israel Factori
- Conj. Hab. Gonçalo Vieira dos Santos
- Distrito de Floriano

Fonte: Google mapas – Elaborado por Everton Hafemann Fragal – 2017

Considerando que no ano de 2010, segundo o IBGE, o distrito de Floriano tinha 589 moradias permanentes, e que de 2011 a 2015 foram construídas 418 moradias pertencentes ao Programa Minha Casa, Minha Vida, isso representa um crescimento de mais de 70,97% em relação ao número de moradias de 2010.

De acordo com a (SEHABIS) de Maringá, foram construídas 1.950 unidades habitacionais para famílias com rendimentos de até R\$1.600,00 entre 2009 e 2015, deste total de moradias apenas 1.129 unidades envolveram diretamente recursos de fontes do MCMV, as demais 821 unidades foram construídas com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); Orçamento Geral da União (OGU) e do Fundo Municipal de Habitação (FMH).

Se compararmos o total de unidades habitacionais construídas em Floriano (418), com o universo de moradias construídas para pessoas com rendimentos de até R\$1.600,00 no Município de Maringá através do (MCMV) entre 2009 e 2015 os conjuntos habitacionais construídos no distrito de Floriano representam pouco mais de 37% do universo.

Tabela 8 – Provisão de moradias de baixa renda em Maringá no período de 2009 a 2015

Nome do Empreendimento	Fonte de Recursos	Total de unidades construídas
Conj. Hab. Pioneiro Gonçalo Vieira dos Santos	MCMV	136
Conj. Hab. José Israel Factori	MCMV	50
Conj. Hab. Pioneiro José Pires de Oliveira	MCMV	232
Conj. Hab. Albino Meneguetti (a)	MCMV	172
Conj. Hab. Irajá – BRASUL	MCMV	108
Condomínio Residencial Santa Clara	MCMV	112
Condomínio Residencial Santa Júlia	MCMV	144
Conj. Hab. Jardim Oriental	MCMV	175
	TOTAL	1.129
Conj. Hab. Jardim Botânico	PAC	03
Conj. Hab. Jardim Diamante	PAC	27
Conj. Hab. Jardim Kakogawa	PAC	17
Conj. Hab. Jardim Paris IV	PAC	3
Conj. Hab. Indaiá	PAC	22
Parque Residencial Ibirapuera	PAC	14
Conj. Hab. Jardim Paulista II	PAC	18
Conj. Hab. Jardim Monte Rei	PAC	09
Conj. Hab. Gleba Ribeirão Morangueira	PAC	18
Conj. Hab. Paulino Carlos Filho	PAC	15
Parque Residencial Patrícia	PAC	3
Conj. Hab. Lea Leal	PAC	2
Jardim Habitacional Licce	PAC	16
Conj. Hab. Jardim Copacabana	PAC	2
Conj. Hab. Odwaldo Bueno Neto	PAC	271

Conj. Hab. Honorato Vecchi	PAC	41
Diversos Bairros	PAC	184
	TOTAL	665
Conj. Hab. Atenas – 1	OGU	34
Condomínio do Idoso	OGU	40
Conj. Hab. Atenas – 2	OGU	42
Moradias Ferroviários	FMH	8
Conj. Hab. São Domingos	FMH	13
Conj. Hab. Diversos Bairros	FMH	19
	TOTAL	156

Fonte: Prefeitura de Maringá - Elaborado a partir da Secretaria Municipal de Habitação de Interesse Social de Maringá - 2017

Isso representa o realojamento de um grande contingente populacional, concentrado em uma área da cidade com pouca infraestrutura de serviços públicos, de oportunidades de acesso ao mercado de trabalho, sistemas educacionais, redes de relações sociais, dentre outras.

Maringá deve ser ‘bela’ e isto significa ter seus pobres residindo longe das áreas nobre e do seu centro financeiro e comercial [...] a busca por essa beleza não inclui as preocupações e anseios das classes menos favorecidas, pois ao serem transferidas para a periferia da cidade – caso de Maringá – que não possui os serviços públicos básicos, perdem laços sociais importantes, por exemplo, para obtenção de emprego, o acesso às melhores escolas públicas e postos de saúde, à creche ou rede de relações com quem podiam contar para auxiliar no cuidado aos seus filhos, para pequenos empréstimos financeiros, de utensílios ou mantimentos, etc. (ARAÚJO, 2010, p. 179).

A análise de Araújo é extremamente importante, pois as pessoas por meio da sociabilidade estabelecem relações de pertencimentos, tanto com o território, como também com a vizinhança.

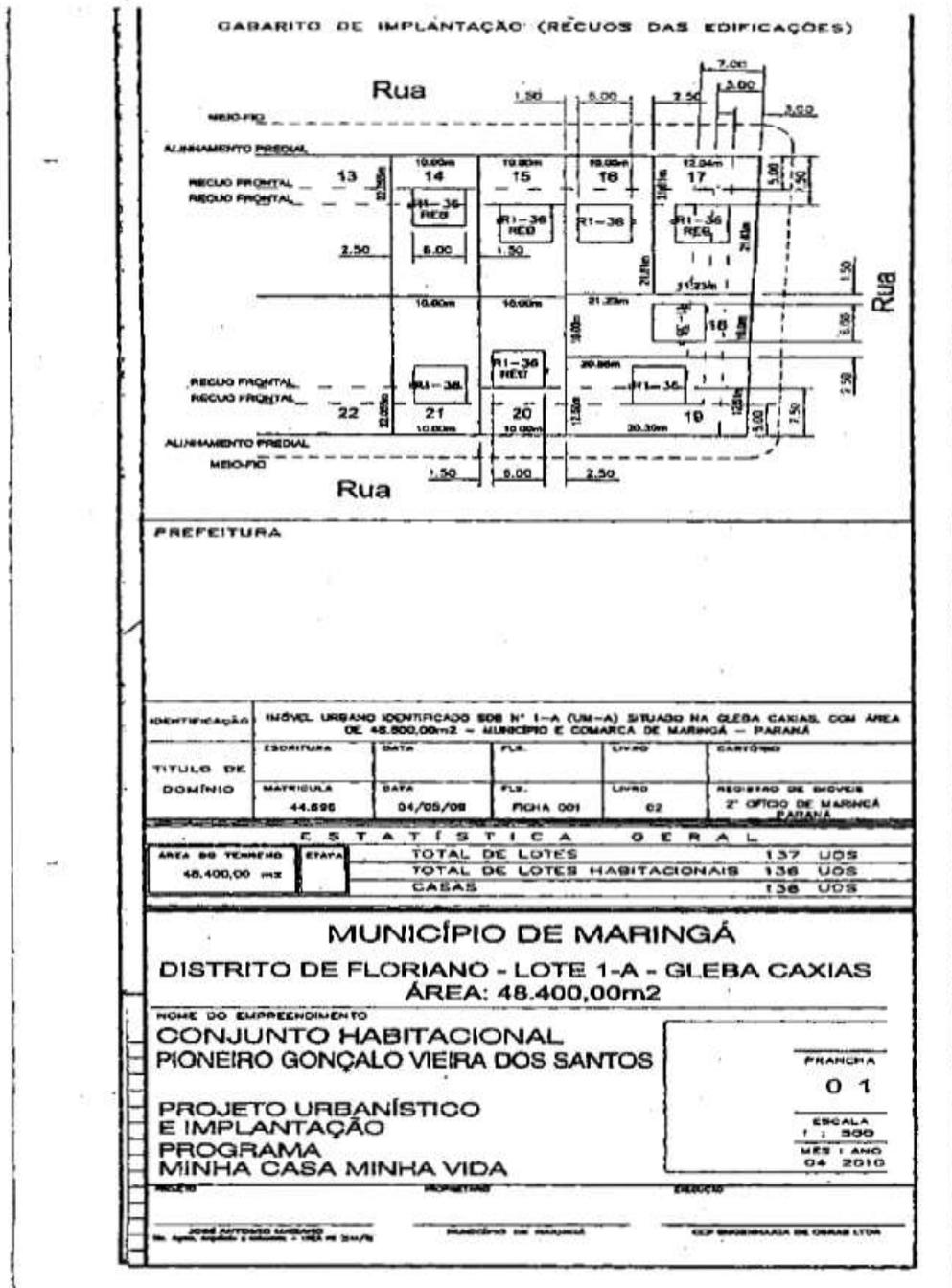
A ausência e/ou a fragilização destes vínculos resulta no aumento das situações de vulnerabilidades sociais e econômicas. Nesse sentido, as famílias realojadas acabam tendo que começar os vínculos e reconstruir as redes sociais praticamente “do zero”.

4.3 Onde tudo começa – segregação socioespacial e Realojamento dos beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida para o Conjunto Habitacional Pioneiro Gonçalo Viera dos Santos, em o Floriano

A construção de moradias do Programa Minha Casa, Minha Vida no distrito de Floriano se inicia com a aprovação da Lei Complementar n. 820 de 19 de maio de 2010, que destinou uma área anexa ao distrito para a implantação do empreendimento.

A área onde está situado o empreendimento do PMCMV fica ao Sul do distrito sobre o Lote de terras nº. 1-A da Gleba Ribeirão Caxias, e conta com uma área de 48.400,00m² conforme planta anexa.

Figura 3 – Planta do projeto urbanístico do conjunto habitacional Pioneiro Gonçalo Viera dos Santos em Florianio – Maringá.



Fonte: Prefeitura de Maringá

Esta área, pela distribuição espacial, pode ser identificada como sendo a região de expansão do distrito. Por ser uma área considerada de expansão, no entorno do conjunto habitacional e na própria área de abrangência do conjunto, não se dispunha inicialmente de qualquer infraestrutura.

As áreas ao Sul e a Oeste do conjunto habitacional são vazios urbanos, os quais são ocupados por plantações sazonais do agronegócio, onde às vezes se cultiva soja, às vezes milho e às vezes trigo.

Já a área situada Leste, na contemporaneidade, é onde estão instalados os dois outros empreendimentos do PMCMV – o conjunto habitacional José Israel Factori e conjunto habitacional Pioneiro José Pires de Oliveira, respectivamente.

Deste modo foi necessária a intervenção do poder público municipal para viabilizar a instalação das moradias no local.

O artigo 4º da lei n. 820, que autorizou a construção do empreendimento, faz referência à obrigação por parte do poder público municipal em realizar um conjunto obras de infraestruturas, conforme segue:

As obras de infraestrutura urbana dos conjuntos habitacionais tratados nesta lei, a serem executadas e dentro do prazo de até 24 (vinte e quatro) meses, independentemente da prestação de caução por parte dos loteadores, serão compostas por: I abertura das vias de circulação; II demarcação dos logradouros, quadras e datas; III rede de distribuição de água potável; IV rede de distribuição de energia elétrica e iluminação pública; V rede de galerias pluviais; **VI rede coletora de esgoto sanitário**; VII pavimentação asfáltica, meio-fio e sarjetas e **VIII arborização e urbanização de canteiros** (MARINGÁ, 2010, s/p grifos meus).

Além destas exigências, o poder público municipal deveria ter desenvolvido outras ações que viabilizassem o bem-estar das famílias beneficiárias do conjunto habitacional do PMCMV, posto que, o empreendimento situava-se em uma área em que os equipamentos de serviços públicos não existiam.

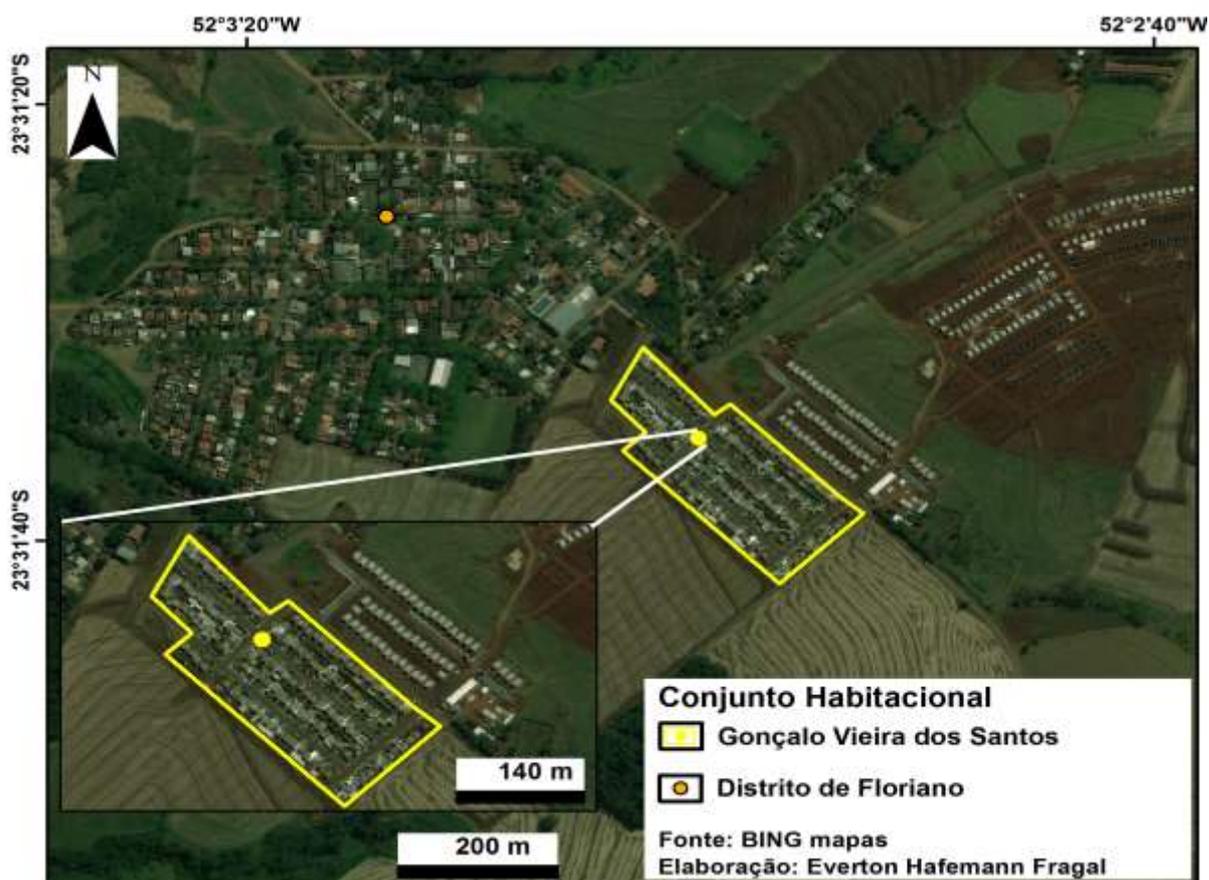
O resultado dessa ausência de serviços públicos era que a população era forçada a se deslocar até o centro do distrito de Floriano ou se locomover até o centro da cidade de Maringá a aproximadamente 18 KM de distância para acessar serviços públicos de saúde, escolas, creches, dentre outros.

Na contemporaneidade este problema persiste, pois podemos verificar que a população tem que se deslocar até a área central do distrito ou até Maringá para acessar alguns destes serviços básicos mencionados acima.

A despeito da ausência de vários equipamentos públicos que deveriam existir no conjunto, as famílias foram realojadas para as novas moradias, tendo que conviver com a precariedade no acesso a escolas, posto de saúde, transporte público, espaços de convivência coletivas como praças, centros de convivência para adolescentes, centro de convivência para pessoas idosas, e outros.

A entrega das 136 unidades habitacionais aconteceu no ano seguinte à sanção da Lei Complementar n. 820, no ano de 2011, conforme **Mapa 5** a seguir.

Mapa 5 - Unidades Habitacionais no Conjunto Pioneiro Gonçalo Vieira dos Santos entregues em Floriano – Maringá - 2017



Fonte: BING mapas – Elaborado por Everton Hafemann Fragal – 2017

Conforme podemos observar, a noroeste do conjunto está localizado a sede do distrito de Floriano, região que possui uma rede mais estruturada de serviços públicos, que é o núcleo inicial do povoamento do bairro.

Não obstante o preconizado no artigo 4º da Lei complementar n. 820, que impõe uma série de exigências à gestão do município de Maringá, a área de abrangência das 136 moradias à época não apresentava qualquer arborização, tão pouco contava com rede coletora

de esgoto, ou seja, conforme podemos observar na **figura 4** a seguir, à época, no entorno das moradias só existia o espaço vazio em que se destacava apenas as construções de alvenarias e as ruas abertas.

Figura 4 - Unidades Habitacionais no Conjunto Pioneiro Gonçalo Vieira dos Santos em Floriano – Maringá - 2011



Fonte: Prefeitura de Maringá - 2011

Até os dias atuais não há rede coletora de esgoto neste conjunto, fato que atesta o total descumprimento do município do que está inscrito na referida lei, e, nem tão pouco a câmara municipal de vereadores, que é o órgão de fiscalização do poder executivo local, cobrou o cumprimento da letra da lei.

Assim, faz necessário destacar, que mesmo havendo um conjunto robusto de normas ambientais, código de posturas de uso e ocupação do solo urbano no município, as unidades habitacionais foram entregues sem estar implantado a rede coletora de esgoto, sendo os resíduos depositados em fossas sépticas.

Ademais, faz-se necessário destacar também a ausência de uma rede robusta de serviços públicos e privados, como mercados, mercearias, farmácias, escolas, lotéricas, unidades de saúde da família, creches, dentre outras.

A ausência destes serviços públicos é grave, haja vista que as unidades do PMCMV só deveriam ser entregues com a existência dos equipamentos públicos, pois, sua ausência

dificulta a qualidade de vida e dignidade das pessoas que passaram a residir nas novas moradias.

Para situarmos o momento presente de construção de moradias para populações de baixa renda em Maringá, é mister que lancemos um olhar para o passado e remontemos aos primórdios da ocupação da cidade, quando a companhia, de forma mínima, possibilitou o acesso dos operários a moradias a preços mais “populares”

Nesse sentido, podemos afirmar que a provisão de moradias para trabalhadores de baixa renda, não é, portanto, uma novidade, assim como também, não é uma novidade os processos de segregação socioespaciais e o realojamento desses grupos para regiões mais periféricas da cidade.

Analisando o passado, podemos afirmar, portanto, que as formas de segregação socioespacial e periferização estiveram nos primórdios do surgimento da cidade de Maringá. Assim, é mister afirmar que ambas as ações veem *pari passu* desde a edificação das primeiras moradias em Maringá (ARAÚJO, 2010).

Ainda segundo a autora:

Essa atitude da companhia propiciou que alguns dos seus funcionários obtivessem uma moradia, um elemento importante que confere ao indivíduo o caráter de cidadão. No entanto, sob um outro aspecto, a Companhia (como primeiro agente imobiliário da cidade), o poder público e os demais agentes sociais da cidade, que mantiveram o projeto da Companhia, organizam o espaço urbano de modo a reproduzir uma organização socioespacial segregadora, pois, se a população trabalhadora tem áreas definidas para sua habitação, estas áreas não estão localizadas próximas às ‘áreas nobres’ nem no centro comercial e financeiro da cidade. O lugar reservado para este grupo é a periferia, onde os lotes são menos valorizados e há carência dos equipamentos públicos. **Vemos que a segregação social e econômica em Maringá foi preestabelecida – já no projeto da cidade, na ação do Estado e dos agentes imobiliários que reproduzem continuamente esta segregação, dificultando que a população trabalhadora venha a habitar áreas mais privilegiadas, que não foram ‘destinadas’ a ela** (ARAÚJO, 2010, p. 182 grifos meus).

Mesmo nas áreas dos conjuntos do MCMV em Floriano a populações são periferizados, pois, é com bastante dificuldade que conseguem acessar os poucos serviços públicos disponíveis no centro do distrito, relegando em muitos casos estas populações à própria sorte.

Destaque-se que, essa iniciativa da Companhia, em nada tem a ver com Política Pública Estatal de acesso à moradia, pelo contrário, faz-se necessário retomar a discussão de

que a cidade de Maringá, desde sempre, vem expressando o seu valor-de-troca, portanto uma mercadoria apta a se extrair lucros.

A constituição do conjunto habitacional Pioneiro Gonçalo Vieira dos Santos e outros, que também vieram a se constituir nos últimos anos no distrito de Floriano, é a prova cabal de que o direito à moradia em Maringá passa pelo processo de mercantilização, sendo capturado pelos setores privados.

Nesse sentido, os recentes processos de periferização dos grupos populacionais de baixa renda devem ser vistos como parte integrante de um projeto hegemônico dos produtores capitalistas da cidade, que diante da negligência e parcimônia do poder público municipal e da câmara legislativa têm transformado a cidade num instrumento de valor-de-troca e extração de mais-valia. A consequência desse processo é a periferização dos contingentes populacionais de menor renda.

Isso acontece, sobretudo, porque o controle estatal da terra em Maringá se mantém de forma precária e subsidiária, posto haver interesses patrimonialistas “escusos” daqueles que buscam a qualquer custo se manter no poder, onde conseguem transformar a esfera pública praticamente em um escritório particular.

Ao se viabilizar os interesses do segmento pertencente às classes detentoras do grande capital, estes que quase sempre são os financiadores privados “padrinhos” da maioria das campanhas eleitorais, se criam as condições para uma elite política chegar ao poder e de se manter nele, enquanto o interesse lhes convir.

Esta realidade não é uma exclusividade em Maringá, como afirma Maricato (2015), é um grande pacto que no Brasil reverbera as entranhas da vida pública, sendo responsável na década recente por promover especulação fundiária e imobiliária, e capitanear o monopólio do preço da terra e dos imóveis.

Dessa forma, podemos afirmar, de acordo com Maricato (2015) que, quando se trata de gestão do solo urbano, pelo executivo ou do poder legislativo, o que se observa é:

Uma simbiose entre governos, parlamentares e capitais de incorporação, de financiamento e de construção promoveu um *boom* imobiliário que tomou as cidades de assalto. Se nos EUA o mote da bolha imobiliária se deu no contexto especial da especulação financeira, cremos que, no Brasil, o *core* do *boom* aliou ganhos financeiros à histórica especulação fundiária (patrimonialista), que se manteve – provavelmente ainda como espaço reservado à burguesia nacional – agora no contexto da financeirização (MARICATO, 2015, p. 39).

O contexto de desresponsabilização e/ou negligência do Estado na figura da municipalidade em Maringá, não é algo desconexo da estrutura de poder político, econômico e social do país, posto que, na provisão de moradias, está presente no ideário liberal e ganha força na governabilidade do Estado desde a República Velha até as décadas iniciais do século XX, onde o Estado brasileiro apresentava-se na figura de coadjuvante sem nenhuma responsabilidade ou com responsabilidades mínimas.

Quando a questão do déficit da moradia explode nas cidades industriais – São Paulo, Rio de Janeiro e Recife, dentre outras –, nas décadas iniciais do século XX, o Estado é chamado a opinar e decidir sobre o seu papel no tocante à questão.

Neste momento, o Estado é negligente com a habitação popular e conivente com a produção privada, fato histórico destacado por CINTRA, 1926 APUD BONDUKI, 1994 quando, numa comissão criada pelo governo São Paulo para discutir à questão, o parecer final dos seus membros foi pela isenção do Estado:

A Comissão julga dever aconselhar a máxima circunspecção na ação direta do poder público na construção de casas populares, procurando incentivar por todos os meios ao seu alcance a iniciativa privada [...] não haja ilusões. No estado atual de nossa organização social, política e econômica, a construção de habitações populares pelo poder público diretamente ou por intermédio de empresas, longe de ser uma solução, será uma causa do agravamento da crise atual. O simples anúncio de que o poder público irá construir alguns milhares de casas que serão oferecidos por preços e aluguéis fixos será o bastante para afastar automaticamente os capitais particulares que anualmente se empregam em construções (CINTRA, 1926 apud BONDUKI, 1994, p. 5).

Nesse sentido, realizando um paralelo com a análise história da provisão de moradia no Brasil, há coerência em se afirmar que o modo como os agentes privados e públicos planejaram a ocupação do espaço de Maringá, tiveram fortes influências da ideologia liberal vigente nas décadas iniciais do século XX.

Esta afirmação justifica-se quando olhamos a dinâmica encontrada na distribuição espacial de Maringá, por meio dos zoneamentos, onde os operários e as classes pobres tiveram sempre lugares pré-determinados para suas moradias via mercado, sem que houvesse intervenção e/ou intermediação do poder público municipal para isso.

Podemos notar, primeiro, que a incipiente produção de moradias de interesse social tem uma influência germinal nos pressupostos liberais dos produtores da cidade e, segundo, a espacialização do lugar em que hoje estão constituídos os empreendimentos do Programa Habitacional Minha Casa, Minha Vida no distrito de Floriano, não foi determinada ao acaso, mas, faz parte de uma ação planejada do poder público municipal e do conjunto de agentes sociais que veem a cidade como uma mercadoria – empreendimento – de onde podem extrair lucros.

A análise de Araújo (2010) nos ajuda a compreender, em que seara se insere os beneficiários do Programa MCMV em Floriano, posto que de forma germinal a cidade de Maringá

[...] nasce com característica da desigualdade, de separar os indivíduos de acordo com seus interesses, políticos, econômicos ou religiosos. Sua construção já implica e, espaços divididos, cujo acesso não é livre, mas obedece a regras definidas por fatores, prioritariamente econômicos. Em vista disso, há grande similitude entre as cidades no que diz respeito a sua ordem urbanística e às condições de vida dos seus moradores (ARAÚJO, 2010, p. 183).

Nesse sentido, ao refletirmos sobre o realojamento dos contingentes de baixo rendimento econômico no âmbito dos Empreendimentos do Programa Minha Casa, Minha Vida para o Distrito de Floriano, percebemos que há algo sistêmico nessa ação, que é, sobretudo, uma ação enviesada por interesses de manutenção das relações de dominação dos produtores capitalistas da cidade de Maringá.

Outro interesse no realojamento destes grupos considerado pobres aos olhos da elite econômica maringaense, é o enfrentamento e repulsa a qualquer imagem ou situação que estabeleça uma vinculação/associação da cidade à favela, pombal, cortiços ou pobreza.

Portanto a periferização “organizada” nos conjuntos habitacionais do Programa MCMV, traz como cenário de fundo a noção de higienização e estética social da cidade. Porém, este processo em Maringá não é recente, e não é uma exclusividade dos empreendimentos do MCMV.

Este modelo, ganha mais densidade nas ações do poder público municipal já na década de 1970, quando, de acordo com Araújo (2010) buscava-se associar à Maringá uma imagem positiva. Desse modo, “a elite política e econômica de Maringá buscava mantê-la, então sem pobreza, sem favelas, com baixos índices de criminalidade, alcoolismo, desemprego e outros inconvenientes advindos da marginalidade urbana” (ARAÚJO, 2010, p. 186).

Nesse sentido, analisando-se a segregação socioespacial e a periferização dos grupos de baixa renda no âmbito do Programa MCMV para Floriano, percebemos que há claras evidências de se tentar escamotear a pobreza promovendo o seu realojamento para regiões nas bordas da cidade que, pelo seu distanciamento do centro, impede que a pobreza seja evidenciada, salvaguardando assim a imagem de cidade planejada, da qualidade de vida, sem pobres.

[...] a pobreza instalada em Maringá deixa transparecer as mazelas da cidade, sua incapacidade de ser ‘bela e sem problemas’, de não conseguir manter o caráter de organização implantado já na sua idealização. A presença dos pobres deveria ser extirpada, porque ela revelava a dificuldade de incluir a todos na utopia da cidade desenvolvida e próspera, motivo de orgulho dos seus habitantes e que não poderia ser abalada pois esse fato significaria a destruição de uma espécie de ‘mito’ no qual se convém acreditar (ARAÚJO, 2010, p. 186).

A partir da análise de Araújo (2010), e refletindo sobre a espacialização dos conjuntos do PMCMV em Maringá e especificamente no distrito de Floriano, vemos em xeque o discurso cristalizado de solidariedade que é disseminado pelas classes dominantes maringaenses.

Podemos afirmar que a elite política e econômica maringaense busca convencer à todos de estarem a buscar o bem comum da sociedade maringaense, quando, na verdade, por detrás de suas ações filantrópicas há, interesses capitalistas claros, qual seja: assegurar uma imagem positiva da cidade, mesmo que, para isso, aquelas populações de baixo rendimento tenham que pagar o preço do realojamento, da segregação socioespacial e da periferização.

[...] as periferias urbanas encerram em si o verdadeiro significado expresso pelo termo: são arredores do centro, limites terminais, margens, áreas distantes no espaço e distantes, também, do acesso à satisfação das necessidades mais comuns.

Representam os espaços ‘feios’ da cidade. Uma aparência resultante das condições de renda e da espoliação de sua população, ou seja, da economia política vigente que comanda o processo de construção da cidade (MOURA; ULTRAMARI, 1996 apud ARAÚJO, 2010, p. 187).

Nesse sentido, o Distrito de Floriano na dinâmica espacial do território de Maringá, é hoje a periferia que acaba recepcionando as populações realojadas, fruto de uma higienização “velada” por parte dos setores conservadores e dominantes da cidade de Maringá, os quais

buscam escamotear a pobreza através dos empreendimentos do Programa Minha Casa, Minha Vida implantados no distrito.

Nessa conjuntura, podemos afirmar que o Conjunto Habitacional Pioneiro Gonçalo Vieira dos Santos, implantado inicialmente em 2011, destaca-se como uma espécie de laboratório experimental para a expansão do modelo de planejamento segregacionista, servindo de referência para a expansão dos novos conjuntos implantados recentemente no distrito.

Portanto, os empreendimentos do Programa MCMV para baixa renda no distrito de Floriano, não obstante, servir de mecanismo para mitigar a existência do déficit habitacional no município de Maringá desde 2011, dada a sua espacialização territorial em direção às bordas da cidade têm como função precípua na sociedade capitalista maringaense esconder a pobreza para que esta não interfira na imagem positiva de cidade, de modo que o imaginário de cidade “esplendor” seja preservado.

Nesse sentido, acreditamos que nossa função, no presente trabalho, é buscar desvendar o emaranhado de relações de poder entre os diversos atores produtores da cidade; qual o “lugar” do Programa MCMV na cidade capitalista e, sobretudo, provocar uma reflexão crítica em relação aos processos de realojamento daqueles contingentes populacionais de baixa renda para as periferias da cidade de Maringá.

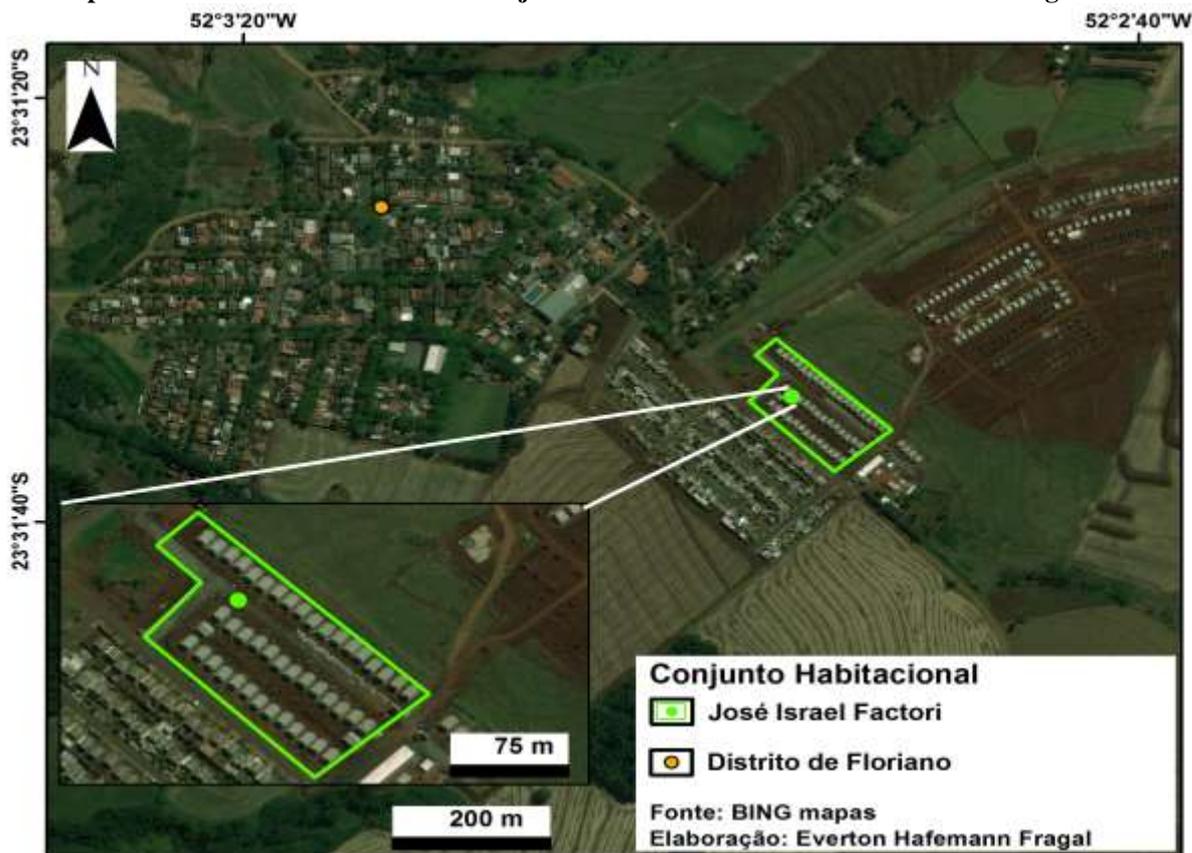
Dessa forma, buscamos mediar uma análise reflexiva e direcionada para uma compreensão da totalidade do universo em que os empreendimentos do Programa MCMV se inserem no contexto da cidade de Maringá.

Assim, no subitem seguinte analisaremos a implantação do Conjunto Habitacional José Israel Factori na dinâmica territorial do distrito de Floriano.

4.4 Conjunto Habitacional José Israel Factori no âmbito do PMCMV em Floriano - continuidade do Realojamento da Pobreza e o aprofundamento do modelo de segregação socioespacial quatro anos depois

Passados 4 (quatro) anos desde a implantação do primeiro conjunto habitacional do PMCMV a municipalidade segue com a tentativa de resolver a questão habitacional no município via PMCMV, deste modo, no início de 2015 entregou 50 unidades habitacionais, também no distrito de Floriano, desta feita o conjunto habitacional José Israel Factori, este que foi instituído através da Lei Municipal n. 9.337 de 2012, conforme podemos observar no Mapa 6 a seguir.

Mapa 6 - Unidades Habitacionais no Conjunto José Israel Factori em Florianópolis - Maringá - 2017



Fonte: BING mapas – elaborado por Everton Hafemann Fragal – 2017

As unidades habitacionais pertencentes a este conjunto estão situadas ao lado do conjunto habitacional Pioneiro Gonçalves Vieira dos Santos, este que foi entregue em 2011. Nesse sentido possui algumas características que diferem do conjunto habitacional Pioneiro Gonçalves Vieira dos Santos, a saber: as moradias do novo conjunto possuem ligação com a rede de coleta de esgoto da Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR); acesso a transporte público; acesso a estabelecimentos comerciais como mercearia, salão de beleza, dentre outros.

Apesar do acesso a alguns serviços públicos decorrentes da implantação do conjunto Pioneiro Gonçalves Vieira dos Santos, outros serviços indispensáveis estão ausentes no novo conjunto, como por exemplo, escolas, creches, áreas de lazer, farmácia, dentre outros.

O que se percebe é a superlotação de alguns destes serviços existentes na sede do distrito de Florianópolis, o que tem gerado a precarização de acesso e no atendimento da população a estes serviços.

Assim, ficam prejudicadas tanto a população que é realojada de outras áreas da cidade para o distrito, quanto aquelas populações que já faziam o uso destes serviços no distrito de Florianópolis, ou seja, com a implantação dos conjuntos habitacionais do PMCMV, desde o ano de

2011, assiste-se ao inchaço dos serviços públicos utilizados pela população da sede do distrito.

Pode-se afirmar que este inchaço é decorrência da ausência da implantação de serviços públicos e, sobretudo, da falta da ampliação dos serviços já existente, além do aumento da demanda dos novos contingentes populacionais realojados.

Figura 5 – Moradias do Conjunto Habitacional José Israel Factori em Floriano – Maringá - 2017



Fonte: Acervo pessoal - 2017

No âmbito dos conjuntos habitacionais, a municipalidade, por meio dos empreendimentos do PMCMV, tem gerado a periferização destes contingentes populacionais de baixa renda e, junto, tem promovido a precarização e/ou a anulação aos serviços públicos indispensáveis à vida dos mesmos, relegando-os à própria sorte.

Estes contingentes são obrigados a se deslocarem longas distâncias para acessar a maioria dos serviços de saúde, escolas, hospitais, Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), mercado de trabalho, dentre outros, ou seja, gera-se a anulação do acesso a estruturas de oportunidades.

A negação a estes e outros serviços pode potencializar o surgimento de inúmeras desigualdades sociais além de ser determinantes para o agravamento de algumas manifestações das expressões da questão social, como, desemprego, violência, drogadição, dentre outras.

Ademais, a localização dos empreendimentos do PMCMV em Floriano tem como agravante o acesso precário aos serviços de transporte público, haja vista que, com o aumento da população, no distrito, a demanda por transporte público também aumentou, por outro lado, a oferta deste serviço no distrito não acompanhou o crescimento e as necessidades do território.

A precarização do acesso aos serviços de transporte público pode gerar a limitação e/ou impedir a locomoção destes grupos populacionais, segregando-os do acesso à cidade, e impedindo que as pessoas alcancem sua autonomia econômica, financeira, ou mesmo que acessem outros equipamentos públicos fundamentais na viabilidade de alguns de seus direitos.

Nesse sentido, vimos assistindo desde o realojamento dos primeiros contingentes populacionais no âmbito do PMCMV para Floriano à anulação e/ou à limitação de alguns direitos dos beneficiários do programa.

Portanto, percebemos que o modelo de acesso do direito à moradia que vem sendo executado em Maringá tem gerado situações de segregação socioespacial e exclusão social, o que deixa a entrever a funcionalidade deste modelo para a sociedade capitalista, posto que nesta sociedade aqueles contingentes pobres são predestinados a serem o exército industrial de reserva.

4.5 Conjunto habitacional Pioneiro José Pires de Oliveira - ampliação do modelo do Realojamento da Pobreza e do aprofundamento da Segregação Socioespacial, a saturação do PMCMV em Floriano?

A continuidade do ciclo dos empreendimentos do PMCMV é levada a diante pela prefeitura de Maringá com a construção do terceiro conjunto habitacional em Floriano intitulado de Pioneiro José Pires de Oliveira, em alusão a um dos desbravadores que aportou em terras maringaenses no início de sua fundação, conforme **Mapa 7** a seguir.

O referido conjunto habitacional possui 232 moradias as quais foram entregues no final de 2015.

Apesar de toda a expectativa dos beneficiários contemplados com as moradias, a população de baixa renda que foi realojada para o local onde está situado o empreendimento

conviverá com velhos problemas, os mesmos enfrentados pela população dos dois outros conjuntos habitacionais do PMCMV – Pioneiro Gonçalo Vieira dos Santos e José Israel Factori – bem como da população mais antiga do distrito de Floriano, a saber: falta de equipamentos públicos de acesso a saúde, escolas, creche, supermercados, farmácias, dentre outros, problemas estes que, com o passar do tempo e com a crescente demanda da população, só aumentam.

A ausência e/ou o acesso precário a estes equipamentos se coadunam com a necessidade de acesso a oportunidades de empregos inexistentes no distrito de Floriano.

Mapa 7 - Unidades Habitacionais no Conjunto Pioneiro José Pires de Oliveira em Floriano – Maringá - 2017



Fonte: BING mapas – Elaborado por Everton Hafemann Fragal - 2017

Quanto aos aspectos do território onde está situado o novo conjunto habitacional a realidade é a mesma daquela encontrada pelos moradores do conjunto habitacional Pioneiro Gonçalo Viera dos Santos entregue em 2011.

O terreno onde foram construídas as moradias, por apresentar declividades mais acentuadas, passou por um processo de terraplenagem, de modo que, se havia alguma vegetação primitiva naquele local foi totalmente removida para dar lugar às construções. Outra hipótese é que no terreno se cultivava plantações como soja, milho, trigo, dentre outras, e em razão disso não havia nenhuma cobertura de vegetação.

Assim, a área do território onde o conjunto foi implantado, conforme podemos observar na **figura 6** a seguir, há pouca presença de arborização, existe pavimentação asfáltica das ruas, iluminação pública, passeio público. Porém, falta áreas de convivência coletivas como praças, parques, centro de convivência para crianças e adolescentes, centro de convivência para idosos, dentre outras.

Figura 6 – Moradias do Conjunto Habitacional Pioneiro José Pires de Oliveira em Floriano – Maringá 2017



Fonte: Acervo pessoal - 2017

Outra questão que chamamos a atenção, conforme podemos observar na **figura 7** a seguir, é que no seu entorno há várias lavouras, as quais constantemente são pulverizadas com herbicidas, pesticidas, e outros defensivos aplicados nas mesmas.

Esta questão é grave, posto que no momento da pulverização das lavouras, conforme a direção do vento, o veneno pode ser levado para as residências, podendo causar problemas graves de saúde na população ali residente a curto, médio e longo prazo.

Figura 7 - Unidades Habitacionais no Conjunto Pioneiro José Pires de Oliveira em Floriano – Maringá - 2017



Fonte: Acervo pessoal - 2017

Considerando o cenário em que o conjunto foi concebido podemos afirmar que o mesmo **“foi implantado literalmente na roça”**.

Nesse sentido, frente as características presentes no local e sua precariedade de serviços públicos, podemos afirmar que os conjuntos do PMCMV em Floriano, vem sendo estabelecidos para serem verdadeiros depositários de contingentes populacionais de baixa renda realojadas de diversas áreas da cidade.

Assim, fica evidente o modelo de segregação socioespacial que vem sendo executado no âmbito da política municipal de Habitação de Interesse social, através dos empreendimentos do Programa Minha Casa, Minha Vida.

Nossa análise retorna a um dilema que apresentamos seções atrás, qual seja, de que no âmbito municipal o poder público tem buscado viabilizar o acesso ao direito à moradia, mas não tem viabilizado o direito à cidade e suas riquezas sociais.

Nesse sentido, torna-se evidente a parceria entre poder público local e os empreendedores capitalistas privados, os quais põem à frente os seus interesses privados e produzem a cidade baseada em um projeto de poder hegemônico.

Projeto este que desde a abertura das primeiras ruas da cidade vem sendo executado através de um planejamento excludente que privilegia o valor-de-troca da cidade, que passa a se destacar enquanto uma mercadoria aos olhos dos imobiliáristas capitalistas sobrepujando o

valor-de-uso da cidade para uma parcela da população de baixa renda que é realojada para a periferia da cidade desprovida da maioria dos serviços públicos.

Assim, podemos concluir que passados 4 (quatro) anos desde a implantação do primeiro conjunto habitacional do PMCMV no distrito de Floriano, o Conjunto Pioneiro Gonçalo de Vieira dos Santos, e a implantação de dois novos conjuntos, a saber: o conjunto habitacional José Israel Factori (2015) e Pioneiro José Pires de Oliveira (2015), respectivamente, percebemos uma saturação dos recursos e das potencialidades do território do distrito de Floriano em receber novos contingentes populacionais.

Esse processo de saturação se apresenta enquanto resultado, sobretudo, da negligência do poder público municipal em expandir a rede de serviços públicos, o qual assistiu enquanto mero expectador os recursos do distrito de esvaírem.

A consequência de tudo isso que vimos apresentando e discutindo é uma grave piora na qualidade de vida da população pertencente aos 3 (três) conjuntos do PMCMV e também da população local do distrito de Floriano, o que tem potencializado as desigualdades sociais e que desaguam no emaranhado de problemas sociais que já afetam toda a população local, como o aumento da violência, o desemprego, a criminalidade, situações de drogadição, dentre outros.

Algumas considerações sobre estes e outros problemas sociais serão melhor apresentados e discutidos na seção que se segue, haja vista que nos debruçamos mais profundamente sobre alguns aspectos sociais, econômicos, culturais, políticos, e outros, do território e da população beneficiárias dos 3 (três) conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida em Floriano, através de uma pesquisa de campo realizada com populações destes conjuntos.

**5 “OS SEM CIDADE” – CONSIDERAÇÕES SOBRE OS BENEFICIÁRIOS DOS
CONJUNTOS HABITACIONAIS NO ÂMBITO DO PROGRAMA MINHA CASA,
MINHA VIDA NO DISTRITO DE FLORIANO**

5.1 O direito à moradia na não cidade

Como vimos afirmando ao longo do nosso trabalho, o Programa Habitacional Minha Casa, Minha Vida, foi pensado como um mecanismo de combate ao déficit habitacional de moradias, mas também como uma estratégia de enfrentamento à crise econômica que chegou aos setores da economia brasileira, sobretudo, ao setor da indústria da construção civil, pós 2008.

Lançado em 2009, ainda no segundo mandato do então presidente Luís Inácio Lula da Silva, o governo federal pôs em ação uma de suas estratégias para conter a crise econômica instalada mundialmente desde 2008 e, assim, aquecer o mercado da indústria da construção civil e gerar empregos, ao passo que também se propunha a resolver, em parte, o problema da falta de moradia para populações de baixa renda.

O fato de a produção de moradias estar vinculado a uma estratégia de “salvação” nacional da economia, do setor da indústria da construção civil e do setor imobiliário deve ser visto como algo bastante preocupante e prejudicial à política pública de enfrentamento à falta de moradias, pois, transforma a moradia numa mercadoria, e não em um direito social cuja finalidade precípua deveria ser a garantir do acesso digno a uma moradia, um local igualmente digno à sobrevivência e à sociabilidade das pessoas beneficiárias.

Podemos perceber que a política do Programa Minha Casa, Minha Vida se apresenta como uma retórica dos anos de 1970 de combate ao déficit habitacional. Na prática o que se pode observar são velhas ações carregadas de vícios, que nunca deu certo, noutros termos é mais do mesmo.

Segundo Rolnik (2015):

[...] desde a criação do BNH até os nossos dias, estabeleceu-se um campo de convergência – e, como veremos, também de conflito – entre as três dimensões decorrentes da definição de um organismo financeiro como *locus* de formulação e implementação da política habitacional e da opção originária de fazer de cada brasileiro um proprietário. Em primeiro lugar, a política depende e incide sobre as estratégias monetárias e fiscais do país. Em segundo lugar, está ideológica e politicamente alicerçada na ideia de combate ao “déficit habitacional”, ou seja, na ideia de que as necessidades habitacionais correspondem a uma demanda reprimida de “casas próprias” a serem construídas. Em terceiro lugar, trata-se de um instrumento de fomento à atuação de um setor – a indústria da construção civil –, além de, evidentemente, ser um dos motores do próprio setor financeiro (ROLNIK, 2015, p. 282).

Estas características se disseminaram Brasil a fora e se transformaram na linha motora da implementação do PMCMV. Passou-se a se produzir moradias como se apenas a posse da casa fosse suficiente para solucionar os problemas que envolvem a falta da moradia.

Como um furacão, em muitas regiões metropolitanas brasileiras, os investimentos recentes rasgam o tecido urbano e o setor

[...] imobiliário revoluciona bairros residenciais e até mesmo as periferias distantes; insuflado pelos recursos do Minha Casa, Minha Vida (MCMV), ele empurra os pobres para além dos antigos limites, no contexto de total falta de regulação fundiária/imobiliária ou, em outras palavras, de planejamento urbano, por parte dos municípios. A especulação corre solta, auxiliada por políticas públicas que identificam valorização imobiliária com progresso (MARICATO, 2015, p. 57-58).

É nesse contexto que o acesso à moradia tornou-se realidade para algumas centenas de milhares de pessoas, porém, junto com a moradia chegou a não cidade, haja vista que, muitos dos empreendimentos do programa foram constituídos distantes das cidades, sem nenhum acesso a serviços públicos ou em muitos dos casos, com acesso precário.

Segundo Cardoso et al. (2013):

Conseqüentemente, este distanciamento dos grandes centros urbanos dificulta a permanência/sobrevivência das famílias de baixa renda contempladas pelo PMCMV, gerando uma série de problemas de mobilidade urbana, acesso a comércio e serviços, inserção em escolas, garantia de trabalho, etc. (CARDOSO et al, 2013, p. 144)

Em Maringá, a produção de moradias não se distingue da realidade de outras cidades brasileiras que receberam moradias do PMCMV. Três conjuntos do PMCMV construídos no Distrito de Floriano estão a aproximadamente 20 Km de distância do centro da cidade, e dispõem de acesso precário e/ou nulo a alguns serviços públicos considerados essenciais à vida digna dos grupos populacionais realojados para a periferia da cidade.

Pode-se afirmar que para uma pequena parcela de pessoas de baixa renda que necessitam de moradias em Maringá, o acesso à moradia, por meio do MCMV, em parte se realizou, no entanto, o direito à cidade não chegou a estas famílias beneficiárias do programa, que têm os seus direitos violados em muitos aspectos, a saber: falta de acesso a estabelecimentos de ensino, unidades de saúde, emprego e renda, transporte público de qualidade, creches, dentre outros.

Estes e outros serviços públicos pertencentes à cidade, são elementos que mediam o processo de sociabilidade, criam entre as pessoas as suas identidades enquanto sujeitos pertencentes a uma cultura, a determinados grupos, comunidades, dentre outros, e, quando as pessoas têm negado o direito à cidade se está a cercear os meios pelos quais desenvolvem as suas habilidades sociais e a sua cidadania.

Nesse sentido, a partir desse ponto, com base numa pesquisa de campo em que se realizou a aplicação de questionários, passaremos a tecer algumas considerações sobre o perfil, os aspectos econômicos e sociais acerca das famílias beneficiárias do programa e, do território onde estão localizados os três empreendimentos do Programa Minha Casa, Minha Vida no Distrito de Floriano, entre os anos de 2011 a 2015.

Conforme podemos observar na **tabela 8** a seguir, no momento da entrevista as pessoas que responderam ao questionário eram predominantemente do sexo feminino 75,7%. Chamamos a atenção que, além do considerável número de pessoas do sexo feminino, em um outro momento se perguntou a relação de parentesco com o responsável do domicílio e 69,5% responderam ser a pessoa de referência.

Tabela 9 – Sexo das pessoas beneficiárias dos conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida em Floriano – Maringá – 2016/2017

Sexo	%
Masculino	24,3
Feminino	75,7

Fonte: Fonte: Pesquisa de campo 2016/2017 – Elaborado por Wesley Oliveira Furriel.

Nesse sentido, percebemos que o fato de 75,7% das pessoas no momento da entrevista ser do sexo feminino indica que mesmo na atual conjuntura havendo avanços na luta pela equiparação dos direitos das mulheres, no tocante à igualdade de gênero na sociedade brasileira, ainda se está muito arraigado a naturalização e o tido como “comum” que as mulheres fiquem em casa provendo o cuidado com o lar e criando os filhos, ou seja, nesta sociedade patriarcal, as habilidades das mulheres se resumem meramente às atividades domésticas e aos cuidados com a prole.

Além do fato de que durante as abordagens as pessoas que responderam ao questionário serem predominantemente mulheres, nos chamou também a atenção o fato de elas estarem ocupadas com afazeres domésticos, (cuidando dos filhos, realizando faxina,

lavando roupas, etc.), motivo pelo qual em algumas entrevistas as mesmas dividiram-se em responder ao entrevistador e a realizar as tarefas domésticas.

Essa realidade, nos levou a refletir sobre a cultura machista e patriarcal que ainda impera em nossa sociedade, haja vista que, ao entrevistarmos pessoas do sexo masculino, não se observou nenhuma situação que se equiparasse à situação das mulheres.

Outra questão que foi possível observar é que estas mulheres são em sua maioria as pessoas de referência da família e, portanto, se identificam como sendo a pessoa responsável por prover a subsistência da família se identificando como sendo “chefe” da família.

Tabela 10 - Relação de parentesco com o responsável pelo domicílio nos conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida em Floriano – Maringá – 2016/2017

Relação de parentesco	%
Pessoa responsável	69,5
Cônjuge, companheiro	15,7
Filho, enteado	6,2
Pai, mãe,	3,3
Sogro	0,5
Irmão, irmã"	1,4
NR	3,3

Fonte: Pesquisa de campo 2016/2017 – Elaborado por Wesley Furriel - 2017

Se equipar como a pessoa de referência da família nos levar à seguinte reflexão: Se a maioria das entrevistas são mulheres 75,7% e estas são a pessoa de referência da família, isso pode nos levar à percepção de que estas mulheres alcançaram sua autonomia em relação figura do cônjuge.

No âmbito privado, a conquista dessa autonomia, deve ser tensionada, pois mesmo alcançando a sua autonomia, numa sociedade em que ainda predomina a cultura patriarcal, estas mesmas mulheres são forçadas, na vida privada, a executarem as atividades domésticas, mesmo após uma longa jornada de trabalho, ou seja, além do trabalho que desenvolvem no âmbito da vida pública, ainda têm que desenvolver uma dupla ou tripla jornada de trabalho no âmbito privado. Por isso, deve haver o enfrentamento mulheres devem se recusar a se submeterem às imposições dessa sociedade que trata como natural o trabalho doméstico às mulheres

A dupla ou tripla jornada de trabalho a que estas mulheres “chefes de famílias” são submetidas e subjugadas ficou evidente para nós posto que ao abordamos estas mulheres elas

estavam executando trabalhos domésticos, mesmo sendo um sábado à tarde, momento que imaginamos que “o adequado” seria que as mesmas dedicassem o seu tempo a atividades de lazer e entretenimento, participação política, cultural, entre outras, o que não acontece.

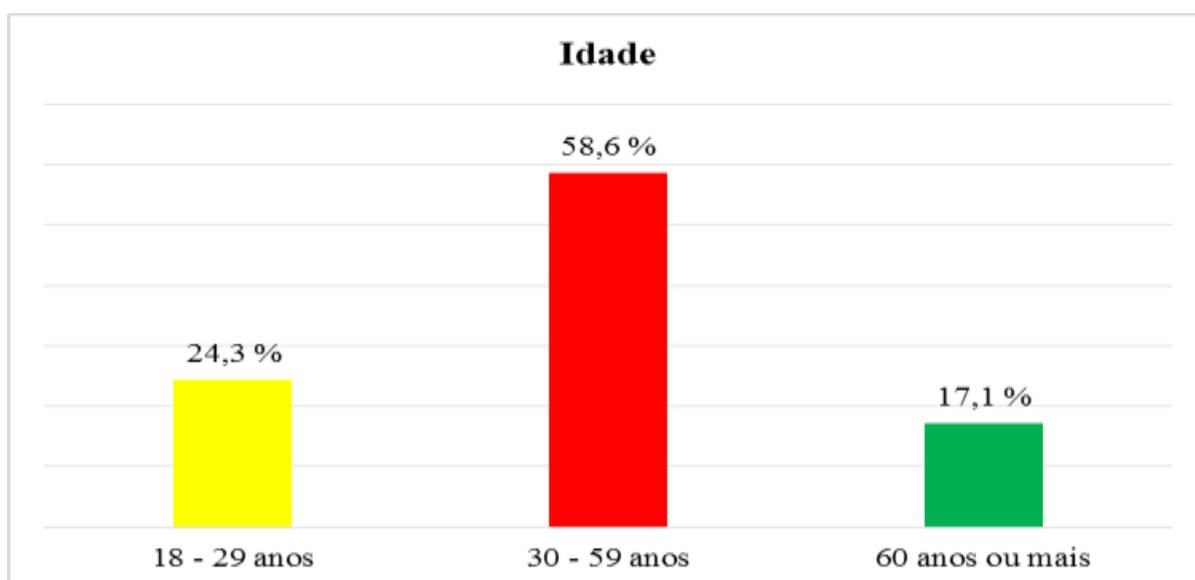
Isso nos leva a perceber que, mesmo após uma semana de trabalho para conseguir a subsistência da família, estas mulheres são submetidas a jornadas de trabalhos intermináveis, muitas vezes prolongadas pelo trabalho doméstico, o que nos faz analisar o quão a disparidade entre a estrutura de poder representada pela divisão sexual do trabalho e pela cultura patriarcal ainda impõe e expõem às mulheres uma relação de subalternidade perante o sexo masculino, relação essa que, imaginamos que pode ser entre o cônjuge ou mesmo entre os demais membros integrantes da família – filhos, por exemplo.

Outra característica que destacamos é quanto à idade, onde se constatou que 24,3% possuem entre 18 e 29 anos; outras 58,6% afirmaram ter idade entre 30 e 59 anos, seguido pelo grupo de pessoas com idade acima de 60 anos de idade, cerca de 17,1%.

Nesse sentido, percebemos que as pessoas beneficiárias do programa MCMV são mulheres, adultas, que possuem um protagonismo no ambiente familiar, situação que notoriamente lhe é conferida pela posição de ser a pessoa de referência da família.

Apesar das ressalvas destacadas, estas mulheres vêm forjando, cotidianamente, a sua autonomia, ao menos em relação à desconstrução da ideia de necessidade da figura de um cônjuge, não obstante os percalços da extensiva jornada de trabalho.

Gráfico 1 – Faixa etária da população beneficiária dos conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa, Minha em Florianópolis – Maringá – 2016/2017



Fonte: Pesquisa de campo – Maringá 2016/2017 - Elaboração própria.

Devemos cotejar os dados sobre a idade das pessoas beneficiárias do MCMV com os dados sobre a ocupação das mesmas, haja vista que, no momento da abordagem **26,7%** afirmaram estar desempregadas, ou seja, percebe-se como característica marcante uma população adulta com grande potencial para o mundo do trabalho, porém sem inserção no mercado formal de trabalho.

Outros aspectos no tocante à ocupação ainda merecem destaque como, por exemplo, o quantitativo de pessoas que trabalham por conta própria 11,4% e o de pessoas que são diaristas 7,6%, somando juntas 19% das pessoas entrevistadas, ou seja, um grande contingente de pessoas que estão inseridas no mercado de trabalho com vínculos precários de trabalho, ou mesmo sem nenhum vínculo, **conforme gráfico 2** a seguir.

Gráfico 2 - Ocupação das pessoas beneficiárias dos conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida em Floriano – Maringá – 2016/2017



Fonte: Pesquisa de campo 2016/2017- Elaboração própria.

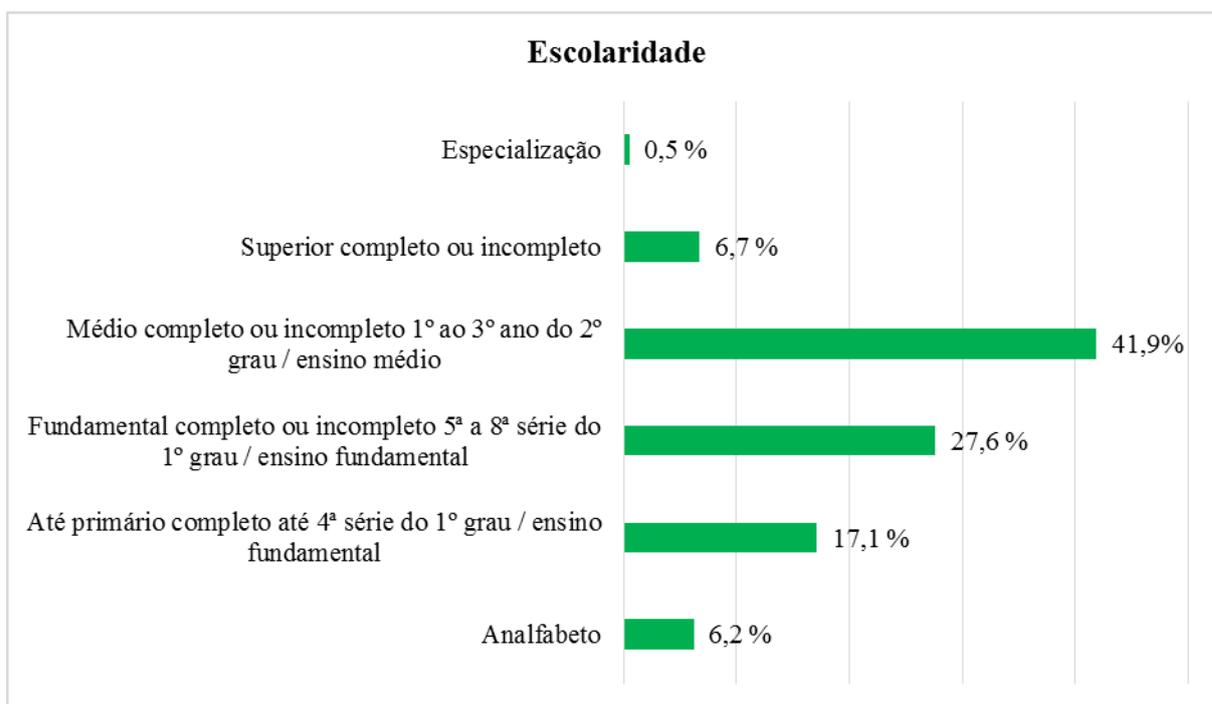
No tocante à condição da ocupação observada no gráfico acima, merece destaque o fato de o quanto cruel pode ser o realojamento e a segregação socioespacial das pessoas beneficiárias do PMCMV, posto que, a distância do local onde estão instalados os conjuntos do PMCMV em Floriano se configura em mais um elemento que potencializa a dificuldade no acesso desta população às estruturas de oportunidades de empregos disponíveis na cidade, ou mesmo no tocante à dificuldade por parte da acessibilidade aos seus trabalhos.

Quando cotejamos o fato de as pessoas entrevistadas serem predominantemente do sexo feminino, com a realidade do desemprego, o trabalho por conta própria e sua inserção

precária no mercado de trabalho, pomos em evidência a possibilidade desta condição de inserção precária no mercado de trabalho ou sua não inserção estar associada à questão de gênero, haja vista que nas sociedades capitalistas, as mulheres sempre foram relegadas à situação de subalternidade, como a “predestinação” à maternidade, ficando responsável pela prole, dentre outras funções associadas à condição feminina.

Outra característica que identificamos e que pode estar associada à condição da ocupação é quanto à escolaridade, posto que identificamos também que 41,9% das pessoas entrevistadas possuíam escolaridade até o ensino médio completo ou incompleto, seguidas pelas pessoas que disseram possuir escolaridade até o ensino Fundamental completo ou incompleto que são equivalentes a 27,6% das pessoas entrevistadas, conforme gráfico 3 a seguir.

Gráfico 3 - Escolaridade das pessoas beneficiárias dos conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida em Florianópolis – Maringá – 2016/2017



Fonte: Pesquisa de campo 2016/2017 - Elaboração própria.

Nos chamou a atenção, o fato de que as pessoas respondentes terem relatado que se percebiam invisíveis perante o poder público municipal e, às vezes, frente às outras pessoas também moradoras dos conjuntos do PMCMV e do distrito de Florianópolis, pois, haviam sido realojadas para a periferia, distante do centro da cidade, sem nenhum vínculo com o novo

local ou com os novos vizinhos, e onde os serviços públicos são precários e/ou mesmo inexistentes.

Para Fleury E Silva e Silva (2013) na cidade capitalista as pessoas acabam sendo inseridas na cidade, mas com poucos recursos que potencializam os processos de sociabilidades de modo geral, estas pessoas estão desconectadas, sem afinidades e com os vínculos fragilizados, seja pela necessidade de readaptação a grupos sociais diferentes dos que estavam acostumadas a se relacionar, seja pela falta de integração com o território, o qual, as vezes, não possui as mesmas estruturas de serviços existentes no bairro de origem:

Os moradores estão sendo inseridos na cidade tendo suas áreas de residência reconhecidas, mas não são de fato integrados na sociedade. Para tanto, precisariam ser reconhecidos socialmente como iguais, como portadores dos mesmos direitos ao espaço urbanizado. Isso faz sentido no momento que, como já dito, haja reconceituação do que vem a ser o “direito à cidade”, que não é claro e consensual (FLEURY E SILVA; SILVA, 2013, p. 280).

A partir dos questionários identificamos que a maioria das pessoas respondentes residiam em bairros considerados da periferia de Maringá, a saber: bairro Requião, Cidade alta, conjunto Ney Braga, estrada romeira – Delfim Moreira, dentre outros, conforme tabela abaixo.

Tabela 11 – Relação entre Bairros de origem e bairro de destino dos beneficiários dos conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida em Florianópolis – Maringá – 2016/2017

Estado	Cidade	Bairro de origem	Bairro de destino
PR	Maringá	Jardim Alvorada; Avenida Mandacaru; Avenida Tuiuti; Centro; Cidade Alta; Conj. Gonçalo Vieira; Conj. Guaiapó; Conj. Heman Moraes; Conj. João de Barro; Conj. Requião; Conjunto Branca Vieira; Conjunto Ebenezer; Conjunto Guaipó; Conjunto Natalin Feutrin; Conjunto Ney Braga; Conjunto Palmeiras; Conjunto Taís; Conjunto Vardelina; Estra Romera - Delfim Moreira; Estrada Bravin; Estrada Pinguim; Estrada Velha; Fim da Picada; Florianópolis; Hermes M. de Barros; Iguatemi; Jardim Aclimação; Jardim Alvorada; Jardim Bertioiga; Jardim Borbato; Jardim Campos Elizio; Jardim Diamante; Jardim Hortência; Jardim Iguaçu; Jardim Indaiá; Jardim Industrial; Jardim Ipanema; Jardim Itaipu; Jardim Liberdade; Jardim Los Angeles; Jardim Madrid; Jardim Mandacaru; Jardim Miosotis; Jardim Montreal; Jardim Oriental; Jardim Ouro Cola; Jardim Paris II; Jardim Quebec; Jardim Tropical; Jardim Universo; Novo Alvorada; Jd Olímpico; José Israel Factori; Natalino Feltim; Parque Industrial; Parque Itaipu; Parque Laranjeiras; Parque Tarumã; Pioneiro José Pires de Oliveira; Portal das Torres; Residencial aeroporto; Santa Felicidade; Sítio São José; Vila Bosque; Vila esperança; Vila Morangueira; Vila Operária; Vila Santa Isabel; Zona 4; Zona 5; Zona 6; Zona 7.	Distrito de Florianópolis

	Curitiba	Avenida Cerro Azul
	Paiçandu	Água Boa
	Sarandi	Santa Tereza
	Eng. Beltrão	Centro
	Lobato	Oscar Coltrin
	Peabiru	Centro
SP	São Paulo	Capital; Rosana; Jundiaí;
MG	Gov. Valadares	Centro
MS	Campo Grande	Centro
MT	Macelândia	Centro
SE	Aracaju	Centro
BA	Porto Seguro	Centro

Fonte: Pesquisa de campo 2016/2017 - Elaboração própria

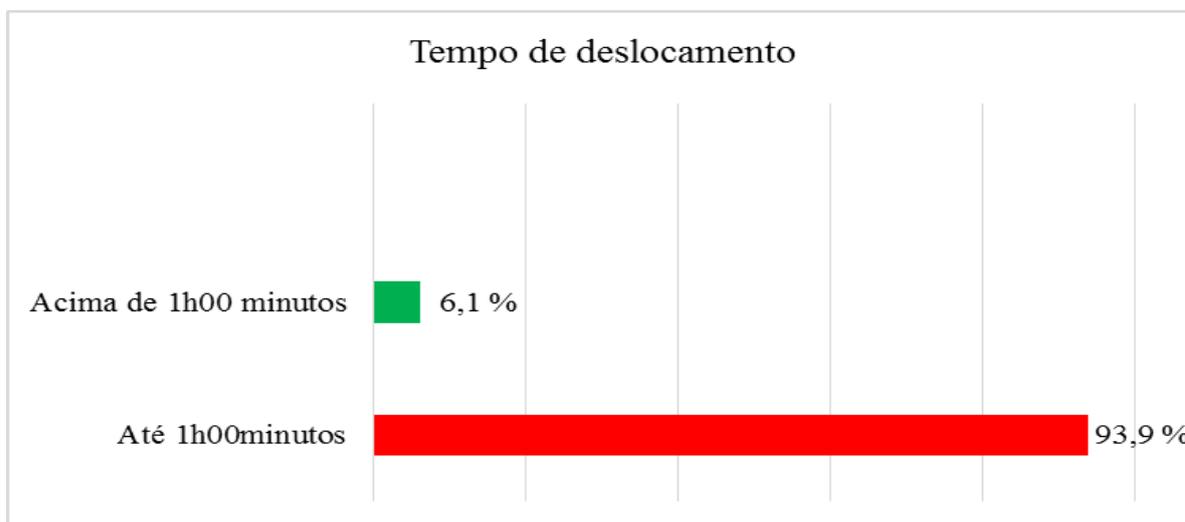
Ao se perceberem invisíveis perante o poder público e à sua própria comunidade, identificamos mais um elemento perverso que é intrínseco ao realojamento e à segregação socioespacial, qual seja, o rompimento e a desestruturação dos vínculos sociais e comunitários.

De modo que **81,4%** das pessoas respondentes afirmaram manter contato com as outras pessoas do bairro de origem, sendo que outras **21,4%** desejariam voltar a morar no seu bairro de origem.

Algumas características do território ajudam a explicar a manifestação das pessoas entrevistadas em voltar a residir no bairro de onde saíram – a falta de serviços públicos, a falta de oportunidades de trabalho, falta de escolas e creches para os filhos, dentre outros –, mesmo que no atual bairro não precisem arcar com despesas antes existentes, como é o caso do aluguel.

Para termos uma ideia do processo de periferização desse contingente populacional, basta verificarmos que **93,9%** das pessoas entrevistadas afirmaram que o tempo médio de deslocamento do distrito de Floriano até o seu local de trabalho que, geralmente, é no centro de Maringá, realizado por meio de transporte público, é de até 1 (uma) hora.

Gráfico 4 – Tempo de deslocamento até o local de trabalho das pessoas beneficiárias dos conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida em Floriano – Maringá – 2016/2017



Fonte: Pesquisa de campo 2016/2017- Elaboração própria.

Quando somamos o tempo médio de deslocamento entre a ida até o trabalho e a volta, contabilizamos uma média de 2 (duas) horas perdidas todos os dias por estes trabalhadores.

Esta demora no deslocamento se deve, entre outros fatores, à limitação na disponibilidade e acesso ao transporte público e às vias que ligam Floriano à Maringá, que no geral é realizada primeiro através da Estrada Bravin (única via de acesso a Floriano que possui pavimentação asfáltica) e depois por meio da Rodovia **PR 317** que corta a cidade a noroeste.

O tempo desperdiçado todos os dias, poderia ser utilizado por estes trabalhadores para realizar um aperfeiçoamento profissional, ou mesmo poderia ser utilizado para aumentar a qualidade de vida realizando atividades de entretenimento, atividades físicas ou outras práticas saudáveis, ou ainda, dedicar na atenção e cuidado com a família.

O fato é que, mesmo residindo anteriormente em bairros da periferia da cidade, havia uma maior disponibilidade de serviços e equipamentos públicos próximos, dessa forma, as pessoas tinham a opção de empregar o tempo livre, no início ou no fim do dia, em atividades para o seu bem-estar.

O tempo gasto no deslocamento, conforme observamos no gráfico anterior nos leva a refletir acerca da qualidade do transporte público, haja vista que **34,3%** das pessoas respondentes utilizam o transporte público para chegar aos seus locais de trabalho, conforme podemos observar na tabela 11 a seguir.

Tabela 12 – Meio de transporte utilizado pelas pessoas beneficiárias dos conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida em Florianópolis para chegar ao local de trabalho – Maringá - 2016/2017

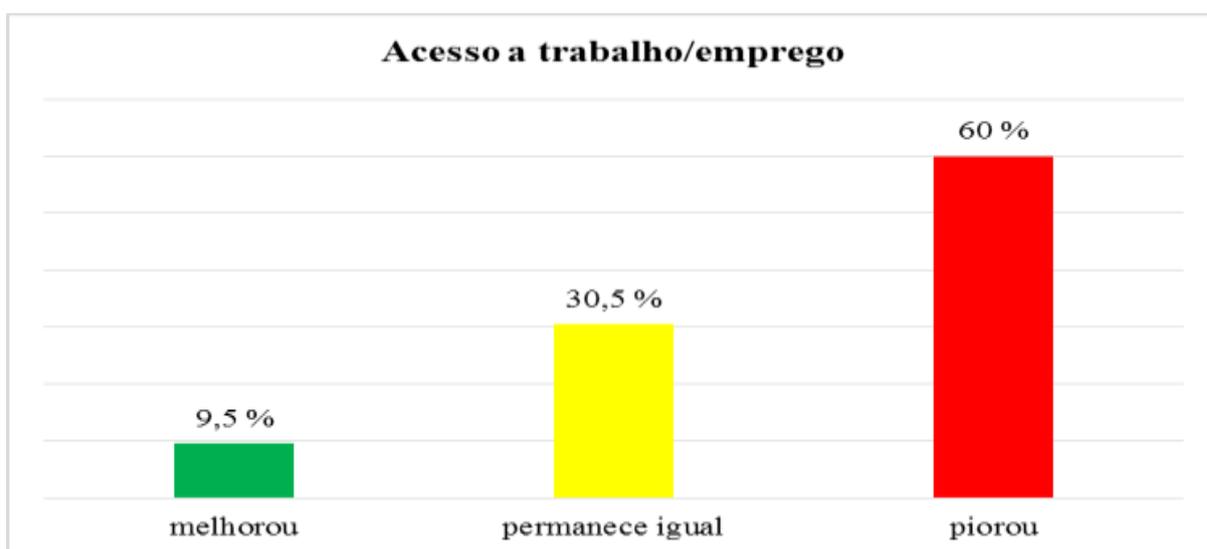
Meio de transporte utilizado para chegar ao local de trabalho	%
Vai a pé;	8,1
Vai de bicicleta;	,5
Vai de carro próprio;	9,5
Vai de transporte público;	34,3
Vai de carona.	1,0
Outros.	10,0
Não Respondeu	36,7

Fonte: Pesquisa de campo 2016/2017 – Elaborado por Wesley Oliveira Furriel - 2017

Esta realidade corrobora com o vimos afirmando ao longo do nosso trabalho, ou seja, que o realojamento dos grupos populacionais pertencentes aos empreendimentos do MCMV é realizado para regiões da cidade onde a maior parte dos serviços públicos indispensáveis à dignidade dessas pessoas está ausente ou são bastantes precários.

O agravamento no tocante a alguns aspectos da vida da população pertencentes ao realojamento para os empreendimentos do PMCMV fica ainda mais evidente quando nos referimos às estruturas de oportunidades de acesso ao mercado trabalho, posto que, para **60%** das pessoas entrevistadas houve piora no acesso ao mercado de trabalho ou outras oportunidades de emprego conforme podemos observar no gráfico 5 a seguir.

Gráfico 5 – Acesso das pessoas beneficiárias dos conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida em Florianópolis a oportunidades de trabalho/emprego – Maringá – 2016/2017



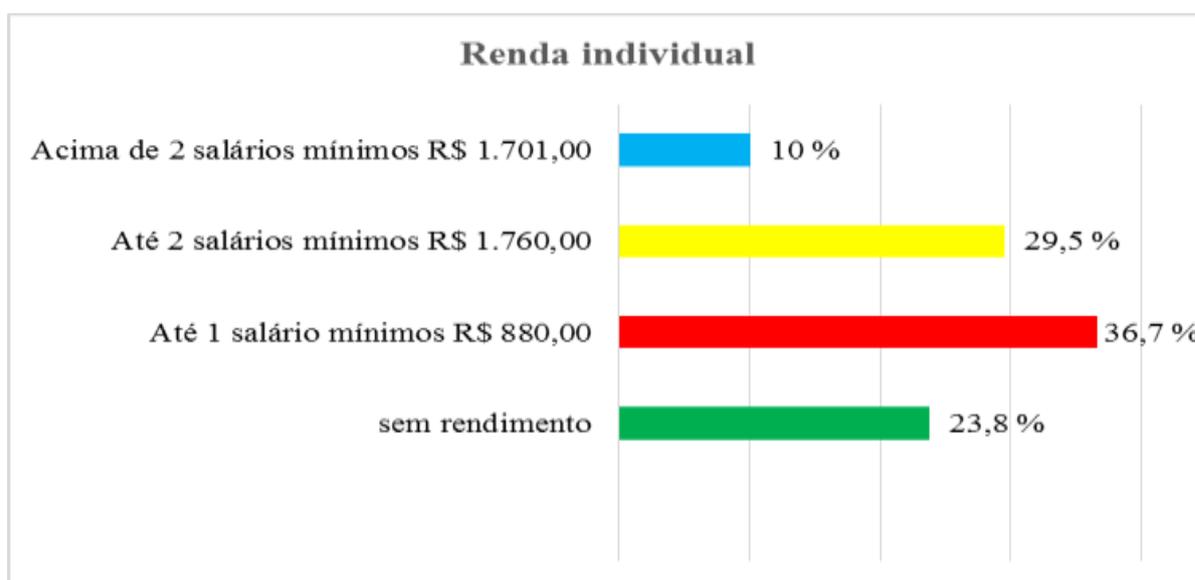
Fonte: Pesquisa de campo 2016/2017 - elaboração própria.

Ao constatarmos que **60%** das pessoas entrevistadas afirmaram ter havido piora no acesso a oportunidades de trabalho e emprego, e retomando a discussão em que se identificou um alto índice de desemprego entre os moradores dos três conjuntos, em torno de **26,7%**, é evidente que a necessidade por emprego é premente, de modo que, o acesso a oportunidades de emprego está entre uma das maiores necessidades apontadas pelas pessoas entrevistadas.

A necessidade de emprego acaba refletindo no rendimento individual e familiar das pessoas entrevistadas. Dessa forma, no momento da aplicação dos questionários **23,8%** dos respondentes afirmaram não ter nenhum rendimento, os que possuíam renda de até 1 salário mínimo R\$880,00 correspondia à maior parcela dos respondentes **36,7%**, já os que tinham rendimentos de até 2 salários mínimos R\$1.760,00 correspondiam a **29,5%**, e os que tinham rendimentos acima de 2 salários mínimos somavam **10%**, conforme gráfico a seguir.

Chamamos a atenção para os respondentes da pesquisa que afirmaram não possuir nenhum rendimento individual mensal **23,8%**. Quando cotejamos este dado com os dados sobre a ocupação das pessoas respondentes onde, percebemos que **26,7%** disseram estar desempregadas, evidenciamos haver uma relação entre ambos os dados, posto que, possivelmente, as pessoas respondentes sem nenhum rendimento são as mesmas pessoas beneficiárias do PMCMV desempregadas, que não conseguem se inserir no mercado formal de trabalho, nem mesmo no mercado informal, por conta própria, dentre outras modalidades de trabalho atuais presentes no mundo do trabalho.

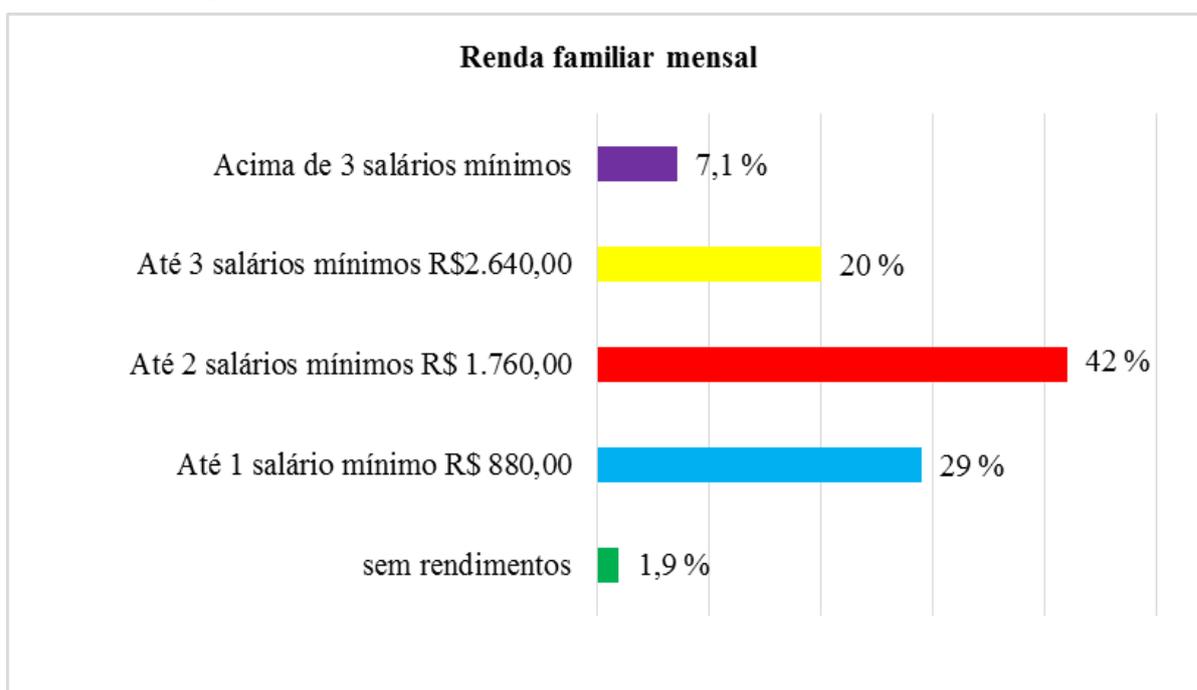
Gráfico 6 - Renda individual mensal da pessoa de referência da família pertencente aos conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida em Floriano – Maringá – 2016/2017



Fonte: Pesquisa de campo 2016/2017 – Elaboração própria

No que diz respeito à renda familiar mensal observamos que o maior percentual **42%** possui renda de até dois salários mínimos, puxado pelos que recebem até 1 salário mínimo **29%** e aquelas famílias com renda de até 3 salários mínimos **20%**.

Gráfico 7 - Renda familiar mensal nos conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida em Floriano – Maringá – 2016/2017



Fonte: Pesquisa de campo 2016/2017– Elaboração própria

A renda familiar mensal demonstra a necessidade de cotejarmos este dado com os dados sobre o custo de vida no atual bairro, pois, apesar de a maioria das famílias entrevistadas terem afirmado possuir rendimentos mensais de até 2 salários mínimos, totalizando 42%, destacamos que, frente aos percalços do realojamento e da segregação socioespacial, estes rendimentos, mostram-se insuficientes, uma vez que para 41,9% das pessoas entrevistadas houve aumento no custo de vida para as famílias no atual bairro.

No final das contas, considerando as dificuldades de acesso a maioria dos serviços públicos e aos estabelecimentos comerciais disponíveis na cidade, percebemos que a maior fatia dos rendimentos dessas famílias se destina à reprodução da própria força de trabalho, haja vista que as receitas são divididas entre o deslocamento com transporte público, supermercado, farmácias, dentre outras.

Apenas para ilustrarmos de forma breve, basta pegar o valor do bilhete da passagem do transporte coletivo que atualmente é de R\$3.40⁹, esse valor quando é multiplicado por 2 dá R\$6,80 para cada trabalhador por dia.

O valor que um trabalhador precisa desembolsar mensalmente, considerando um mês com 4 semanas, onde este trabalhador se utiliza do transporte público 5 (cinco) dias na semana, sendo, portanto, duas vezes ao dia, é em média de R\$136,00, quando multiplicamos esse valor por uma média de 2 pessoas por família se tem o montante de R\$ 272 desembolsados todos os meses.

Tabela 13 - Número de pessoas residentes na casa por família nos conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida em Floriano – Maringá – 2016/2017

Número de pessoas residentes na casa	%
1,00	8,6
2,00	25,7
3,00	25,7
4,00	22,9
5,00	13,8
6,00	1,9
7,00	1,0
8,00	0,5

Fonte: Fonte: Pesquisa de campo 2016/2017– Elaborado por Wesley Oliveira Furriel - 2017

Esse valor, em relação ao número representativo da maior renda familiar até dois salários mínimos R\$1.760,00, gráfico 7, equivale a aproximadamente 15,4% da renda total. Quando aumentamos para três o número de pessoas residentes na casa que utilizam o transporte público, o valor em porcentagem aumenta para 23,18% do total do orçamento da família, que já é frágil. Dessa forma, expõem-se algumas das mazelas que têm atingido as populações pertencentes ao processo de realojamento e segregação socioespacial.

Ademais, no momento da abordagem perguntou-se sobre outras necessidades que as pessoas entrevistadas tinham e obtivemos ainda como resposta que falta escola de ensino médio, creche, unidade de saúde da família, segurança, melhora no transporte público, dentre

⁹ Disponível em < <http://www.tccc.com.br/tarifas.html>>. Acessado em 26 de março de 2017.

outras, são urgentes tanto para as pessoas beneficiárias do PMCMV, como também para toda a população do distrito de Floriano.

Dessa forma, é perceptível a falta de estruturas de oportunidades para os contingentes de pessoas realojadas para as regiões periféricas da cidade, o que reforça nossa tese de que as populações que sofrem os processos de realojamentos contemporâneos em Maringá, enfrentam problemas que se interligam, e desaguam em formas de desigualdades sociais e nos vetores que se expressam enquanto interfaces da segregação socioespacial.

Estas formas de segregação socioespaciais são responsáveis, em grande medida, pelos processos de vulnerabilidades sociais e econômicas, e que são refrações do acesso nulo e/ou precário às redes de serviços públicos, a saber – transporte público, sistemas de ensino, oportunidades precárias de emprego, serviços de saúde, serviços de assistência social, dentre outros, no território onde os empreendimentos do PMCMV são constituídos.

A ausência e/ou o acesso precário a estes serviços públicos pode potencializar o surgimento de alguns problemas sociais encontrados em áreas poucos assistidas pelo poder público, como é o caso da violência a incidências do tráfico de drogas, dentre outros problemas que são uma realidade das periferias das cidades brasileiras.

Tanto é assim que entre as pessoas entrevistadas há um anseio muito grande por segurança, haja vista que para **33,8%** das pessoas entrevistadas a insegurança e a violência do atual local em relação ao bairro de origem piorou, não obstante outras 38,6% terem afirmado que permanece igual, conforme tabela 13 a seguir.

Tabela 14 – Violência ou insegurança nos conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida em Floriano – Maringá – 2016/2017

Violência ou insegurança	%
Melhorou	27,6
Permanece igual	38,6
Piorou	33,8

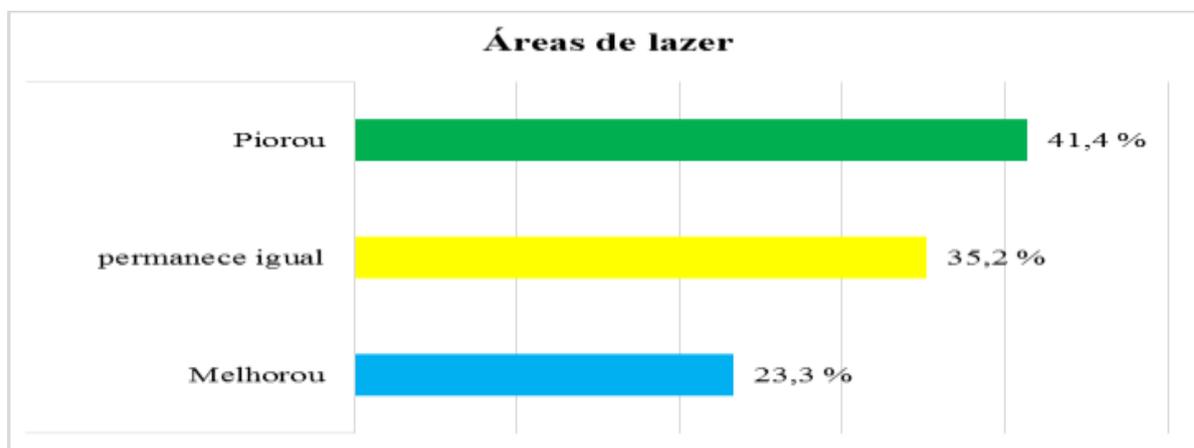
Fonte: Pesquisa de campo 2016/2017 – Elaborado por Wesley Oliveira Furriel - 2017

Dessa forma, quando não há uma atuação constante por parte do poder público podemos afirmar que a ausência de alguns serviços públicos pode ter influência sobre estes índices quanto à percepção da violência e insegurança.

Além de haver a sensação na piora dos índices de violência, as pessoas entrevistadas afirmaram haver dificuldades no acesso a outros serviços públicos, por exemplo, ao compararmos o atual lugar em que as pessoas beneficiárias do MCMV se encontram com o

lugar de origem **41,4%** entrevistadas afirmaram ter havido piora no acesso a áreas de lazer, conforme gráfico 8 a seguir.

Gráfico 8 – Acesso a áreas de lazer pelas pessoas beneficiárias dos conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida em Floriano – Maringá – 2016/2017



Fonte: Pesquisa de campo 2016/2017 – Elaboração própria.

Nesse sentido, percebemos que quanto à infraestrutura local, não houve uma articulação enérgica do poder público na provisão da maioria dos serviços públicos com o território para onde as famílias foram realojadas, o que gera muita insatisfação por parte das famílias beneficiárias instaladas nos conjuntos do PMCMV.

No momento da pesquisa percebeu-se que o acesso da população a serviços públicos de saúde, educação, comércio, dentre outros, era realizado utilizando-se da infraestrutura já disponíveis no centro do bairro, em Floriano.

Segundo as pessoas entrevistadas, com o realojamento delas para os conjuntos habitacionais do PMCMV tornou-se mais difícil o acesso a estabelecimentos de ensino como escolas, creches, SEMEI e universidades, deste modo, para **41,4%** o acesso a estes serviços públicos piorou.

Tabela 15 – Tabela – Acessibilidade a estabelecimentos de ensino escolas, universidades, creches, SEMEI nos conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida em Floriano – Maringá – 2016/2017

Percepção das pessoas entrevistadas	%
Melhorou	17,6
Permanece igual	41,0
Piorou	41,4

Fonte: Pesquisa de campo 2016/2017 – Elaborado por Wesley Oliveira Furriel 2017

A percepção quanto à piora no acesso a estes serviços públicos se comprova quando perguntamos se os serviços de saúde -escolas -CEMEI - creches - assistência social -, presentes no bairro são suficientes para atender a demanda local, onde **58,1%** das pessoas entrevistadas afirmaram que não (**ver gráfico 9**).

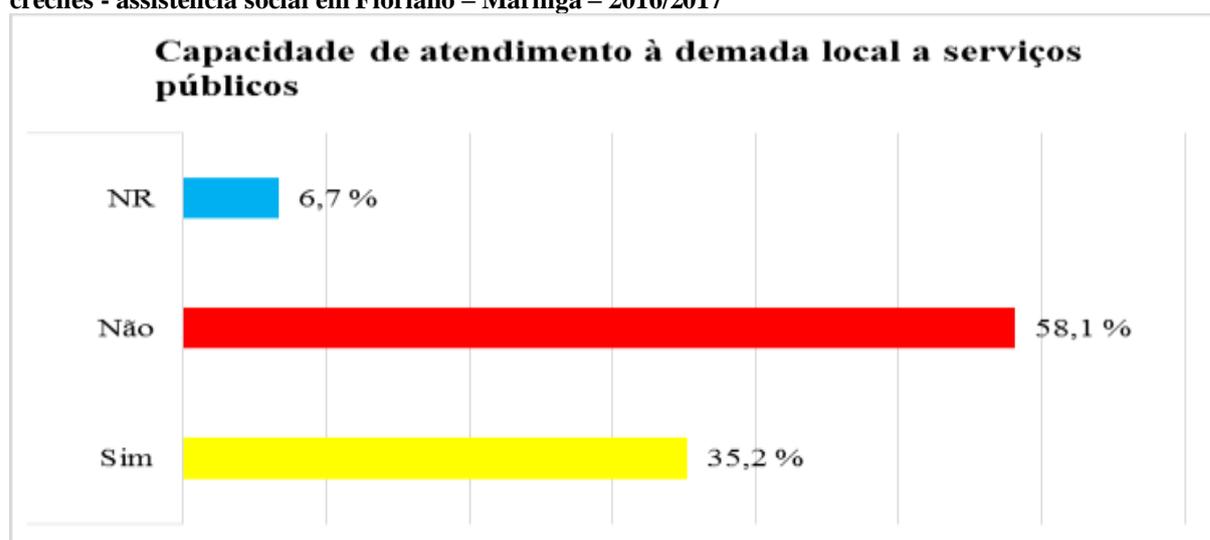
O não atendimento da população ao conjunto desses serviços públicos é real, e se agrava, sobretudo, pela ausência da ampliação da infraestrutura dos mesmos frente a grande demanda que se deslocou para o território.

Nesse sentido, percebemos a negligência do poder público municipal com a população beneficiária do PMCMV e também com a população mais antiga do bairro.

Assim, os impactos negativos causados são catastróficos na vida de ambas as populações, tanto aquelas que são pertencentes aos processos recentes do realojamento no âmbito do Programas Minha Casa, Minha Vida, quanto aquelas que ocupam o território a mais tempo.

Com isso, observamos a precarização do acesso de ambas as populações aos serviços públicos existentes, e o pior, sem nenhuma sinalização de perspectivas melhores, posto que, apesar de nos conjuntos do PMCMV existirem áreas reservadas para a construção de equipamentos públicos de assistência à população, no momento da realização da pesquisa de campo não observamos nenhum sinal de obras.

Gráfico 9 – Capacidade de atendimento à demanda local das pessoas beneficiárias dos conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida aos serviços públicos de saúde - escolas - CEMEI - creches - assistência social em Floriano – Maringá – 2016/2017



Fonte: Pesquisa de campo 2016/2017 – Elaboração própria.

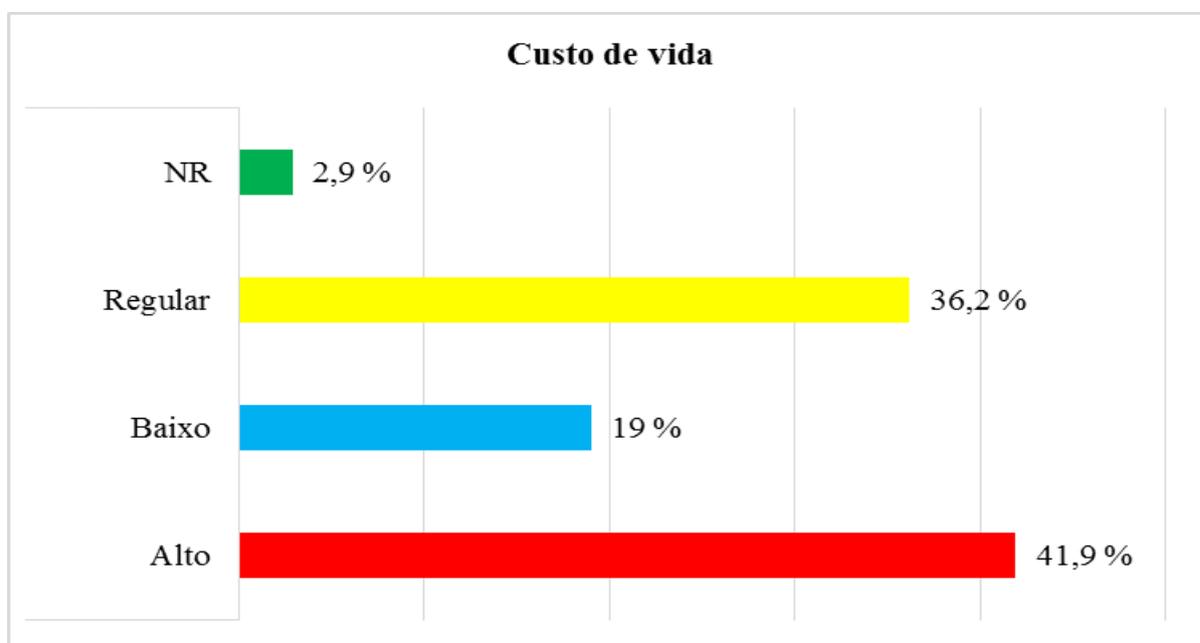
Para **41,9%** das pessoas que participaram da pesquisa, quando se compara a realidade do bairro atual com a realidade do bairro de origem, conforme podemos observar no gráfico 10 a seguir, o custo de vida é alto.

A percepção quanto ao custo de vida alto, no atual bairro, pode ser justificada pela inexistência e/ou precariedade de alguns dos mais elementares serviços públicos, como farmácias, supermercados, serviços bancários, despesas com transporte público, entre outros.

Uma explicação possível para isso é que devido à pequena oferta destes serviços há o monopólio nos preços dos produtos ofertados pelos estabelecimentos comerciais presentes no território o que deixa margem para práticas abusivas no momento da delimitação dos preços, que sem fiscalização core solta, sem nenhuma regulação.

Outra possibilidade é conferida pelo distanciamento do território de Florianópolis até as principais distribuidoras de alimentos e os produtos, encarecendo, sobremaneira, o preço das mercadorias, motivo pelo qual, os comerciantes no momento de tabelar os preços, são forçados a repassar os custos aos consumidores.

Gráfico 10 – Custo de vida nos conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida em Florianópolis – Maringá – 2016/2017



Fonte: Pesquisa de campo 2016/2017 – Elaboração própria

O fato é que, o poder público municipal de Maringá, desde a implantação da cidade, não possuiu e continua sem possuir sensibilidade para perceber que a privação a determinadas estruturas de oportunidades, como, por exemplo, empregos, estabelecimentos de ensino,

transporte de qualidade, dentre outros, desencadeiam e tornam agudas algumas situações de vulnerabilidades sociais.

Segundo Souza e Acorsi (2015) “[...] o modo como se apresenta a organização social do território pode favorecer ou inibir os grupos sociais ao acesso a essas estruturas de oportunidades” (SOUZA; ACORSI, 2015, p. 236).

A interferência e/ou a anulação das estruturas de oportunidades, quando geram segregação socioespacial, resultam em formas que se associam a uma segmentação de classes, e que é embrionária do modelo original de cidade em que Maringá foi concebida.

Ainda acerca da ausência de estruturas de oportunidades, Rodrigues (2004) vai afirmar que em Maringá ainda precocemente, no limiar da construção do espaço urbano,

[...] os investidores de poucos recursos somente tiveram acesso a um lugar mais afastado do núcleo central (constante no plano inicial como área residencial popular), que se mantém até os dias atuais como uma região de construções simples e um tratamento urbanístico deficitário (RODRIGUES, 2004, p. 52).

Nesse sentido, percebemos que as formações atuais que resultam nos empreendimentos do PMCMV surgem modificando precária e intermitentemente a arquitetura dos espaços urbanos distantes da cidade, muitas vezes quem delimita o sentido e o rito destas mudanças são as próprias pessoas através da ocupação e modificação dos espaços dos territórios onde se encontram.

Dessa forma, percebemos que com o passar do tempo, a ação dos sujeitos aliada às iniciativas do poder público, por mais incipientes que sejam, transformam-se em elementos funcionais aos produtores imobiliários capitalistas seguindo o mesmo *modus operandi* daquele concebido pela Companhia Melhoramentos do início de Maringá – sem controle social do poder público ou da sociedade – esta que tem esfacelada a sua sociabilidade e estruturas de oportunidades com este modelo de planejamento urbano.

O resultado desses desastrosos processos é uma aguda crise urbana que vivemos nos dias atuais (MARICATO, 2015).

Rodrigues (2004) afirma que a gênese do processo de segmentação do espaço urbano de Maringá se dá pelo valor dos lotes, sendo que os valores mais exorbitantes eram identificados inicialmente na zona 2 destinada exclusivamente à moradia, com acesso a maior parte dos serviços públicos.

Nesse sentido, a lógica do PMCMV em Florianópolis é uma reprodução do modelo de segmentação traçado inicialmente pelos planejadores, haja vista, que no lugar onde estes empreendimentos estão implantados os preços dos lotes possuem valores menores e também menos oferta de serviços públicos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos discutindo nas seções anteriores que o modo como a cidade de Maringá desde o início vem delimitando o seu planejamento deixa entrever formas de segregação socioespaciais para aquelas populações consideradas de baixa renda, relegando a estas os lugares distribuídos nas periferias da cidade com pouca oferta de serviços públicos.

A cidade surge fundada num ideário de planejamento urbano “romântico” que, com o passar dos anos mostra-se funcional no atendimento dos interesses daqueles segmentos detentores do poder econômico e político, que se utilizam da posição privilegiada que ocupam para ampliar os seus instrumentos de dominação sobre aqueles segmentos subalternizados da sociedade, por sua condição econômica precária.

Relembramos que a cidade de Maringá conserva uma segmentação e uma hierarquização por renda, resultante de um planejamento urbano moderno e funcionalista que se estabeleceu desde os primórdios.

Não obstante existir nos dias atuais leis e robustos instrumentos normativos que regulam a ocupação do solo urbano na maioria das cidades brasileiras, e em especial em Maringá, assiste-se ao processo de negligência do poder público, este na maioria das vezes é conivente com os interesses dos capitalistas produtores da cidade, que tornam as cidades espaços de desigualdades e segregação.

Em Maringá, desde o seu início, os planejadores priorizam a construção da “cidade dos sonhos”, só que para uma pequena parcela que pode pagar por ela, a outra parcela, de baixa renda, é excluída dos planos dessa cidade que os seus planejadores têm em mente.

Portanto, a cidade que é propagandeada por muitos, na vida real é a cidade para poucos. Posto que os contingentes pobres são obrigados a sobreviverem com as “sobras” seja no aspecto do entretenimento, seja no acesso aos bens contidos no território urbano da cidade, como é o caso do acesso à moradia e à posse da terra, que geralmente são adquiridos por estes nas franjas da cidade, onde as estruturas de oportunidades são pífias.

Dessa forma, analisamos que o valor-de-troca da cidade, na perspectiva mercadológica, acaba sendo realçado, em detrimento da cidade numa perspectiva de valor-de-

uso. Nesta configuração, enquanto uma mercadoria, o componente central da cidade de Maringá é a sua produção e reprodução enquanto cidade do espetáculo funcional ao grande capital.

Não obstante, o acesso as estruturas de oportunidades na cidade serem fundamentais à sobrevivência humana, onde os próprios homens e as próprias mulheres, através do trabalho, são os agentes de sua própria transformação à medida que exercem a sua sociabilidade, assiste-se desde sempre em Maringá à retração no acesso a estas estruturas de oportunidades.

Percebemos que alguns gestores planejadores do espaço urbano de Maringá caminham na contramão, posto que, para que haja o protagonismo dos trabalhadores na sociedade que temos, é necessário que sejam dadas a eles as mesmas oportunidades, porém com ampla equidade no acesso às riquezas socialmente produzidas. E o que temos assistidos em Maringá é o contrário, sobretudo quando se trata do processo de periferização do contingente de pessoas pertencentes aos PMCMV.

Destacamos, então, que algumas das formas como vêm se operando os componentes que em Maringá potencializam as formas de segregação socioespacial, a saber: o próprio modelo de produção e reprodução do espaço urbano da cidade quando se trata da posição que ocupa na região que integra a região Metropolitana de Maringá, haja vista que Maringá enquanto cidade polo acaba estabelecendo uma postura verticalizada em relação ao conjunto das outras cidades integrantes a RMM.

Ao ser elevada à condição de polo da RMM a cidade passou a cultivar uma posição privilegiada frente às demais cidades da RMM, situação que inclusive lhe confere a posição privilegiada de barganhar consideráveis fatias de investimentos, sejam privados ou públicos.

Também há relação privilegiada quando analisamos a posição política, onde os políticos “da cidade” acabam se vinculando a setores estratégicos, seja no quadro do Governo do estado seja no quadro do Governo Federal.

Esta posição de cidade polo da RMM, acaba por agregar um “valor” à cidade, cujos bônus acabam ficando com uma pequena parcela dos que detém o poder econômico e político, enquanto que as populações sociais de baixo poder aquisitivo, sejam aquelas pertencentes à cidade polo, sejam pertencentes às cidades limítrofes, Paiçandu, Sarandi, Marialva, entre outras, ficam com o ônus para si.

Percebemos que, se no momento que surge a cidade de Maringá, o planejamento foi excludente, nos tempos atuais, esse modelo se repete, basta olharmos para os

empreendimentos do PMCMV, que são grupos populacionais de baixo poder aquisitivo, os quais estão colocados através de processos de realojamentos para áreas periféricas da cidade.

A partir do que vimos discutindo ao longo do nosso trabalho, podemos afirmar que o processo de periferização dos grupos considerados pobres, vem sendo executado em Maringá como um projeto de planejamento urbano, posto que este modelo se prolonga no tempo.

A invisibilidade das populações pobres nos países de capitalismo periféricos, como é o Brasil, é uma estratégia de manutenção de poder das classes hegemônicas dominantes sobre as classes sociais pobres.

Nesse sentido, os planejadores da cidade de Maringá, desde o início reproduzem um modelo de cidade excludente para as populações de baixa renda, haja vista que estas populações acabam se tornando invisíveis, sendo empurradas para as regiões longínquas do centro da cidade e dos bairros de moradias supervalorizadas.

Portanto, ao longo do nosso trabalho fomos identificando, que o espaço de Maringá, onde hoje estão situados os bairros de alto padrão de renda, não comporta populações de baixa renda, mesmo que, nestes espaços haja terra onde se poderia construir moradias para estas populações.

De tal modo, concluímos que em Maringá, o processo do realojamento de grupos de baixa renda para os empreendimentos do PMCMV nos distritos do município, em especial aqueles constituídos em Floriano, faz parte de um projeto, uma construção social que acaba sendo introjetada como um processo natural e, portanto, que tem legitimado o lugar da periferia como uma predeterminação do lugar para os pobres.

Nesse sentido, reafirmamos o caráter central que capitaneou nossa discussão ao longo do nosso trabalho, qual seja, de que a produção do espaço da cidade de Maringá e o seu desenvolvimento urbano se vinculam de forma capilar ao valor-de-troca, frente ao qual, a cidade de Maringá é eleita enquanto uma mercadoria, funcional ao capital e, como tal, responsável pela distribuição do espaço urbano para as populações de baixa renda, no sentido centro/periferia, uma construção social hierarquizada, segregada e segregadora.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, B. L. F. **As práticas do Serviço Social: afirmação ou superação da subalternidade.** Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1990.
- ANDRADE, C. R. M.; CORDOVIL, F. C. S. A cidade de Maringá, PR. O plano inicial e as “requalificações urbanas”. Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. **Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica**, Universidad de Barcelona, 26-30 de mayo de 2008. <<http://www.ub.es/geocrit/-xcol/55.htm>> Acessado em 28 de março de 2017.
- ARAÚJO, M. C. **A cidade de Maringá: a constituição de um espaço urbano planejado e segregado.** In: Rodrigues, A. L.; Tonella, C. (org.). Retratos da Região Metropolitana de Maringá: subsídios para a elaboração de políticas públicas participativas. Maringá: Eduem, 2010, p. 165-191.
- BARBETTA, P. A. **Estatística aplicada às ciências sociais.** 6. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.
- BRASIL. **Estatuto da Cidade (2001). Estatuto da Cidade:** Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001, que estabelece diretrizes gerais da política urbana. – Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001. 273 p. – Série fonte de referência. Legislação; n. 40.
- BONDUKI, N. G. **Origens da Habitação Social no Brasil.** 4 ed. São Paulo: Estação Liberdade, 1994.
- CALDEIRA, T. P. DO R. **Cidade de Muros: crime, Segregação e Cidadania em São Paulo.** São Paulo: Editora 34/Edusp. 2000.
- CARDOSO, A. L. Política Habitacional no Brasil: balanço e perspectivas. **Cadernos IPPUR/UFRJ**, Rio de Janeiro, 2008.
- CARDOSO, A. L (et al). Minha Casa Minha Sina: implicações da recente produção habitacional pelo setor privado na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. In: CARDOSO, A. L. (ORG). **O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais.** (org.). Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. p.143-160.
- CORDOVIL, F. C. S.; RODRIGUES. A. L. Segregação socioespacial e a negligência ao patrimônio construído: legado dos projetos e práticas do poder público municipal em Maringá – PR (Brasil). **Scripta Nova.** Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. [En línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de noviembre de 2012, vol. XVI, nº 418 (41). Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-418/sn-418-41.htm>>. [ISSN: 1138-9788]. Acessado em 28 de março de 2017
- FLEURY E SILVA, B.; SILVA, R. D. A produção de moradia entre 2000 e 2013 e o impacto na organização socioespacial do aglomerado metropolitano Sarandi-Maringá-Paiçandu. In: RODRIGUES, A. (org). **Maringá: transformações na ordem urbana.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p. 268-306.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 12ª Reimpressão, 2007.

HARVEY, D. A liberdade da Cidade. In; **Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo. 2013. p. 26-40.

HOBBSAWM, E J. **Mundos do trabalho**. Tradução Waldea Barcellos e Sandra Bedran. – 4. ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 20. ed, São Paulo: Cortez, 2011.

LAGO, L. C DO. **Desigualdades e segregação na metrópole: o Rio de Janeiro em tempo de crise**. 2. ed., Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro. 2001.

LORENZETTI, M.S.B. **A questão habitacional no Brasil**. Câmara dos Deputados. Brasília. 2001. Disponível em < <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/1469>>. Acessado em 28 de março de 2017.

LUZ, France. **O fenômeno urbano numa zona pioneira**. Prefeitura de Maringá. Maringá. 1997.

MARICATO, E. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão popular, 2015.

MARX, K. **O capital: Crítica da economia política**. Livro I – 27ª ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2010.

MACHADO, J. R.; MENDES, C. M. A incorporação imobiliária e o mercado de imóveis em Maringá: supervalorização ou superexploração? v.4, n.1, **Revista Percursos**, Maringá, 2012, p. 99-114. Disponível em: < <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/Percursos/article/view/16404/pdf> >. Acessado em 28 de março de 2017.

MACHADO, J. R. **As centralidades e as (Des)centralidades: um olhar geográfico sobre as espacialidades dos serviços da saúde na cidade de Maringá**. Maringá, 2004. Dissertação de Mestrado.

MENDES, L. O contributo de Neil Smith para uma geografia crítica da gentrificação. @metropoles. **Revista Eletrônica de Estudos Urbano e Regionais**, n. 1 ano. 1. 2010. Disponível em: < http://www.emetropolis.net/edicoes/n01_mai2010/e-metropolis_n01_artigo2.pdf>. Acessado em 28 de março de 2017.

MINAYO, M. C. de S; DESLANDES, S. F; GOMES, R. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 25. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

NETTO, J. P.; BRAZ. M. **Economia Política: uma introdução crítica**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

OLIVEIRA, M. I. **A Assistência Social no Brasil**. Ponta Grossa: UEPG/NUTEAD. 2014.

PIMENTEL, A. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. **Cadernos de Pesquisa**, v.114, p.179-95, Londrina, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n114/a08n114.pdf>> Acessado em 28 de março de 2017.

POLANYI, K. **A grande Transformação: as origens de nossa época**. Rio de Janeiro, Campus, 1980.

RODRIGUES, A. L. **A pobreza mora ao lado: segregação socioespacial na Região Metropolitana de Maringá**. São Paulo: PUC, 2004 (Tese de Doutorado, mimeo).

SANTOS, J. S. **Particularidades da “questão social” no capitalismo brasileiro**. Rio de Janeiro, UFRJ, 2008.

SOUZA, P. R.; ACORSI, C. R. L. **Organização Social do território e desigualdades sociais: oportunidades do mercado de trabalho**. In: RODRIGUES, A. (org). Maringá: transformações na ordem urbana. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

ROLNIK, R. A lógica da Desordem. In: **Le Monde Diplomatique Brasil. Cidades à Beira do Colapso**. São Paulo, Agosto, Edição 13, 2008. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=220>> Acessado em 20 de dezembro de 2016.

_____. **Guerra dos lugares: colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boi Tempo, 2015.

YAZBEK, M. C. **Classes subalternas e assistência social**. – 7. ed. – São Paulo: Cortez, 2009.

APÊNDICE



**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO
EM CIÊNCIAS SOCIAIS –
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

REALOJAMENTO DA POBREZA: interface da segregação socioespacial na produção da cidade de Maringá à luz conceitual marxista do valor-de-troca

Nome do entrevistador: _____.

Endereço do imóvel: _____.

Número: _____.

CARACTERÍSTICA SOCIOECONÔMICA DA UNIDADE DOMÉSTICA E PERFIL DO ENTREVISTADO

01. Sexo
 Masculino ()
 Feminino ()

02. Idade: _____

03. Escolaridade
 () 1. Analfabeto
 () 2. Até primário completo (até 4ª série do 1º grau / ensino fundamental)
 () 3. Fundamental completo ou incompleto (5ª a 8ª série do 1º grau / ensino fundamental)
 () 4. Médio completo ou incompleto (1º ao 3º ano do 2º grau / ensino médio)
 () 5. Superior completo ou incompleto
 () 6. Especialização
 () 7. Mestrado
 () 8. Doutorado
 () 99. NR

04. Cor
 () 1. Branca
 () 2. Preta
 () 3. Parda
 () 4. Amarela
 () 5. Indígena
 () 99. NR

05. Estado civil
 () 1. Solteiro
 () 2. Casado
 () 3. Divorciado(a)
 () 4. Viúvo (a)
 () 5. União estável
 () 99. NR

06. Tem filhos?

1. Sim

2. Não

99. NR

06. a) Se sim quantos? _____

ACESSO AO MUNDO DO TRABALHO

07. Qual a sua ocupação?

1. Trabalha no governo (administração pública federal, estadual, municipal)

2. Trabalha em empresa pública

3. Trabalha em empresa privada

4. Trabalha em instituição sem fins lucrativos

5. Trabalha por conta própria

6. Estudante

7. Aposentado ou pensionista

8. Diarista

9. Empregada doméstica

10. Desempregado

99. NR

8. Caso trabalhe qual meio de transporte utiliza para chegar ao local de trabalho?

1. Vai a pé;

2. Vai de bicicleta;

3. Vai de carro próprio;

4. Vai de transporte público;

5. Vai de carona.

6. Outros.

99. NR

9. Quanto tempo leva para se deslocar de sua casa até o seu trabalho? _____

10. Caso trabalhe você tem carteira assinada?

1. Sim 2. Não 99. NR

CARACTERÍSTICAS DA UNIDADE DOMÉSTICA

11. Qual o seu parentesco com o responsável pelo domicílio?

1. Pessoa responsável

2. Cônjuge, companheiro(a)

3. Filho(a), enteado(a)

4. Pai, mãe,

5. Sogro(a)

6. Neto(a), bisneto(a)

7. Irmão, irmã

99. NR

12. Renda individual mensal da pessoa de referência da família.

R\$: _____

13. Renda familiar mensal. R\$: _____

14. Número de pessoas residentes na casa. _____

15. Se houver mais de uma família residente no imóvel qual a condição de parentesco.

1. São parentes

2. Amigos ou conhecidos

3. Inquilinos

99. NR

16. Condição do domicílio principal.

1. Próprio quitado

2. Próprio financiado em dia, valor da prestação: R\$ _____

3. Próprio financiado atrasado valor da prestação: R\$ _____

4. Próprio financiado sem pagamento.

5. Alugado

6. Cedido por outra pessoa

99. NR

17. Quais as condições de moradia da sua residência atual.

1. Ótimas

2. Boas

3. Regular

4. Ruins

5. Péssimas

99. NR

18. Comparando a moradia que você recebeu com a sua anterior ela é:

1. maior que a anterior 2. menor que a anterior 3. igual a anterior 99. NR

19. Em relação ao terreno é:

1. maior que o anterior 2. menor que o anterior 3. igual ao anterior 99. NR

20. A moradia que você recebeu está com a documentação regularizada? Você tem escritura?

1. Sim 2. Não 99. NR

21. Esgotamento sanitário.

1. Rede geral

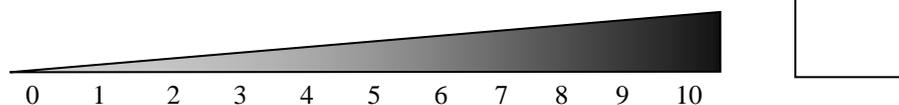
2. Fossa

3. Lançado a céu aberto

99. NR

CARACTERÍSTICA SÓCIO-TERRITORIAL E O REALOJAMENTO

22. Comparando as suas condições de moradia atuais, e as condições anteriores do seu bairro de origem, como você avalia a sua situação atual numa escala de 0 a 10. Sendo 0 para péssimo e 10 ótimo.



23. Comparando o atual lugar em que você reside, com o seu lugar de origem você avalia que:

a) Violência ou insegurança

() 1. Melhorou () 2. permanece igual () 3. Piorou

b) Saneamento básico (esgoto, fornecimento de água)

() 1. melhorou () 2. permanece igual () 3. Piorou

c) Coleta de lixo

() 1. melhorou () 2. permanece igual () 3. Piorou

d) Iluminação pública

() 1. melhorou () 2. permanece igual () 3. Piorou

e) Áreas de lazer

() 1. melhorou () 2. permanece igual () 3. Piorou

f) Ônibus (circular)

() 1. melhorou () 2. permanece igual () 3. Piorou

g) Acesso a estabelecimento de ensino (escolas, universidades, creches, SEMEI)

() 1. melhorou () 2. permanece igual () 3. Piorou

h) Acesso a oportunidades de Trabalho/emprego

() 1. melhorou () 2. permanece igual () 3. Piorou

24. Há quanto tempo reside nesse bairro? _____

25. Qual o seu bairro de Origem?

26. Qual o estado da moradia que você recebeu?

() 1. Acabada

() 2. Parcialmente acabada

() 3. Inacabada

() 99. NR

27. Quantos cômodos tem em sua residência? _____

28. A sua moradia atende às necessidades de acomodação de todos os membros da sua família?

1. Sim

2. Não

99. NR

29. Se não, por que? _____

30. Você gostaria de voltar a morar no seu bairro de origem?

1. Sim 2. Não 99. NR

31. Você tem contato com as pessoas do seu bairro de origem?

1. Sim 2. Não 99. NR

POLÍTICAS PÚBLICAS E SISTEMAS URBANOS (relações de vizinhança, participação na sociedade, acesso a serviços etc.)

32. Você participa, caso exista no seu bairro, de alguma dessas atividades citadas abaixo?

- | | | | |
|--------------------------------------|--------------------------------|--------------------------------|---------------------------------|
| a) Religiosa | <input type="checkbox"/> 1.Sim | <input type="checkbox"/> 2.Não | <input type="checkbox"/> 99. NR |
| b) Política (associação, sindicatos) | <input type="checkbox"/> 1.Sim | <input type="checkbox"/> 2.Não | <input type="checkbox"/> 99. NR |
| c) Esportiva | <input type="checkbox"/> 1.Sim | <input type="checkbox"/> 2.Não | <input type="checkbox"/> 99. NR |
| d) Atividade Cultural | <input type="checkbox"/> 1.Sim | <input type="checkbox"/> 2.Não | <input type="checkbox"/> 99. NR |
| e) Outra | <input type="checkbox"/> 1.Sim | <input type="checkbox"/> 2.Não | <input type="checkbox"/> 99. NR |

33. Quais desses equipamentos têm no seu bairro?

- | | | | |
|--|--------------------------------|--------------------------------|---------------------------------|
| a) CRAS | <input type="checkbox"/> 1.Sim | <input type="checkbox"/> 2.Não | <input type="checkbox"/> 99. NR |
| b) CAPS-I | <input type="checkbox"/> 1.Sim | <input type="checkbox"/> 2.Não | <input type="checkbox"/> 99. NR |
| c) CEMEI | <input type="checkbox"/> 1.Sim | <input type="checkbox"/> 2.Não | <input type="checkbox"/> 99. NR |
| d) CAPS-AD | <input type="checkbox"/> 1.Sim | <input type="checkbox"/> 2.Não | <input type="checkbox"/> 99. NR |
| e) Escola | <input type="checkbox"/> 1.Sim | <input type="checkbox"/> 2.Não | <input type="checkbox"/> 99. NR |
| f) Quadra de esportes e campo | <input type="checkbox"/> 1.Sim | <input type="checkbox"/> 2.Não | <input type="checkbox"/> 99. NR |
| g) Praça | <input type="checkbox"/> 1.Sim | <input type="checkbox"/> 2.Não | <input type="checkbox"/> 99. NR |
| h) Unidade de Saúde da Família | <input type="checkbox"/> 1.Sim | <input type="checkbox"/> 2.Não | <input type="checkbox"/> 99. NR |
| i) Estabelecimento comercial (Supermercado, mercearia) | <input type="checkbox"/> 1.Sim | <input type="checkbox"/> 2.Não | <input type="checkbox"/> 99. NR |
| j) Farmácias | <input type="checkbox"/> 1.Sim | <input type="checkbox"/> 2.Não | <input type="checkbox"/> 99. NR |
| l) Bancos, Caixa Eletrônico 24hr, Lotérica | <input type="checkbox"/> 1.Sim | <input type="checkbox"/> 2.Não | <input type="checkbox"/> 99. NR |
| m) Centro de convivência para pessoas idosas | <input type="checkbox"/> 1.Sim | <input type="checkbox"/> 2.Não | <input type="checkbox"/> 99. NR |

34. Quais desses equipamentos você ou alguém da sua família utiliza?

- | | | | |
|-----------|--------------------------------|--------------------------------|---------------------------------|
| a) CRAS | <input type="checkbox"/> 1.Sim | <input type="checkbox"/> 2.Não | <input type="checkbox"/> 99. NR |
| b) CAPS-I | <input type="checkbox"/> 1.Sim | <input type="checkbox"/> 2.Não | <input type="checkbox"/> 99. NR |
| c) CEMEI | <input type="checkbox"/> 1.Sim | <input type="checkbox"/> 2.Não | <input type="checkbox"/> 99. NR |

d) CAPS-AD	<input type="checkbox"/> 1.Sim	<input type="checkbox"/> 2.Não	<input type="checkbox"/> 99. NR
e) Escola	<input type="checkbox"/> 1.Sim	<input type="checkbox"/> 2.Não	<input type="checkbox"/> 99. NR
f) Quadra de esportes e campo	<input type="checkbox"/> 1.Sim	<input type="checkbox"/> 2.Não	<input type="checkbox"/> 99. NR
g) Praça	<input type="checkbox"/> 1.Sim	<input type="checkbox"/> 2.Não	<input type="checkbox"/> 99. NR
h) Unidade de Saúde da Família	<input type="checkbox"/> 1.Sim	<input type="checkbox"/> 2.Não	<input type="checkbox"/> 99. NR
i) Estabelecimento comercial (Supermercado, mercearia)	<input type="checkbox"/> 1.Sim	<input type="checkbox"/> 2.Não	<input type="checkbox"/> 99. NR
j) Farmácias	<input type="checkbox"/> 1.Sim	<input type="checkbox"/> 2.Não	<input type="checkbox"/> 99. NR
l) Bancos, Caixa Eletrônico 24hr, Lotérica	<input type="checkbox"/> 1.Sim	<input type="checkbox"/> 2.Não	<input type="checkbox"/> 99. NR
m) Centro de convivência para pessoas idosas	<input type="checkbox"/> 1.Sim	<input type="checkbox"/> 2.Não	<input type="checkbox"/> 99. NR
n) Centro de convivência para crianças e adolescentes	<input type="checkbox"/> 1.Sim	<input type="checkbox"/> 2.Não	<input type="checkbox"/> 99. NR
o) ATI	<input type="checkbox"/> 1.Sim	<input type="checkbox"/> 2.Não	<input type="checkbox"/> 99. NR
p) Outros	<input type="checkbox"/> 1.Sim	<input type="checkbox"/> 2.Não	<input type="checkbox"/> 99. NR

35. Você tem dificuldade de acessar algum dos equipamentos mencionados no item 34?

1.Sim 2.Não 99. NR

36. Como você se desloca para acessar os equipamentos mencionados no item 34?

1. Vai a pé 2. Vai de bicicleta 3. Vai de carro próprio
 4. Vai de transporte público 5. Vai de carona.
 6. Outra. _____

37- O que está faltando no bairro em que você mora?

38. Acha que o transporte público atende o local satisfatoriamente?

1. Sim 2. Não 99. NR

39. Se não por que?

40. Quanto tempo você leva para chegar até o centro da cidade?

41. A coleta de lixo é regular?

1. Sim 2. Não 99. NR

42. Você considera que o custo de vida no atual bairro que você mora, em relação ao seu bairro de origem é:

1. Alto 2. Baixo 3. Regular 99. NR

43. Você acha que os serviços de saúde, escolas, CEMEL, creches, assistência social, atualmente, presentes no bairro são suficientes para atender a demanda local?

1. Sim 2. Não 99. NR

44. Quais são suas maiores necessidades não atendidas:

45. Você já sofreu alguma situação de discriminação/preconceito por morar no empreendimento do Minha Casa Minha Vida?

() 1. Sim () 2. Não () 99. NR

45. a) Em caso positivo, Especifique:

EMENDA COMITÊ PERMANENTE DE ÉTICA - UEM

Ao

Comitê Permanente de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos da UEM

Solicitação de Emenda ao Protocolo

Vimos pela presente proceder à solicitação de emenda ao protocolo CAAE **56898416.5.0000.0104**, intitulado "**REALOJAMENTO DA POBREZA - INTERFACE DA SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NA PRODUÇÃO DA CIDADE DE MARINGÁ À LUZ CONCEITUAL MARXISTA DO VALOR-DE-TROCA**", já aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, conforme parecer número **1.715.338-COPEP**.

A presente solicitação se justifica em função da necessidade de incluir no universo da população da pesquisa o conjunto habitacional **Gonçalo Vieira dos Santos** também situado no Distrito de Floriano, este universo que antes estava restrito aos conjuntos Habitacional José Israel Factori e Conjunto Habitacional Pioneiro José Pires de Oliveira. Nesse sentido, haverá uma redução do tamanho da amostra de 282 para 250 famílias, estas extraídas, por meio de amostragem aleatória simples, onde se observou um erro amostral de 4% e 95% de confiança. Outrossim, a redução da amostra se justifica considerando que se ampliará a população do universo que antes estava situada em 282 famílias passando para 418 famílias. Ressaltamos que a coleta de dados está levando em consideração a data de aprovação do parecer número **1.715.338-COPEP** de 06 de setembro de 2016, este que coincidiu com o período eleitoral das eleições municipais primeiro e segundo turnos que ocorreu no início e fim de outubro, o que requereu um replanejamento da execução da coleta de dados, pois avaliou-se que a aplicação da pesquisa no período eleitoral poderia sofrer influência, do tipo, associação desta pesquisa com práticas vinculadas à campanha eleitoral, ocasionando em recusa dos sujeitos em participar ou mesmo em problemas com a justiça eleitoral, portanto evitamos estas possíveis situações que pudessem gerar conflitos e situações desconfortáveis para o público alvo de nossa pesquisa, portanto, aqui consideramos, sobretudo, o nosso compromisso esculpido em nosso TCLE, já apresentado oportunamente em uma outra fase.

Para tanto, pretende-se iniciar a coleta de dados, assim que se apreciar este pedido de emenda e caso haja manifesta aprovação dele. Ressaltamos que não haverá postergação no calendário de apresentação de relatório final da presente pesquisa. No tocante à metodologia haverá que se adequar a descrição quantitativa do Universo da população que sofrerá uma ampliação de 282 para 418 e, por outro lado, na amostragem que haverá uma redução 282 para 250, estatisticamente, justifica-se pela seguinte equação simples, à medida que, por um lado se amplia o universo da população, por outro reduz-se o tamanho da amostra. Ademais, haverá alterações na forma de escolha da amostra, posto que, inicialmente havíamos optados em realizar a pesquisa na totalidade do universo dos conjuntos Habitacional José Israel Factori e Conjunto Habitacional Pioneiro José Pires de Oliveira, ao passo que na nova reconfiguração da pesquisa, em que incluímos o conjunto habitacional Gonçalo

Vieira dos Santos, optamos pela técnica de amostragem aleatória simples. Segue abaixo previsão de execução das fases da pesquisa, ressaltando que o mesmo será posto em execução apenas posteriormente à apreciação desta emenda.

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES	Ano 2016	Ano 2017		
	Mês em que a atividade será desenvolvida			
	Dez	Jan	Fev	Mar
Validação do questionário da pesquisa	X			
Coleta de dados no campo	X	X		
Tratamento dos dados coletados		X		
Análise descritiva dos dados		X	X	
Análise estatística dos dados da pesquisa			X	
Elaboração do relatório da pesquisa			X	X

Reafirmamos que todos os preceitos e compromissos éticos previamente estabelecidos serão observados, e para tanto aplicaremos a todos os entrevistados o TCLE como já havíamos nos comprometidos anteriormente na apresentação de nosso protocolo.

Sem mais, grato pela atenção,

Em 17 de novembro de 2016,


 Prof. Drª Ana Lúcia Rodrigues
 Pesquisadora responsável

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – SUJEITO DA PESQUISA

1

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Gostaríamos de convidá-lo a participar da pesquisa intitulada REALOJAMENTO DA POBREZA: interface da segregação socioespacial na produção da cidade de Maringá à luz conceitual marxista do valor-de-troca, que faz parte do curso de Pós-graduação em Ciências Sociais e é orientada pela prof.^a Dr.^a Ana Lúcia Rodrigues da Universidade Estadual de Maringá.

O objetivo da pesquisa é analisar o realojamento da pobreza como uma interface do fenômeno da segregação socioespacial na produção da cidade de Maringá à luz conceitual marxista do valor-de-troca. Para isto a sua participação é muito importante, e você participaria respondendo a perguntas relacionadas ao seu cotidiano, sobre atividades do seu dia a dia, condições atuais do lugar onde você mora, entre outras perguntas.

Informamos que, no caso de você sentir-se desconfortável ou constrangido em responder a alguma pergunta, (por exemplo: em relação ao valor de sua renda mensal, ou quanto a sua idade, ou quanto a sua cor), você poderá solicitar em não responder à pergunta, caso em que será prontamente atendido por este pesquisador, que prosseguirá para a próxima pergunta, ou quando for de sua vontade encerrar a sua participação nesta pesquisa. Se ao final você sentir-se confortável e quiser retomar a alguma pergunta que não tenha respondido você será atendido.

Gostaríamos de esclarecer que sua participação é totalmente voluntária, podendo você: recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. Informamos ainda que as informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa, e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade quando na destinação final das mesmas.

Os benefícios esperados se apresentam vinculados num primeiro momento ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais stricto sensu, de modo que sua realização verterá em benefícios para a comunidade acadêmica, bem como para a sociedade como um todo, sendo que neste caso poderá subsidiar na elaboração, implementação e avaliação de Políticas Públicas que possam versar sobre a temática.

Ademais, há de se considerar que a implantação de moradias de interesse social, por meio do Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida, no município de Maringá, é recente, dessa forma a partir desta pesquisa o município poderá conhecer melhor os impactos e as dinâmicas desses empreendimentos no contexto da cidade polo da Região Metropolitana.

Não obstante, destaca-se outras possibilidades de benefícios a partir do estudo desta temática, a saber:

- Confecção, manutenção e alimentação de um banco de dados sobre a população beneficiária dos empreendimentos do Minha Casa Minha Vida, de modo que se tenha, sempre disponível, informações que possibilite um acompanhamento permanente dessa população pelos órgãos públicos no município de Maringá, e garantir o acesso fácil às informações por parte de públicos interessados;
- Servir de fonte para estudos, podendo vir a subsidiar à confecção de dissertações de Mestrado, Tese de doutorado, Monografias de especialização e graduação, dentre outras, nos Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Maringá, bem como de outras instituições interessadas;
- Confecção de artigos para periódicos que versam sobre a temática e apresentação de trabalhos em eventos nacionais e internacionais;
- Elaboração de relatório de pesquisa que será disponibilizado em meio eletrônico no site do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UEM;
- Subsidiar ações e debates com a comunidade acadêmica, bem como com a sociedade civil e agentes governamentais.

Caso você tenha mais dúvidas ou necessite de maiores esclarecimentos, pode nos contatar nos endereços abaixo ou procurar o Comitê de Ética em Pesquisa da UEM, cujo endereço consta deste documento.

Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas, devidamente preenchida e assinada entregue a você.

Além da assinatura nos campos específicos pelo pesquisador e por você, solicitamos que sejam rubricadas todas as folhas deste documento. Isto deve ser feito por ambos (pelo pesquisador e por você, como sujeito ou responsável pelo sujeito de pesquisa) de tal forma a garantir o acesso ao documento completo.

Eu, _____ declaro que fui devidamente esclarecido e concordo em participar VOLUNTARIAMENTE da pesquisa coordenada pela Prof.^a Dr.^a Ana Lúcia Rodrigues.

Assinatura do entrevistado

Data: ___/___/___

Eu _____, declaro que forneci todas as informações referentes ao projeto de pesquisa supra-nominado.

Assinatura do Pesquisador

Data: ___/___/___

Qualquer dúvida com relação à pesquisa poderá ser esclarecida com o pesquisador, conforme o endereço abaixo:

Nome: Ana Lúcia Rodrigues

Endereço: Av. Colombo, 5790. Campus Sede da UEM.

Bloco 5, sala 10 – Observatório das Metrópoles núcleo UEM.

CEP 87020-900. Maringá-Pr. Tel: (44) 3011-4287

(telefone/e-mail): alrodrigues1962@gmail.com

Qualquer dúvida com relação aos aspectos éticos da pesquisa poderá ser esclarecida com o Comitê Permanente de Ética em Pesquisa (COPEP) envolvendo Seres Humanos da UEM, no endereço abaixo:

COPEP/UEM

Universidade Estadual de Maringá.

Av. Colombo, 5790. Campus Sede da UEM.

Bloco da Biblioteca Central (BCE) da UEM.

CEP 87020-900. Maringá-Pr. Tel: (44) 3261-4444

E-mail: copep@uem.br

ANEXOS

Lei Complementar n. 820 de 19 de maio de 2010 – Institui o Conjunto Habitacional Pioneiro Gonçalo Vieira dos Santos



LEI COMPLEMENTAR Nº 820.

Autor: Poder Executivo.

Aprova os conjuntos habitacionais a serem implantados nos Distritos de Floriano e Iguatemi, para atendimento ao PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte

LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a aprovar os Conjuntos Habitacionais a seguir discriminados, a serem implantados, respectivamente, nos Distritos de Floriano e Iguatemi, para atendimento ao PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA:

I - CONJUNTO HABITACIONAL PIONEIRO GONÇALO VIEIRA DOS SANTOS, localizado sobre o Lote de terras nº 1-A da Gleba Ribeirão Caxias, neste Município e Comarca, de propriedade do MUNICÍPIO DE MARINGÁ, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.282.656/0001-06, conforme matrícula nº 44.696 do Registro de Imóveis do 2º Ofício de Maringá, com área de 48.400,00m², dos quais: 15.507,71m² serão destinados às vias e logradouros públicos; 29.815,96m² à área líquida das datas; 3.076,33m² à área de equipamentos comunitários;

II - CONJUNTO HABITACIONAL ALBINO MENEGUETTI, localizado sobre o Lote de terras nº 117/118 da Gleba Patrimônio Iguatemi, neste Município e Comarca, de propriedade da COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ - COHAPAR, inscrita no CNPJ/MF sob nº 76.592.807/0001-22, conforme matrícula nº 23.686 do Registro de Imóveis do 3º Ofício de Maringá, com área de 62.715,09m², dos quais: 24.698,06m² serão destinados às vias e logradouros públicos; 37.217,03m² à área líquida das datas; 800,00m² à área de equipamentos comunitários.

Art. 2º. Fica autorizada a redução da percentagem de áreas institucionais nos mencionados conjuntos habitacionais, conforme estabelecido no inciso I do artigo 4º da Lei Federal nº 6.766/79, tendo em vista que os lotes sobre os quais serão implantados estão localizados em Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), previstas no inciso XV do artigo 24, no inciso I do artigo 64 e no artigo 67, todos da Lei Complementar nº 632/2006, que criou o Plano Diretor do Município de Maringá.

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a afetar com a destinação específica de ÁREA INSTITUCIONAL DO CONJUNTO HABITACIONAL ALBINO MENEGUETTI uma área com até 6.300,00m², a ser destacada do Lote 117/118-A, da Gleba Patrimônio Iguatemi, com 9.642,91m², de propriedade do Município de Maringá.



LEI COMPLEMENTAR Nº 820.

Art. 4º. As obras de infraestrutura urbana dos conjuntos habitacionais tratados nesta Lei, a serem executadas dentro do prazo de até 24 (vinte e quatro) meses, independentemente da prestação de caução por parte dos loteadores, serão compostas por:

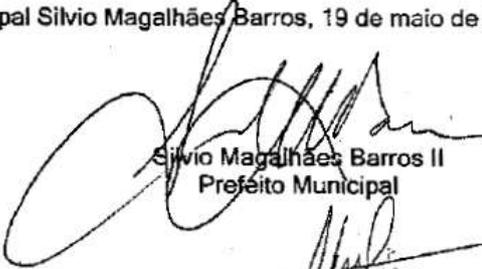
- I - abertura das vias de circulação;
- II - demarcação dos logradouros, quadras e datas;
- III - rede de distribuição de água potável;
- IV - rede de distribuição de energia elétrica e iluminação pública;
- V - rede de galerias pluviais;
- VI - rede coletora de esgoto sanitário;
- VII - pavimentação asfáltica, meio-fio e sarjetas;
- VIII - arborização e urbanização de canteiros.

Art. 5º. Integram a presente Lei Complementar, na forma de Anexos I a III, plantas demonstrativas dos conjuntos habitacionais tratados nesta Lei e cópia da Ata do Conselho Municipal de Planejamento e Gestão Territorial que aprovou previamente a sua implantação.

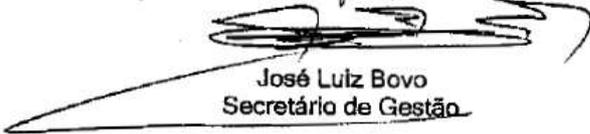
Art. 6º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

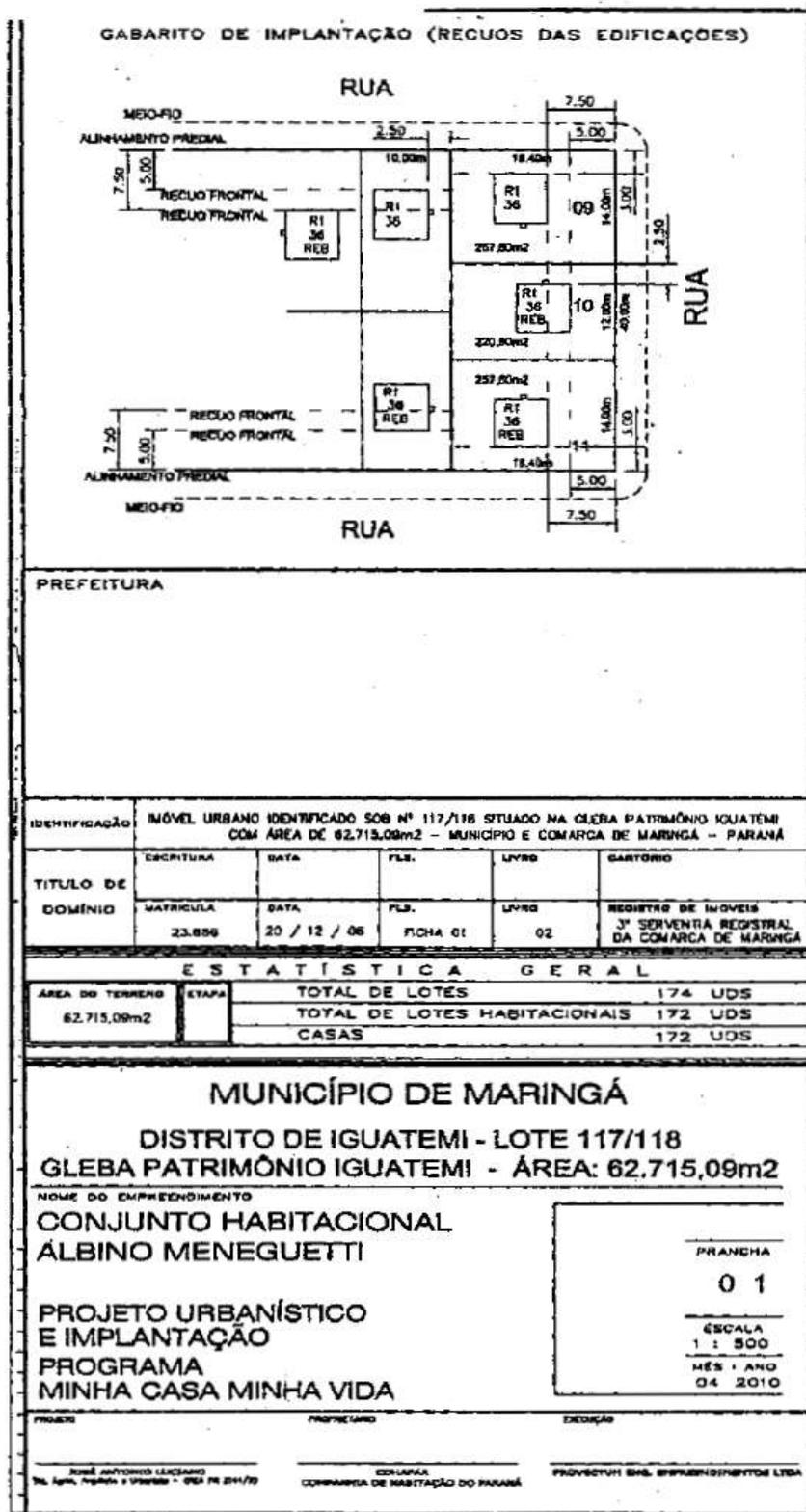
Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Silvío Magalhães Barros, 19 de maio de 2010.


Silvío Magalhães Barros II
Prefeito Municipal


Leopoldo F. Fieński Junior
Chefe de Gabinete


José Luiz Bovo
Secretário de Gestão



Aos sete dias do mês de maio de 2010, às 9 horas e 45 minutos o Conselho Municipal de Planejamento e Gestão Territorial, reuniu-se na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano para a centésima trigésima oitava reunião, conforme estabelece a Lei Complementar 632/06. Estavam presentes o presidente Jurandir Guatassara Boeira, os titulares Adolfo Cochia Júnior, Antônio Mário Manicardi Filho, Carlos Antônio Trentini, Diniz Afonso, Mika Yada Noguchi, Pedro Granado Martines, e os suplentes Claudinei José Vecchi e Jocelei Terezinha Tozeto Menon. A reunião iniciou-se sob a presidência do conselheiro Claudinei com a presença do Secretário de Habitação, Gilberto Donizette Delgado, que apresentou a solicitação de aprovação prévia de implantação do Conjunto Habitacional Albino Meneguetti, no lote 117/118 da Gleba Patrimônio Iguatemi, com área de 62.715,09m² no Distrito de Iguatemi, conforme lei 565/05 que criou a ZEIS - Zona Especial de Interesse Social no referido lote, e em conformidade com o Art. 68 do Plano Diretor, Lei 632/06, para a construção de 172 casas. Após análise e considerações, o conselho aprovou a solicitação por unanimidade. Às 9 horas e 58 minutos o secretário Gilberto apresentou a solicitação de aprovação prévia de implantação do Conjunto Habitacional Pioneiro Gonçalo Vieira dos Santos, no lote 1-A da Gleba Caxias, com área de 48.400m² no Distrito de Floriano, conforme lei 565/05 que criou a ZEIS no referido lote, e em conformidade com o Art. 68 do Plano Diretor, Lei 632/06, para a construção de 136 casas. Após análise e considerações, o conselho aprovou a solicitação por unanimidade, uma vez que a área contígua ao empreendimento em questão pertence ao Município de Maringá e existem os equipamentos públicos necessários. Às 10 horas e 2 minutos o Coordenador da Comissão para Análise do RIV I, arquiteto José Antônio Luciano, apresentou o RIV protocolado pela Bom Dia Comercial de Alimentos e Logística Ltda., sob nº 45420/09, seguido da apresentação do profissional Leonardo Sperandio. Na sequência o presidente Guatassara adentrou à sala de reuniões e assumiu a presidência. Após análise e considerações, o referido RIV foi aprovado, desde que a requerente atenda à execução do projeto de reaproveitamento de águas pluviais, à execução do projeto de esgotamento biológico através de fossa séptica, e à doação de mudas para compensar a emissão de CO², cujas espécies e quantidades serão definidas pela SEMA após a entrada em funcionamento do empreendimento, elaborando o laudo de emissão de CO². (Prazo?) O presidente Guatassara precisou ausentar-se da reunião e o conselheiro Claudinei voltou a presidir a reunião. Às 10 horas e 27 minutos o presidente interino Claudinei leu o relato referente ao processo protocolado pela Câmara Municipal de Maringá, sob nº 17660/10, que transforma a Rua José Carlos Joaquinzo em ECS-F, de parecer contrário ao solicitado. Após análise e considerações, o conselho aprovou por unanimidade o relato apresentado. Às 10 horas e 29 minutos o presidente interino Claudinei leu o relato referente ao processo protocolado pela Câmara Municipal de Maringá, sob nº 19799/10, que transforma a Rua Henrique Dias em ECS-F, de parecer contrário ao solicitado. Após análise e considerações, o conselho aprovou por unanimidade o relato apresentado. Às 10 horas e 31 minutos a profissional Francielle Delabio, responsável pelo RIV protocolado pela Center Danceteria Ltda., sob nº 39201/09, referente ao empreendimento Porto Café Bar e Club, e o proprietário do empreendimento adentraram à sala de reuniões para solicitarem reconsideração de Termo de Compromisso. O conselho concedeu prazo de 180 dias para a execução de obras para aproveitamento de águas pluviais e, quanto à averbação do estacionamento na matrícula do imóvel, o conselho entendeu não ser possível e acatou a solicitação. Às 10 horas e 38 minutos o presidente interino Claudinei leu o pedido de reconsideração do parecer nº 031/2010-CMPGT, solicitando a redução do tamanho e o aumento da quantidade das mudas a serem fornecidas. Após análise e considerações, o conselho foi contrário à solicitação, com duas abstenções. A reunião deu-se por encerrada às 10 horas e 47 minutos. Anexa lista de presença.

Lei Municipal n. 9.337 de 01 de outubro de 2012 – Institui o Conjunto Habitacional José Israel Factori



LEI N. 9.337.

Autor: Vereador Belino Bravin Filho.

Denomina o conjunto habitacional a ser construído no Lote 232-B da Gleba Ribeirão Pinguim.

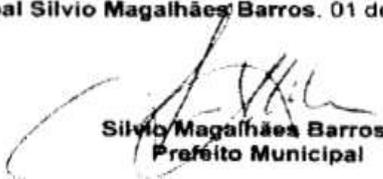
A CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte

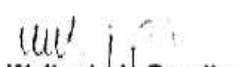
LEI:

Art. 1.º Fica denominado José Israel Factori o conjunto habitacional a ser construído no Lote 232-B da Gleba Ribeirão Pinguim.

Art. 2.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Silvio Magalhães Barros. 01 de outubro de 2012.


Silvio Magalhães Barros II
Prefeito Municipal


Walter Luiz Guerles
Chefe de Gabinete

Fonte: Câmara Municipal de Vereadores de Maringá

**Lei Municipal n. 8079 de 16 de julho de 2008 – Institui o Conjunto Habitacional
Pioneiro José Pires de Oliveira**



LEI N. 8079.

Autor: Vereador Belino Bravin Filho.

Denomina o conjunto habitacional a ser implantado no lote 232 da Gleba Patrimônio Pingüim, no Distrito de Floriano.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1.º Fica denominado Pioneiro José Pires de Oliveira o conjunto habitacional a ser implantado no lote 232 da Gleba Patrimônio Pingüim, no Distrito de Floriano.

Art. 2.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

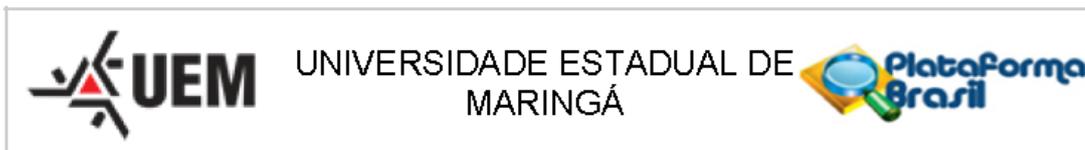
Paço Municipal Silvio Magalhães Barros, 16 de julho de 2008.


**Silvio Magalhães Barros II
Prefeito Municipal**


**Ulisses de Jesus Maia Kotsifas
Chefe de Gabinete**

Fonte: Câmara Municipal de Vereadores de Maringá

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CONSELHO DE ÉTICA – UEM



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: REALOJAMENTO DA POBREZA - INTERFACE DA SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NA PRODUÇÃO DA CIDADE DE MARINGÁ À LUZ CONCEITUAL MARXISTA DO VALOR-DE-TROCA

Pesquisador: Ana Lúcia Rodrigues

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 56898416.5.0000.0104

Instituição Proponente: CCH - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.715.338

Apresentação do Projeto:

Trata-se de projeto de pesquisa proposto por pesquisador vinculado à Universidade Estadual de Maringá.

Objetivo da Pesquisa:

Analisar o realojamento da pobreza como uma interface do fenômeno da segregação socioespacial na produção da cidade de Maringá à luz conceitual marxista do valor-de-troca.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Avalia-se que os possíveis riscos a que estarão submetidos os sujeitos da pesquisa serão suportados pelos benefícios apontados.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de uma pesquisa caráter exploratório de abordagem quali/quantitativa. A pesquisadora buscará contemplar uma pesquisa censitária em um grupo populacional de 282 famílias pertencentes aos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida, dos Conjuntos Habitacionais José Israel Factori e Pioneiro José Pires de Oliveira, ambos no Distrito de Floriano, no município de Maringá. Na pesquisa censitária serão utilizados questionários constituídos de perguntas fechadas, com opções ordenadas, e abertas. A partir da aplicação dos questionários,

Endereço: Av. Colombo, 5790, UEM-PPG

Bairro: Jardim Universitário

CEP: 87.020-900

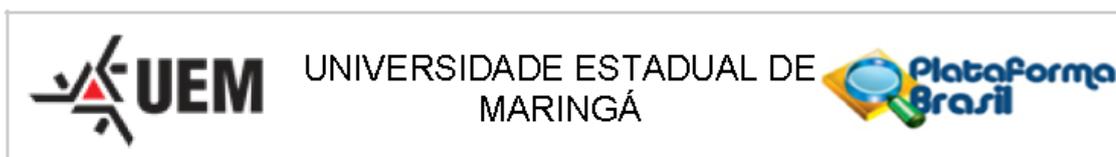
UF: PR

Município: MARINGÁ

Telefone: (44)3011-4597

Fax: (44)3011-4444

E-mail: copep@uem.br



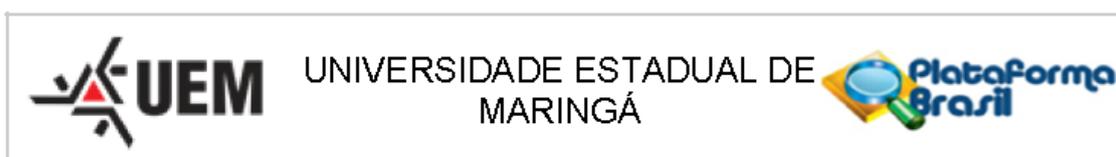
Continuação do Parecer: 1.715.338

serão realizadas técnicas de inferência estatística dos dados coletados e para o tratamento estatístico será empregado os softwares SPSS 18 for Windows e ArcGIS 9. Para verificar e inferir as hipóteses formuladas pelo estudo, os dados serão cotejados à luz da pesquisa bibliográfica e análise documental. Os fichamentos e as fichas de leituras serão utilizadas para as pesquisas bibliográfica e documental, e se realizarão com base num roteiro orientado pelos objetivos da pesquisa. Serão tomados como critério de Inclusão, as famílias pertencentes aos empreendimentos do Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida do Conjunto Habitacional José Israel Factori e Conjunto Habitacional Pioneiro José Pires de Oliveira, ambos no Distrito de Floriano no Município de Maringá/PR. Serão critério de exclusão: Famílias não pertencentes aos empreendimentos do Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida: Conjunto Habitacional José Israel Factori e Conjunto Habitacional Pioneiro José Pires de Oliveira, ambos no Distrito de Floriano no Município de Maringá/PR. A pesquisadora informa que os sujeitos da pesquisa serão abordados em suas residências e convidados a participar voluntariamente do estudo, respondendo a perguntas sobre o cotidiano e que a participação, identificação e imagem dos voluntários são sigilosas e protegidas pela Resolução 466/2012 do CNS, que só haverá divulgação e/ou publicação da análise desses dados caso eles autorizem.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Apresenta a Folha de Rosto devidamente preenchida, assinada e datada pelo pesquisador responsável e pela responsável institucional (Profa. Dra. Sandra Maria Coelho de S. Moser). Apresenta o projeto detalhado e o projeto completo. Os objetivos secundários do estudo não estão apresentados de forma clara e o projeto coletará dados de 282 famílias. A metodologia apresenta os riscos e benefícios referentes ao estudo de forma clara e são compatíveis com o estudo. A pesquisadora esclarece no protocolo simplificado, como serão os procedimentos éticos quanto as garantias dos voluntários do estudo e os procedimentos para a obtenção do TCLE e como serão aplicados os instrumentos de coleta de dados e a forma de descarte dos dados obtidos. O Cronograma de execução é compatível com a proposta enviada e tem início coleta de dados previsto para o período de 01/07 a 31/08/2016. O orçamento prevê custos de R\$ 527,00 que serão custeados pela pesquisadora. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi substituído e contemplando as garantias mínimas preconizadas pela Res. 466/12. Apresenta instrumento de coleta de dados em anexo. Apresenta DECLARACAO_SOBRE_RESPONSAVEL_PELo_LOCAL_DA_PESQUISA justificando a impossibilidade em obter a autorização para a realização do estudo no local.

Endereço: Av. Colombo, 5790, UEM-PPG
Bairro: Jardim Universitário **CEP:** 87.020-900
UF: PR **Município:** MARINGÁ
Telefone: (44)3011-4597 **Fax:** (44)3011-4444 **E-mail:** copep@uem.br



Continuação do Parecer: 1.715.338

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O Comitê Permanente de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Estadual de Maringá é de parecer favorável à aprovação do protocolo de pesquisa apresentado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Face ao exposto e considerando a normativa ética vigente, este Comitê se manifesta pela aprovação do protocolo de pesquisa em tela.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_733734.pdf	01/08/2016 09:36:02		Aceito
Outros	_PENDENCIAS_.pdf	01/08/2016 09:30:29	Ana Lúcia Rodrigues	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	_TCLE_SUJEITOS_DA_PESQUISA_.pdf	01/08/2016 09:27:23	Ana Lúcia Rodrigues	Aceito
Outros	_DECLARACAO_SOBRE_RESPONSABILIDADE_PELO_LOCAL_DA_PESQUISA_.pdf	09/06/2016 11:11:13	Ana Lúcia Rodrigues	Aceito
Folha de Rosto	_Folha_de_Rosto_.pdf	07/06/2016 10:13:43	Ana Lúcia Rodrigues	Aceito
Outros	_Currículo_Lattes_Orientadora_Ana_Lúcia_Rodrigues_.pdf	07/06/2016 10:12:26	Ana Lúcia Rodrigues	Aceito
Outros	_QUESTIONARIO_.pdf	07/06/2016 10:11:19	Ana Lúcia Rodrigues	Aceito
Orçamento	_ORCAMENTO_.pdf	07/06/2016 10:09:28	Ana Lúcia Rodrigues	Aceito
Outros	_Currículo_Lattes_Pesquisador_Responsavel_Josivaldo_Souza_Reis_.pdf	07/06/2016 10:05:04	Ana Lúcia Rodrigues	Aceito
Cronograma	_CRONOGRAMA_.pdf	07/06/2016 10:02:03	Ana Lúcia Rodrigues	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	_REALOJAMENTO_DA_POBREZA_.pdf	07/06/2016 09:59:43	Ana Lúcia Rodrigues	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Av. Colombo, 5790, UEM-PPG
Bairro: Jardim Universitário **CEP:** 87.020-900
UF: PR **Município:** MARINGÁ
Telefone: (44)3011-4597 **Fax:** (44)3011-4444 **E-mail:** copep@uem.br



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
MARINGÁ



Continuação do Parecer: 1.715.338

MARINGÁ, 06 de Setembro de 2016

Assinado por:
Ricardo Cesar Gardiolo
(Coordenador)

Endereço: Av. Colombo, 5790, UEM-PPG

Bairro: Jardim Universitário

CEP: 87.020-900

UF: PR

Município: MARINGÁ

Telefone: (44)3011-4597

Fax: (44)3011-4444

E-mail: copep@uem.br